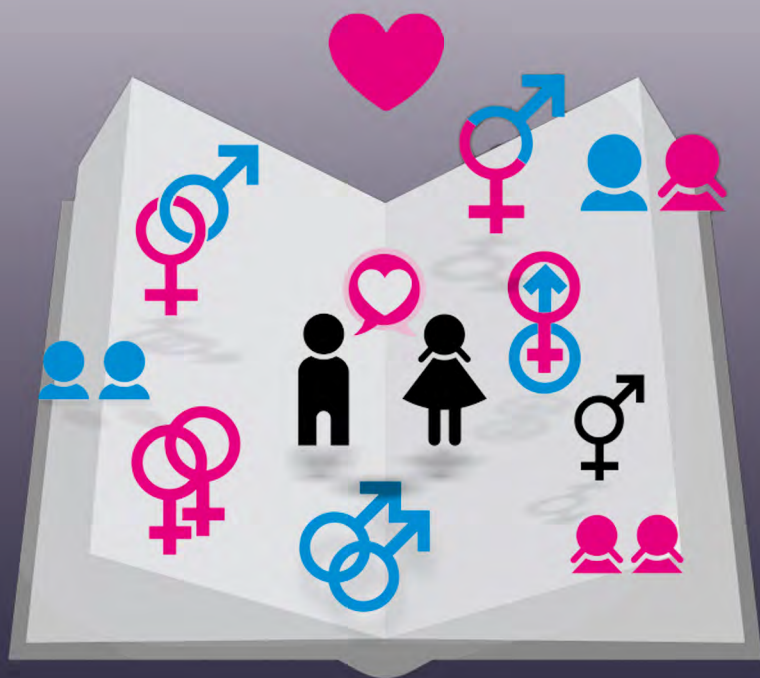


Ocupar e resistir

Dez anos de produções acadêmicas
do Grupo de Estudos e Pesquisas
de Gênero (GEPEG/FH/UFG)



Ana Carolina Eiras Coelho Soares
(Organização)

Ana Carolina Eiras Coelho Soares
(Organizadora)

Ocupar e resistir
Dez anos de produções acadêmicas
do Grupo de Estudos e Pesquisas
de Gênero (GEPEG/FH/UFG)

Copyright © 2024 dos autores
Direitos adquiridos para esta edição
pela Editora Pontocom

Preparação: Sérgio Holanda
Revisão: Dalka Castanheira e André Gattaz
Diagramação: André Gattaz
Capa: Helena Philip

Editora Pontocom
Conselho Editorial
José Carlos Sebe Bom Meihy
Muniz Ferreira
Pablo Iglesias Magalhães
Zeila de Brito Fabri Demartini
Zilda Márcia Grícoli Iokoi
Coordenação editorial
André Gattaz

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ocupar e resistir [livro eletrônico] : Dez anos de produções acadêmicas do Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero (GEPEG/FH/UFG) / organização Ana Carolina Eiras Coelho Soares. -- São Paulo : Editora Pontocom, 2024. PDF

Vários autores
ISBN 978-65-89496-12-0

1. Artigos - Coletâneas 2. Diversidade
3. Feminismo 4. Inclusão social 5. Relações de gênero
I. Soares, Ana Carolina Eiras Coelho.

24-221934

CDD-902

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Artigos e estudos : Coletânea 902
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Sumário

Ocupar e resistir: o desafio de “tirar das caixas dos arquivos as fontes” para pesquisar relações de gênero no Centro-Oeste ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES	7
A trajetória materna-científica no Ensino Superior brasileiro: feminismos e pioneirismos maternos ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES VANESSA CLEMENTE CARDOSO	13
A Tragédia da Piedade: Ana, Euclides, Dilermando ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER	37
As utopias fantásticas e a política das emoções sob uma perspectiva de gênero: espaços de produção literária de mulheres no Brasil entre os séculos XIX e XX DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS	57
Formação contra a barbárie: analisando a sexualidade feminina na literatura de João de Minas ELISA SILVA CAETANO	81
Relações de gênero na área da biblioteconomia: protagonismos e silenciamentos ESDRA BASILIO	95
“Eu me tornei feminista”: teorias e práticas feministas entre mulheres sem terra em Goiás FLÁVIA PEREIRA MACHADO	113
As Lisístratas do sertão: as mulheres na política goiana (1940-1982) JANAÍNA FERREIRA DOS SANTOS DA SILVA	141
O suicídio nos constructos da masculinidade NEIDE CÉLIA FERREIRA BARROS	163

Negociando identidades: movimentos homossexuais no Brasil e Argentina (1967-1981)	
RHANIELLY PEREIRA DO NASCIMENTO PINTO	181
Trajetórias de mulheres pretas nas universidades: escrituras e resistências	
TALITA MICHELLE DE SOUZA	197
Educação e gênero em Goiás: discursividades em perspectiva	
SUELLEN PEIXOTO DE REZENDE	215
As autoras e o autor	233

Ocupar e resistir: o desafio de “tirar das caixas dos arquivos as fontes” para pesquisar relações de gênero no Centro-Oeste

ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES¹

Quando tomei posse como professora efetiva na Universidade Federal de Goiás, uma pessoa me questionou o que eu iria pesquisar dentro da Faculdade de História. Eu respondi que gostaria de continuar com minhas pesquisas e discussões sobre relações de gênero. Diante de minha resposta a pessoa disse que eu deveria “desistir dessa ideia absurda”, porque “não existia” documentação e fontes relacionadas às relações de gênero ou mulheres em Goiás e que eu iria “perder meu tempo”. Eu apenas gargalhei e fui embora. Essa pessoa não era minha interlocutora e sua afirmação reforçava uma ignorância obtusa sobre o campo de estudos das relações de gênero. Há uma imagem bem interessante que define o quanto é forte a necessidade da produção de pesquisas na área de Estudos de Gênero na História: como bem afirmou a minha colega e parceira da PUC/GO, professora Maria do Espírito Santo, quando ela começou, também solitariamente, a estudar as mulheres em Goiás, parecia que suas histórias “pulavam” das caixas dos arquivos. Quando se estudam relações de poder, entendemos rapidamente que, muitas vezes, não há nada de “inocente” em algumas perspectivas teóricas ou conselhos de corredor, e que os terrenos de disputa se naturalizam em espaços que deveriam ser de trocas e contribuições. Se o desafio é existir, é preciso, portanto, ocupar e resistir.

1 Professora Efetiva do PPGH/UFG e Professora Associada da Faculdade de História da UFG. E-mail: acecs@ufg.br

A fundação do Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero (GEPEG) da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) é a ocupação resistente e vitoriosa que contraria a afirmação de que pesquisar as relações de gênero seria uma ideia absurda e uma perda de tempo. É o dia a dia que se comprova em pesquisas potentes, reconhecidas frequentemente com financiamento institucional pela sua competência e importância. Ocupamos, resistimos, aqui estamos e não iremos a lugar nenhum. Fazemos parte fundamental dos estudos históricos e comprovamos isso a cada pesquisa concluída com sucesso em nosso Grupo de Estudos na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

Este livro celebra os dez anos de trajetória do GEPEG. Fundado com o objetivo de fomentar o debate e a produção acadêmica na área dos estudos de gênero, o GEPEG tem se destacado como um espaço de inovação e excelência, formando estudantes desde a graduação até a supervisão de pós-doutorado.

A originalidade do GEPEG reside na sua abordagem interdisciplinar e no compromisso com a inclusão e a diversidade. Ao longo dos últimos dez anos, o grupo tem promovido uma série de pesquisas que abordam temas cruciais, como feminismo, direitos das mulheres, história das mulheres, e questões de identidade, sexualidades, raça e relações de gênero. Esses estudos têm proporcionado uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que moldam as relações de poder entre as pessoas no Brasil e no mundo.

A importância do GEPEG também se reflete na sua capacidade de formar pesquisadores comprometidos com a transformação social. Desde a sua fundação, o grupo tem sido um viveiro de talentos, oferecendo orientação acadêmica e apoio intelectual a estudantes em diferentes estágios de suas carreiras acadêmicas. O impacto dessas formações é evidente na qualidade e na quantidade de publicações produzidas

pelos membros do grupo, que têm contribuído significativamente para o avanço dos estudos de gênero no Brasil. É com orgulho de uma orientadora que sabe da importância de criar um espaço potente de acolhimento para produção crítica que hoje afirmo que pessoas egressas do GEPEG estão em diversos estágios bem sucedidos de suas carreiras acadêmicas e/ou de movimentos sociais.

O GEPEG também se destaca por seu papel na articulação de redes de pesquisa e na promoção de eventos acadêmicos de grande relevância, como seminários, congressos e conferências. Essas iniciativas têm sido fundamentais para o fortalecimento dos estudos de gênero e para a consolidação de uma comunidade acadêmica comprometida com a equidade e a justiça social.

Este livro, portanto, não é apenas uma celebração dos dez anos de existência do GEPEG, mas também um testemunho da sua importância e do seu impacto no campo dos estudos de gênero.

O livro é composto por capítulos que refletem a diversidade e a riqueza das pesquisas desenvolvidas pelo GEPEG ao longo dessa década. No primeiro capítulo, Ana Carolina Eiras Coelho Soares e Vanessa Clemente Cardoso analisam a trajetória das mulheres mães no ensino superior brasileiro, destacando os desafios e os pioneirismos femininos. A importância desta pesquisa reside em dar visibilidade às dificuldades enfrentadas por mulheres mães na academia, propondo soluções para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo.

Anna Paula Teixeira Daher, no segundo capítulo, explora a vida e a tragédia de Ana Euclides Dilermando, abordando questões de gênero e justiça social no Brasil. Este estudo é fundamental para entender como eventos individuais refletem e influenciam questões maiores de gênero e direitos humanos na história brasileira. No terceiro capítulo, Danielle Silva Moreira dos Santos investiga a produção literária feminina e a política das emoções, oferecendo uma nova perspectiva sobre a literatura brasileira. A pesquisa é significativa por revelar como as

mulheres utilizaram a literatura como espaço de resistência e expressão emocional.

Elisa Silva Caetano, no quarto capítulo, analisa como a literatura de João de Minas aborda a sexualidade feminina, contribuindo para o debate sobre gênero e sexualidade na literatura brasileira. A importância desta pesquisa está em destacar as representações da sexualidade feminina e suas implicações sociais e culturais. Esdra Basilio, no quinto capítulo, foca nas relações de gênero na biblioteconomia, explorando os papéis de protagonismo e silenciamento. A pesquisa é crucial para entender como as dinâmicas de gênero afetam as profissões e as práticas profissionais, propondo formas de superar desigualdades.

No sexto capítulo, Flávia Pereira Machado examina as teorias e práticas feministas entre mulheres sem terra em Goiás, destacando suas lutas e conquistas. Este capítulo mostra como o feminismo se manifesta em contextos rurais, contribuindo para a ampliação do movimento feminista no Brasil. Janaína Ferreira dos Santos da Silva, no sétimo capítulo, estuda a participação das mulheres na política goiana entre 1940 e 1982, revelando suas estratégias de resistência e empoderamento. A importância desta pesquisa está em documentar e valorizar o papel das mulheres na política regional, enriquecendo a história política brasileira.

Neide Célia Ferreira Barros, no oitavo capítulo, aborda o suicídio e a masculinidade, explorando como os constructos sociais de gênero influenciam comportamentos autodestrutivos. A pesquisa é relevante por trazer à tona questões de saúde mental e gênero, propondo uma reflexão sobre as pressões sociais enfrentadas pelos homens. No nono capítulo, Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto analisa os movimentos homossexuais no Brasil e na Argentina entre 1967 e 1981, destacando a luta por direitos e reconhecimento. Este estudo documenta de maneira inovadora a história dos movimentos LGBTQ+ na América Latina, contribuindo para a compreensão das suas dinâmicas e impactos.

Por fim, Talita Michelle de Souza, no décimo capítulo, explora as trajetórias de mulheres negras na universidade, abordando suas experiências de resistência e escrevivência. A pesquisa é significativa por dar voz às mulheres negras no ambiente acadêmico, destacando suas contribuições e desafios.

Ao apresentar este livro, esperamos que as leitoras e os leitores possam apreciar a originalidade e a relevância do trabalho realizado pelo GEPEG. Que este prefácio seja um convite para mergulhar nas páginas seguintes e descobrir as contribuições valiosas que este grupo de pesquisa tem dado ao longo de uma década de dedicação e excelência acadêmica.

A trajetória materna-científica no Ensino Superior brasileiro: feminismos e pioneirismos maternos

ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES¹

VANESSA CLEMENTE CARDOSO²

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória materna-científica no Ensino Superior brasileiro. O interesse na temática é justificado pelas profundas mudanças que ocorreram na sociedade nas últimas décadas. Ao que tudo indica, são poucas as pesquisas na área de História que consideram o impacto da criação de grupos de pesquisa cuja temática principal se dá em torno das pluralidades maternas no ambiente acadêmico, considerando a realidade brasileira. Espera-se que os dados contribuam para a visibilidade dos fatores dificultadores para a permanência e produção científica das mulheres mães no ambiente acadêmico, bem como para a elaboração de pareceres que possam contribuir para a construção de um ambiente acadêmico mais igualitário.

Durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, o Ensino Superior passou a ter papel central na formação das elites e na busca da afirmação nacional. No Brasil, a universidade foi criada para atender uma minoria da população, sem ter uma definição própria de suas funções, dificultando a sua instalação.

1 Professora Efetiva do PPGH/UFG e Professora Associada da Faculdade de História da UFG. E-mail: acecs@ufg.br

2 Pós-doutora em História pelo PPGH-UFG; Professora de História da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC-GO), pesquisadora do GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais (FH/UFG-CNPq). E-mail: vannessaclementecardoso@gmail.com

No período colonial (1500-1822) diversas foram as tentativas de estabelecimento de uma universidade na América Portuguesa. Em 1592, os jesuítas angariaram a elevação do Colégio da Bahia à Universidade do Brasil, porém, não obtiveram o seu reconhecimento pelo rei de Portugal. Assim em 1662, um novo pedido foi negado. Já em 1644, em Pernambuco, Maurício Nassau cogitou a criação da Universidade do Recife, entretanto o projeto não obteve êxito (FERREIRA, 2012).

Com a chegada da família Real ao Brasil, ocorreu a estruturação do Ensino Superior em estabelecimentos isolados, buscando qualificar profissionais para o Estado por meio da criação de cursos e academias, a exemplo da oferta, em 1808, dos cursos de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia³; em 1810, do curso de Engenharia no Rio de Janeiro; e em 1827, do curso de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Olinda. No entanto, a criação de uma universidade nunca ocorreu durante essa fase. Já no período Imperial, no decorrer dos debates da Assembleia Constituinte em 1823, foram apresentados dois projetos. O primeiro projeto foi apresentado em junho, e propunha a criação de duas Universidades, em São Paulo e em Olinda. Já o segundo projeto, de novembro daquele ano, propunha uma universidade intitulada Instituto Basílio, no Rio de Janeiro (FERREIRA, 2012). Entretanto, com a dissolução da Assembleia, os projetos não vingaram. Além desses projetos, outros também permaneceram no campo das ideias, a exemplo da proposta da criação da Universidade Pedro II, em 1842; da Universidade do Rio de Janeiro, em 1870; e da criação da Imperial Universidade Pedro II, em 1881. Todas essas propostas tratavam apenas da junção de faculdades pré-existentes, as quais careciam de uma unidade universitária.

Da Colônia à República, dezenas de propostas e projetos, buscando a criação de universidades no Brasil, foram

3 Os cursos de medicina criados no Rio de Janeiro e na Bahia foram as matrizes para as Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (FÁVERO, 2006).

apresentados e recebidos com grande resistência. Contudo, foi apenas durante a Primeira República, com a Reforma Rivadávia Corrêa, pela qual o ensino passou a ser livre, que a desoficialização e, conseqüentemente, a descentralização do ensino realmente permitiu o surgimento de universidades em diversos estados brasileiros, como instituições livres.

Nesse sentido, a primeira tentativa de criação de uma universidade brasileira ocorreu no Amazonas, em 17 de janeiro de 1909, por meio da fundação da Escola Universitária Livre de Manaós, que em 13 de julho de 1913 passou a ser denominada Universidade de Manaus. Essa instituição foi criada por grupos ligados à borracha e por causa da decadência dessa atividade econômica foi fechada em 1926, ficando em atividade apenas unidades isoladas, como as Faculdades de Direito, Odontologia e Agronomia. Ao serem extintas as duas últimas, restou apenas a Faculdade de Direito. Em 12 de junho de 1962, o presidente João Goulart, por meio de Lei Federal 4.069-A, criou e legitimou a Universidade do Amazonas como sucessora da Universidade de Manaus que, após algumas incorporações, por meio do Decreto Lei n. 10.468 de 2002, teve seu nome alterado para Universidade Federal do Amazonas.

Já na década de 1930, a Universidade do Rio de Janeiro, conhecida como a primeira universidade “duradoura”, foi reestruturada por meio do Decreto n. 19.852/31, que dispunha sobre a sua organização. Com a criação dessa universidade, o debate acerca da questão universitária no Brasil foi retomado. Começou-se a questionar qual seria a concepção de universidade no país, os métodos a serem utilizados, como seria a autonomia universitária, qual seria a sua função. Pesquisa ou ensino? Os dois? Todas essas questões começaram a ser objeto de discussão no meio intelectual, como na Associação Brasileira de Educação (ABE), na Academia Brasileira de Ciências (ABC) e na 1ª Conferência Nacional de Educação, ocorrida em 1927, em Curitiba (FÁVERO, 2006, p. 22).

Em 11 de abril de 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras, criado por meio do Decreto-Lei n. 19.851, assinado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, e pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, dispunha que o Ensino Superior deveria obedecer ao sistema universitário e aos preceitos gerais instituídos no decreto. No entanto, ainda poderia ser ministrado em institutos isolados. O decreto também oferecia organização técnica e administrativa das universidades e dos institutos isolados.

Conforme o Estatuto das Universidades Brasileiras, a finalidade do ensino seria elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica, habilitar o estudante ao exercício de atividades que necessitassem de preparo científico superior e contribuir para a grandeza da Nação e aperfeiçoamento da Humanidade. Além disso, esse estatuto destacava a necessidade do desenvolvimento de ações conjuntas entre as universidades, a fim de desenvolver a alta cultura nacional e a promoção do intercâmbio com instituições de Ensino Superior estrangeiras.

Para socialização na universidade, esse decreto-lei trazia a organização de associações de classe formadas por professores e alunos, congressos universitários a cada biênio, bem como a organização, por parte dos professores, da Sociedade dos Professores Universitários, que buscava realizar, além de reuniões de caráter científico, reuniões sociais. A partir da organização da Sociedade dos Professores Universitários, previa-se a formação do Diretório Nacional de Professores, formado por dois representantes de cada uma das sociedades de professores universitários e de “um representante de cada uma das associações análogas, organizadas pelos institutos superiores de ensino não incorporados a universidades” (BRASIL, Decreto-Lei n. 19.851, de 11 de abril de 1931). O diretório seria responsável pela defesa dos interesses da classe, pela decisão conjunta das diversas universidades e institutos de Ensino Superior no Brasil e pela realização de congressos,

ou seja, representava uma tentativa de centralização do Ensino Superior brasileiro.

Além do Diretório Nacional de Professores, o Decreto-Lei n. 19.851 previa a formação do Diretório Central dos Estudantes, constituído por dois representantes de cada um dos Diretórios de Estudantes dos institutos universitários e responsável pela centralização da vida social dos discentes e da defesa dos interesses gerais dos estudantes. Cada Diretório de Estudantes era responsável pela defesa dos interesses do corpo discente, formado por nove membros com o reconhecimento do conselho técnico-administrativo do seu respectivo instituto. Todos os institutos federais, ainda que não tivessem sido integrados em unidade universitária, deveriam obedecer ao presente decreto. Além disso, a denominação de universidade em documentos oficiais só poderia ser utilizada por universidade federal ou equiparada.

Como podemos vislumbrar, o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 (Decreto-Lei n. 19.851) seguido dos dois decretos-lei, o da criação do Conselho de Educação (Decreto-Lei n. 19.850) e o da organização da Universidade do Rio de Janeiro (Decreto-Lei n. 19.852) são marcos primordiais para a história do Ensino Superior no Brasil. Os três decretos-lei encontravam-se interligados, uma vez que se criava um conselho de educação ao mesmo tempo em que se legislava sobre o modelo de universidade que o Brasil deveria possuir. Paralelamente, buscava-se a padronização e por efeito a centralização do ensino por meio da organização da Universidade do Rio de Janeiro. Esta deveria ser exemplar no Ensino Superior, da mesma forma que o Colégio Pedro II era para o ensino secundário.

Na década de 1950, durante o governo de Getúlio Vargas, no dia 11 de julho de 1951, por meio do Decreto-Lei n. 29.741/51, foi instituída uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. A campanha tinha dentre os seus objetivos:

garantir a formação de pessoas especializadas para atender às necessidades de desenvolvimento econômico e social do Brasil e oferecer condições para aperfeiçoamento às pessoas sem recursos próprios. Para isso, previa-se a criação de um fundo para custeio das atividades da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por meio de contribuições de entidades públicas e privadas e de particulares. Em 1990, por meio de uma Medida Provisória, a CAPES foi extinta. Nesse contexto, mobilizações defendendo a recriação da campanha espalharam-se pelas universidades brasileiras, fazendo com que o Ministério da Educação tomasse conhecimento. Diante das mobilizações, a instituição foi recriada e posteriormente, por meio da Lei n. 8.405/92, a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi instituída como fundação pública.

Apesar do intenso debate, na década de 1930, sobre a concepção de universidade no Brasil, sobre métodos de ensino e autonomia universitária, seguido da publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 (Decreto-Lei n. 19.851), da criação do Conselho de Educação (Decreto-Lei n. 19.850) e da criação Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior em 1951, nenhum documento abordou as dificuldades do acesso e permanência das mulheres no ambiente universitário brasileiro, reforçando a exclusão das mulheres na produção científica do país, limitando-as à ocupação do espaço privado.

Conforme Guedes (2008, p. 123), durante a década de 1970, a distribuição da escolaridade entre homens e mulheres, quando se considerava o Ensino Superior brasileiro, revelava que ainda havia discrepâncias, sendo o corpo discente formado por uma maioria masculina, revelando que um número muito reduzido de mulheres dava continuidade aos estudos após concluído o Ensino Médio. Além disso, as mulheres enfrentavam maiores dificuldades para ingressar no Ensino Superior devido à estrutura escolar do ensino brasileira, que reforçava

a função do cuidado como o lugar da mulher na sociedade, como pode ser percebido a seguir:

[...] o conteúdo exigido nas provas de vestibular baseava-se em disciplinas lecionadas nos chamados ensino secundário científico e ensino secundário clássico, cursados majoritariamente por meninos. Nesse contexto, as meninas que quisessem ingressar em uma universidade eram duplamente desestimuladas: primeiramente eram pressionadas, pela tradição feminina, a cursar o Normal (o que lhes conferia uma profissão que não exigia maiores estudos), e posteriormente, quando desejavam ingressar nas universidades, enfrentavam a necessidade de estudos complementares em cursinhos, a fim de poderem contar com conteúdos nunca antes estudados em sua vida escolar. Apesar dessas limitações, o crescente contingente populacional feminino que concluiu o 2º grau nos anos 70 começou a ingressar nas universidades por meio de um processo característico desse período: a crescente participação concentrada em carreiras que preparavam para o magistério secundário, em especial a área de ciências humanas e letras. (GUEDES, 2008, p. 123)

A estrutura do ensino secundário brasileiro reforçou a demanda das mulheres por cursos menos concorridos e em profissões que na maioria das vezes estavam relacionadas ao cuidado. O aumento quantitativo de mulheres no Ensino Superior nas décadas seguintes não significava liberdade de escolha profissional. Entretanto não se pode negar que a partir das décadas de 1970 e 1980 o aumento do número de mulheres no Ensino Superior brasileiro foi uma conquista. Atualmente essa situação ainda se faz presente, pois a maioria dos discentes que ocupam cursos de cuidado ainda são as mulheres.

Infelizmente a história de conquistas institucionais de leis e outras demandas tem um interregno entre os anos 90 e 2000, oriundas de uma série de fatores que podemos especular, tais como: a permanência de uma cultura da naturalização

dos cuidados da criança como prioritariamente das mulheres mães, a privatização dos cuidados infantis, o avanço da cultura capitalista das “técnicas” do maternar e o avanço de uma lógica individualista familiar.

Mas, o que já eram discussões urgentes e necessárias nos anos 2000, eclodiram no começo da pandemia de COVID-19.

O contexto pandêmico escancarou as dificuldades das mulheres para se manterem nas universidades, principalmente das mulheres mães. Pensando nesse sentido, buscamos averiguar quantos grupos de pesquisa temos registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que tem como principal foco a maternidade. Por meio da busca na Base de Dados do CNPq, utilizando palavras-chaves como *maternidade*, *maternidades*, *parentalidade* e *parentalidades*, foram encontrados apenas oito grupos de pesquisa e de trabalho registrados no diretório, como pode ser observado na tabela a seguir:

<i>Grupo de Pesquisa</i>	<i>Data de criação</i>	<i>Área de atuação</i>	<i>Vínculo institucional</i>	<i>Liderança</i>
Maternidade, Saúde da Mulher e da Criança	2005	Enfermagem	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Valdecyr Herdy Alves e Bianca Dargam Gomes Vieira
Gênero e evidências em maternidade e saúde (GEMAS)	2011	Saúde Coletiva	Universidade de São Paulo (USP)	Carmen Simone Grilo Diniz
Saúde da Mulher, maternidade e direitos sexuais e reprodutivos	2012	Psicologia	Universidade Federal Fluminense (UFF)	Paula Land Curi
Desenvolvimento Socioemocional e Parentalidade	2013	Psicologia	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Deise Maria Leal Fernandes Mendes
Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais	2020	História	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Grupo de Estudos, Análise e Reflexão sobre Maternidade e Ciência (GESTAR)	2021	Linguística	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Lígia Mara Boin Menossi de Araújo e Andrea Rodrigues Ferro
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Maternidades, Parentalidade e Sociedade (GMATER)	2021	Sociologia	Universidade de Brasília (UnB)	Hayeska Costa Barroso e Mari-léia Goin
Grupo de Estudos e Pesquisas em Maternidade, Saúde da Mulher e da Criança	2021	Medicina	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Ludmila Mourão Xavier Gomes Andrade

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

Dos oito grupos, cinco ficam localizados na região Sudeste do Brasil, dois na região Centro-Oeste e um na região Sul. Além disso, os grupos das regiões Sudeste e Sul estão relacionados à área da saúde e os dois grupos da região Centro-Oeste estão relacionados à área de humanas, sendo um em Sociologia e outro em História. Além disso, é possível perceber que 50% dos grupos de pesquisa sobre maternidade foram criados no contexto da pandemia da Covid-19.

Dos grupos encontrados, apenas o Grupo de Trabalho Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais (GTMCMP – FH/UFG/CNPq) está vinculado à área de História, sendo o mais antigo da região centro-oeste, evidenciando o pioneirismo do grupo no campo historiográfico. O GT foi criado em 2020 e no ano seguinte criou a Ação de Extensão *Lives “Mães na Academia”* buscando democratizar e tornar acessível o debate científico materno a toda a comunidade. Contando com o apoio da Coordenação de Ações Afirmativas (CAAF)⁴ e da Reitoria Digital,⁵ o GT foi pioneiro na realização de *lives* (transmissões

4 A CAAF estava sob a coordenação de Marlini Dorneles de Lima.

5 A Reitoria Digital estava sob a coordenação de Pablo Lisboa.

online ao vivo) mensais tendo como meio o canal institucional de uma universidade pública brasileira. Por meio do canal oficial da UFG no Youtube, a temática Maternidades Plurais foi abordada recebendo convidadas de diversas instituições brasileiras.

Buscando o aprofundamento do debate sobre o lugar da mulher mãe na ciência e no meio acadêmico, o GT recebeu cientistas brasileiras de diversas instituições e regiões do país. Dentre as temáticas das *lives* realizadas entre 2021 e 2022 destacam-se: “Maternidades na academia: iniciativas, ações e desafios universitários”, “Desafios das maternidades plurais discentes na universidade”, “Maternidades plurais e (in)segurança alimentar na pandemia”, “Maternidades plurais negras, indígenas e quilombolas na universidade”, “Maternidades plurais: maternidades atípicas e direitos maternos”, “Maternidades plurais: a heteronormatividade em debate”, “Maternidades plurais e interseccionais”, “Maternidades plurais: violência contra as mulheres, feminicídios e seus impactos na vida das mães”, “Maternidades plurais e mulheres: espaços, interdições e (im)possibilidades feministas”, “Meninas e mulheres nas ciências” e “Mulheres cientistas, maternidades plurais e inclusão.”. Foram recebidas durante as *lives*: Sandramara Matias Chaves (vice-reitora da UFG), Marilini Dorneles de Lima (coordenadora da CAAF/UFG) e as pesquisadoras Bibiana Arantes Moraes (UFG), Isadora Tolentino (UFG), Juliana Márcia Santos Silva (PUC/RJ), Cláudia Ferreira (UFG), Weslangila Rodrigues (UFG), Vanessa Hatxu de Moura Karajá (UFG), Mireille Louise Chianca (UNIPÊ), Carolina Hissa (UFG), Bianca Lopes (UFG), Marcela Amaral (UFG), Kamila Eulálio (UFRJ), Mithaly Corrêa (UFRJ), Neide Barros (UFG), Ivana Patrícia Almeida da Silva (UFBA), Maria Collier de Mendonça (UFPE), Juddy Garcez Moron (UNILA), Luciana de Oliveira Dias (UFG) e Lindamir Salete Casagrande (UFBA).

O GTMCMP também foi pioneiro ao realizar um curso de formação para docentes e técnicos-administrativos recém

ingressos na Universidade Federal de Goiás com o apoio da Coordenação de Ações Afirmativas, em 2020. No mesmo ano, o GT foi convidado para a reunião de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em História do Brasil, promovida pela ANPUH/Brasil. Durante a reunião ficou estabelecido que o GT colaboraria por meio de suas pesquisas e discussões para redação de um documento sobre a questão materna nas universidades brasileiras. A parceria resultou no lançamento da *Nota Técnica do Fórum de Pós-Graduação em História da Anpuh-Brasil sobre Maternidade, Gênero e Cuidado nos Cursos de Pós-Graduação em História* da ANPUH/Brasil.⁶ Além disso, ficou estabelecido o apoio da ANPUH/Brasil para a ampla divulgação da pesquisa “Perfil Atual das Pós-Graduações em História no Brasil 2020/2021”, iniciada pelo GT sob a coordenação de Ana Carolina Eiras Coelho e Vanessa Clemente Cardoso. A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, registrada na Plataforma Brasil, foi estendida para os anos de 2022 e 2023 e os formulários estão sendo aplicados e divulgados em todos os programas de pós-graduação em História do Brasil, contando com a divulgação via ANPUH, redes sociais do GT e sistema bola de neve nos *e-mails*. Atualmente, estão sendo analisados os dados para posterior publicação em artigo científico.

Em março de 2021, o GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais iniciou a Campanha “Maternidades Plurais” em parceria com a CAAF/UFG e Faculdade de História/UFG. Foram produzidos uma série de *cards* (cartões digitais) que foram publicados nos canais oficiais da UFG para informar sobre acolhimento e direitos maternos no ambiente universitário, como pode ser observado a seguir:

6 A nota pode ser acessada no Link: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/6229-nota-tecnica-do-forum-de-pos-graduacao-em-historia-da-anpuh-brasil-sobre-maternidade-genero-e-cuidado-nos-cursos-de-pos-graduacao-em-historia>



Figura 1. Como Posso ajudar as mães Da UFG? Fonte: <https://www.instagram.com/reitoriaufg/>

Figura 2. E as bolsas? Fonte: <https://www.instagram.com/reitoriaufg/>

A construção de cada *card* passou por um longo diálogo entre a Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás e o GTMCMP. Buscou-se a elaboração de um material que representasse a pluralidade materna. O trabalho foi árduo, uma vez que a assessoria constatou que a diversidade que se buscava retratar não era encontrada facilmente nos bancos de imagens que tínhamos à disposição. A saída encontrada foi a criação de *cards* com ilustrações, como pode ser percebido nas figuras 1 e 2, acima. A mesma dificuldade foi encontrada pelo GT no momento de construção do *site* e criação de uma identidade visual.

Além das imagens, as cores também foram escolhidas propositalmente. Buscavam-se as cores do movimento feminista, mas também cores que remetessem ao acolhimento e que chamassem a atenção das pessoas nas redes sociais, como pode ser visto nas figuras a seguir.



Figura 3. Licença Maternidade. Fonte: <https://www.instagram.com/reitoriauf/>

Figura 4. Objetivos da UFG. Fonte: <https://www.instagram.com/reitoriauf/>

Além disso, cada postagem era acompanhada por uma descrição previamente pensada pelas pesquisadoras do GT, buscando uma linguagem fácil, acessível e acolhedora. O acesso a informação, conhecimento dos direitos e pautas maternas, acolhimento, inclusão, direito ao acesso e permanência das mães na universidade foram temáticas prioritárias na campanha de 2021, como pode ser percebido nas figuras 5 e 6.

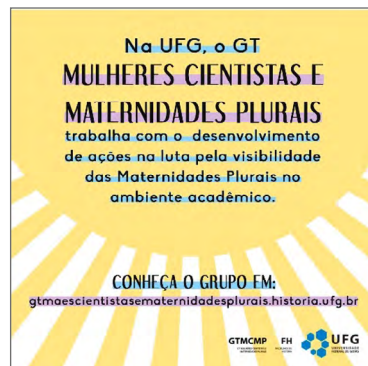


Figura 5. Maternidade é vida. Universidade é direito. Fonte: <https://www.instagram.com/reitoriauf/>

Figura 6. Divulgação do trabalho do GT. Fonte: <https://www.instagram.com/reitoriauf/>

A repercussão, com o compartilhamento dos *cards* pelos perfis da Reitoria Digital da UFG e do GTMCMC no Instagram, foi imediata. O GT passou a receber mensagens de mães buscando entender os seus direitos dentro da instituição, bem como algumas mães que queriam integrar o grupo. A maioria das mães desconhecia os direitos maternos no ambiente universitário, por diversos fatores, sendo um dos principais a dificuldade de acesso à informação. Faltava informação não apenas por parte das mães, mas da comunidade acadêmica de modo mais amplo, havendo desencontros de informação e dificuldades em saber como proceder em caso de licença maternidade, abuso, assédio, solicitação de ampliação e prazos ou garantias de bolsa de pesquisa. Os *cards* revelaram que a busca por visibilidade das mulheres mães no ambiente acadêmico ainda está presente e se faz necessária.

Em novembro de 2021, após a Campanha Maternidades Plurais, em reunião com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação,⁷ algumas pautas do GT foram apresentadas buscando a melhora da coleta de dados dentro da Universidade Federal de Goiás, para posterior produção científica embasando a propositura de políticas públicas brasileiras, considerando a questão das mulheres mães no ambiente acadêmico. Nesse sentido, foram apresentadas três pautas:

1. a criação de um modelo de formulário para matrícula e rematrícula para ser sugerido a todos os Programas da UFG. Esses formulários conteriam especificidades como Maternidade/Paternidade e Interseccionalidades. São de grande importância para conhecermos a nossa universidade, bem como para realizarmos futuras pesquisas para ações mais concretas na formação de um ambiente acolhedor e inclusivo na UFG;

7 Em 2021, a Pró-Reitoria tinha como Pró-Reitor de Pós-Graduação o prof. Dr. Laerte Guimarães Ferreira e como Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação a profa. Dra. Maria Márcia Bachion.

2. a elaboração de um modelo para orientação de produção proporcional de produção nos processos seletivos das pós-graduações para discentes e progressão e concursos de produção de mães de crianças de até sete anos de idade;
3. a regulamentação e treinamento dos coordenadores de pós-graduação sobre o fluxo dos trâmites para a licença maternidade na UFG.

No mesmo ano, o GT também foi convidado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFG⁸ a participar do 3º Colóquio de Sistema de Avaliação de Pós-Graduação na UFG. Nesse aspecto, a Universidade Federal de Goiás tem se destacado na região Centro-Oeste do Brasil, trazendo o debate materno via GT, bem como pela criação do Coletivo de Mães da UFG. Outras regiões do Brasil também são pioneiras em ações sobre maternidades (coletivos e grupos de pesquisa e trabalho), por exemplo, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Outras universidades recentemente têm iniciado trabalhos nesse sentido, a exemplo da Universidade Federal de Pernambuco.⁹

Entretanto, apesar dessas iniciativas, quando pensamos no âmbito legislativo, atualmente temos poucas leis voltadas especificamente para mães estudantes. A primeira lei foi criada em 1969: tratava-se do Decreto-Lei n. 1.044, que dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou

8 O GTMCMP foi convidado pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação Laerte Guimarães.

9 Em 2021, foi criado o projeto de extensão Maternagem, Mídia e Infância, vinculado ao GP PHiNC (UFPE/CNPq) e à Proexc da Universidade Federal de Pernambuco.

outras condições mórbidas e que foi editado em abril de 1975, pela Lei n. 6.202, estendendo o regime de exercícios domiciliares às estudantes gestantes. Ainda na década de 1970, pode ser citada a *Lei n. 6.503, de 13 de dezembro de 1977, que “dispõe sobre a Educação Física em todos os graus e ramos de ensino” e indica como facultativa a prática da Educação Física “à aluna que tenha prole”*. Já em 2017 foi sancionada a Lei n. 13.536, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. A lei possibilita a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa por 120 dias em decorrência de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para bolsistas. Há ainda dois projetos de Leis que foram propostos entre os anos de 2015 e 2018. O primeiro, trata-se do Projeto de Lei 2350/2015, proposto por Jean Wyllys - PSOL/RJ, no dia 14 de julho de 2015, que busca dar nova redação à Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que “Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências” e à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para assegurar os direitos educacionais às gestantes. Conforme a justificativa do projeto:

O projeto de lei que ora apresentamos tem duplo propósito. O primeiro é garantir às mães estudantes, no período pré e pós-natal, a extensão do prazo de noventa dias de afastamento para exercício domiciliar, definido pela Lei nº 6.202, de 1975, e estabelecer condições para o efetivo direito à educação dessas adolescentes e mulheres, em todos os níveis e modalidades de ensino. O segundo objetivo é assegurar às crianças, desde a fase gestacional aos primeiros meses de vida, circunstâncias que favoreçam o seu desenvolvimento e lhe possibilitem ser cuidadas e alimentadas

pela mãe que estuda (BRASIL, Projeto de Lei 2350/2015, de 14 de julho de 2015)

Apesar da sua relevância, o PL ainda está em Aguardando Apreciação pelo Senado Federal. Já, em 2018, a segunda propositura foi o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2018, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que propôs a alteração da Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para estender a não bolsistas a suspensão do calendário das atividades acadêmicas por até 120 (cento e vinte) dias em razão da ocorrência de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção. O referido projeto foi arquivado ao final da legislatura no dia 22 de dezembro de 2022, após ter sido recebido o Relatório do Senador Styvenson Valentim, com voto pela rejeição do PL no dia 28 de março de 2019.

A demora na aprovação de um Projeto de Lei pelo Senado Federal e o arquivamento de outro Projeto de Lei, ambos com a temática diretamente relacionada aos direitos maternos estudantis, muito revela sobre como a sociedade e as instituições brasileiras relegam às mulheres mães ao papel de subalternidade e apagamento.

Ao analisar a legislação brasileira é possível observar a grande lacuna entre as décadas de 1970 do século XX e a segunda década do século XXI, no que tange a propositura e aprovação de leis que abordem questões materno estudantil e materno científica. O número reduzido de leis, acompanhado pela criação de grupos de pesquisa, formação de coletivos de mães, realização de pesquisas, elaboração de livros e debates promovidos por meio de *lives* por diversos grupos maternos durante a pandemia demonstram a necessidade de aprofundamento da temática e construção de análises e dados que possibilitem, por meio do embasamento científico, a construção de políticas públicas e leis mais abrangentes e inclusivas.

A ampliação das ações de luta e resistência das mulheres mães, a partir de 2020, por meio de debates, pesquisas

acadêmicas, *lives* e de ações coletivas pode ser percebida como uma das resultantes do escancaramento das desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres mães durante a pandemia da Covid-19.

A questão da conciliação entre a maternidade e a vida acadêmica transcende a esfera pessoal e individual, adentrando o âmbito estrutural das instituições de ensino. Um dos aspectos que ampliam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres mães na universidade está relacionado à falta de políticas inclusivas e à escassez de recursos que atendam às suas necessidades específicas. A ausência de creches no campus, por exemplo, não apenas dificulta a presença efetiva dessas mulheres nas salas de aula, mas também impacta diretamente sua capacidade de participação em atividades extracurriculares e eventos acadêmicos.

Outro desafio substancial reside na dificuldade de acesso a oportunidades de pesquisa e estágio, muitas vezes incompatíveis com a rotina e as responsabilidades das mães universitárias. A falta de flexibilidade nos programas acadêmicos e a rigidez das agendas podem limitar suas opções, prejudicando o desenvolvimento de suas carreiras. Dessa forma, é imperativo repensar e adaptar as estruturas curriculares e os cronogramas acadêmicos para garantir a inclusão efetiva dessas mulheres, proporcionando oportunidades igualitárias de crescimento profissional.

Além disso, a pressão social e as expectativas culturais que cercam a figura da mulher e da mãe muitas vezes refletem-se nos ambientes acadêmicos. O estigma associado à maternidade na universidade pode criar barreiras invisíveis, contribuindo para o isolamento e o sentimento de inadequação por parte das mulheres que desempenham simultaneamente os papéis de mãe e estudante. A promoção de uma cultura de respeito e compreensão, aliada à desconstrução de estereótipos prejudiciais, é essencial para construir um ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

A integração de programas de mentoria específicos para mulheres mães representa uma estratégia valiosa para orientar e apoiar essas estudantes ao longo de sua jornada acadêmica. Mentores que compreendem as complexidades da maternidade na universidade podem oferecer orientação personalizada, compartilhando experiências similares e fornecendo conselhos práticos sobre como superar desafios específicos. Essa abordagem não apenas fortalece os laços entre as gerações acadêmicas, mas também contribui para a construção de uma comunidade mais coesa e solidária. Além disso, é fundamental promover a conscientização e a sensibilização da comunidade acadêmica em relação às questões enfrentadas pelas mulheres mães. Iniciativas que visem criar um ambiente mais inclusivo, com a promoção de uma cultura de respeito e compreensão, podem reduzir o estigma associado à maternidade na universidade. A promoção de redes de apoio entre as próprias mães universitárias também desempenha um papel crucial. Compartilhar experiências, estratégias de enfrentamento e recursos pode fortalecer a resiliência dessas mulheres, criando uma comunidade de suporte mútuo.

Paralelamente, a implementação de programas de sensibilização para docentes e colegas visa promover uma compreensão mais profunda das demandas enfrentadas pelas mulheres mães. Iniciativas educativas que destacam a importância da empatia e da flexibilidade no ambiente acadêmico podem criar um ambiente mais colaborativo, minimizando possíveis preconceitos e promovendo uma cultura de respeito mútuo.

Adicionalmente, a tecnologia pode desempenhar um papel significativo na superação dessas dificuldades. A disponibilização de aulas *online*, ferramentas de comunicação síncrona e assíncrona, bem como a flexibilização das atividades presenciais, oferece às mães universitárias maior autonomia sobre sua agenda e uma oportunidade para conciliar os compromissos acadêmicos com as responsabilidades familiares.

Por fim, a criação de espaços físicos e virtuais dedicados ao apoio às mulheres mães na universidade é uma medida crucial. Centros de apoio à maternidade, grupos de discussão e plataformas *online* específicas podem servir como recursos fundamentais para compartilhar informações e estratégias de enfrentamento, e para promover uma rede de apoio entre as mulheres que vivenciam desafios similares.

Em conclusão, a superação das dificuldades das mulheres mães na universidade requer uma abordagem multifacetada que inclui mudanças estruturais, políticas inclusivas, conscientização cultural, programas de mentoria e o uso estratégico da tecnologia. Ao abordar esses aspectos de maneira abrangente, as instituições de ensino podem criar ambientes acadêmicos mais justos, igualitários e adaptados às necessidades diversificadas de suas estudantes, possibilitando o pleno desenvolvimento de seus potenciais acadêmicos e pessoais.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. DF, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1044.htm>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- _____. Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei n. 1.044, de 1969, e dá outras providências. DF, 1975. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6202.htm>. Acesso em: 01 mar. 2023.
- _____. Lei n. 6.503, de 13 de dezembro de 1977. *Dá nova redação ao disposto na Lei nº 6.503, de 13 de dezembro de 1977.* Dispõe sobre a Educação Física, em todos os graus e ramos do ensino. DF, 1977. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/>>

lei-6503-13-dezembro-1977-366413-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 mar. 2023.

_____. Lei n. 13.536, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13536.htm>. Acesso em: 01 mar. 2023.

_____. Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Educação. DF, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-norma-pe.html>>.

Acesso em: Acesso em: 02 abr. 2023.

_____. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. DF, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: Acesso em: 02 abr. 2023.

_____. Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. DF, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

_____. Projeto de Lei n. 2350/2015, de 14 de julho de 2015. Dá nova redação à Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que “Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências” e à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para assegurar os direitos educacionais às gestantes. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361343&filename=Tramitacao-PL%202350/2015>. Acesso em: 05 jun. 2023.

_____. Projeto de Lei nº 185/2018, de 12 de abril de 2018. Altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para estender a não bolsistas a suspensão do calendário das atividades acadêmicas por até 120 (cento e vinte) dias em razão da ocorrência de parto, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção. [S. l.], 2018. Disponível em: <<https://www25.senado>

- leg.br/web/atividade/materias/-/materia/132963>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- FÁVERO, Maria de L. de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*. Editora UFPR Curitiba, n. 28, 2006, p. 17-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- FERREIRA, Alexandre Marcos de Mattos Pires. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP – um estudo sobre o início da formação de pesquisadores e professores de matemática e de física em São Paulo. In: *13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 2012. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sbhc.org.br/resources/anais/10/1344217546_ARQUIVO_TextoFinalAlexandreM.M.P.Ferreira.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.
- ROTHEN, José Carlos. A Universidade Brasileira segundo o Estatuto de 1931. In: *IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A educação e seus sujeitos na História*, Goiânia, 2006. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbh_e4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Jose%20Carlos%20Sousa%20Araujo/Jose%20Carlos%20Rothen%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.
- _____. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 17, maio/ago. 2008. p. 141-160. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/111551/mod_resource/content/2/aula%2015.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- _____. Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 103, maio/ago. 2008. p. 453-475. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/08.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- SILVA, Juliana Marcia Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente; ABREU, Kamila Eulálio Abreu; SILVA, Lívia Souza. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. *Revista Feminismos*, online, v. 8, n. 3, p. 149-161, 2020. Disponível

em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/issue/view/2137/showToc>>. Acesso em: 04 mar. 2023

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camila de Almeida Santos, SILVA, Juliana Márcia Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente. Apontamentos históricos do surgimento dos coletivos nacionais de mães nas universidades e o fortalecimento da luta materna na ciência brasileira dos dias atuais. In: Andreia Silva de Souto-Marchand; Elisandra Galvão; Morgana Fernandes (Org.). *Mulheres cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade*, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia de Covid-19 em 2020. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/015cientistas>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CARDOSO, Vanessa Clemente. Maternidades e relações de gênero: história, feminismos e narrativas contemporâneas. In: GRISOLIO, Lilian Marta; ALVES, Jorge Luiz da Silva; PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento (Org.). *Histórias, tensões e resistências: O gênero e as sexualidades em foco*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021. Disponível em: <https://mestrado_historia.catalao.ufg.br/p/41137-historias-tensoes-e-resistencias-o-genero-e-as-sexualidades-em-foco-lilian-marta-grisolio-jorge-luiz-da-silva-alves-e-rhanielly-pereira-do-nascimento-pinto>. Acesso em: 04 mar. 2023

A Tragédia da Piedade: Ana, Euclides, Dilermando

ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER¹

O escritor Euclides da Cunha (1866-1909) foi morto em um episódio de crime passional, em razão de uma série de acontecimentos envolvendo Dilermando de Assis, amante de sua esposa Ana Emília,² por ele interpelado a fim de recuperar a honra, em circunstâncias que foram narradas de diferentes maneiras, a partir de diferentes memórias e ficaram conhecidas como “Tragédia da Piedade”.³

Se hoje os papeis dos cônjuges no casamento, na família, podem também ser vistos como problemas de ordem pública e com comportamentos passíveis de punição sistematizada na lei, no início do século XX esses problemas eram de ordem privada, e isso só começou a mudar na metade daquele século (MARSHALL, 1950). Efetivamente, o que para nós é uma violência, para aqueles homens era encarado como modo

- 1 Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: aptd78@gmail.com
- 2 A grafia do nome de Ana aparece algumas vezes, com apenas uma letra “n” e muitas vezes com duas letras “n”. A opção pela grafia com apenas uma letra “n” se dá porque essa é a forma da documentação oficial - como a certidão de casamento de Ana e Euclides, transcrita por Roberto Ventura (2003, p. 271). Anote-se, por oportuno, que Brandão (1990, p. 131) apresenta um fac-símile da certidão de batismo de Ana, lavrada em Jaguarão-RS, na qual o nome está grafado com dois “n”. No decorrer desse trabalho, quando a grafia é vertida com duas letras “n” trata-se de transcrição.
- 3 Evaristo de Moraes, o advogado de defesa de Dilermando de Assis, conta em seu livro *Reminiscências de um Rábula Criminalista*, que o fato foi apelidado de “Tragédia da Estrada de Santa Cruz” (MORAES, 1922, p. 211), mas não se encontra outro registro desse apelido na documentação levantada. Jefferson Andrade recorda “a imprensa brasileira da época fartou-se com a repetida chamada: a tragédia da Piedade” (ANDRADE, 2009, p. 55).

de viver, um fenômeno cultural ao qual homens e mulheres recorriam como solução dos problemas, defesa de direitos, defesa da honra, uma maneira de afirmação de posição social, de valores. E ainda que as mulheres caminhassem⁴ para um mundo de maior liberdade, com novos espaços, delas era esperado um comportamento impecável em relação ao seu papel de detentora da honra da família.

Walnice Galvão, em texto que se propõe a tratar de *Os Sertões*, anota um desvio para a vida de Euclides. Segundo ela, as décadas de reflexões sobre a obra arrebanharam grupos apaixonados e odiosos, sentimentos que facilmente se transmitem ao próprio autor, e esses críticos cheios de sentimento muitas vezes se espantam com as ocorrências da vida do autor. Mas a pesquisadora também já se adianta, “não é que o que ocorreu com Euclides da Cunha tenha sido tão extraordinário. Nos quadros habituais da família patriarcal brasileira, os feitos são perfeitamente compreensíveis”, mas ela reconhece, e externa: “talvez se tornem chocantes quando se constata como, num autor de postura tão científica, a vida seja ao contrário tão pouco científica, sua ação pessoal seja tão irracional” (GALVÃO, 1981).

Os homens se adaptavam a mudanças profundas e rápidas, alevantadas na nascente República e seu modelo positivista; mas adaptar-se ao novo não os escusava de observar suas obrigações de sempre. Esses homens de costumes antigos e persistentes que habitavam cidades que se modernizavam, trazendo a civilização, construía suas famílias com as preocupações usuais: a mulher seguia responsável pela honra familiar e pelos assuntos domésticos, enquanto o marido seguia

4 No final do século XIX, especialmente na Inglaterra, surgiram os primeiros movimentos de reconhecimento de direitos das mulheres, como a busca pela igualdade pelo direito ao voto. A ascensão do movimento feminista se dá especialmente na segunda metade do século XX e, no Brasil, a partir da década de 1970.

responsável por sustentar a família e por observar a manutenção dessa honradez a qualquer custo.

Em um tempo em que homens e mulheres tinham papéis específicos que não podiam ser trocados ou modificados sem prejuízo de seu lugar no mundo, Euclides, Ana e Dilermando acabam comprometidos:

A obsessiva europeização, levada a sério tanto no ambiente doméstico quanto no das políticas públicas, enrijeceu os papéis de gênero. Homens só podiam ser pais e provedores. Mulheres, mães e esposas. Todos perfeitos. Quem rompesse a norma se comprometeria. (DEL PRIORE, 2009, p. 104)

A honra de Euclides pertencia a Ana, guardiã do bom nome da família. A ele cabia o direito/dever de exigir o bom comportamento da esposa. É como reverbera Mariza Corrêa (1983, p. 192), “o dever mais enfatizado nesses casos tem sido o da fidelidade da mulher ao homem [...] sua possível infidelidade absolvendo ou atenuando o ato agressivo cometido pelo acusado”. A mesma autora arremata: “esse dever da mulher corresponde a um direito do homem que pode, além de exigir o seu cumprimento, punir o seu não cumprimento” (CORRÊA, 1983, p. 192).

Também é importante lembrar uma relação particular dos envolvidos nesse caso específico, na vida militar.⁵ Quando se considera a honra sob a ótica da formação militar tanto de Euclides quanto de Dilermando – e, porque não dizer, da própria Ana, como lembra Castro (1995), “honra”, “brios” e “pundonor”, que é o dever do militar de agir com hombridade, integridade, são elementos muito importantes. Tão

5 Euclides e Dilermando foram educados em escolas militares. Euclides serviu ao Exército por alguns anos na juventude. Dilermando fez carreira nas Forças Armadas. Ana também foi criada em uma família militar. Seu pai era o Major Sólton Ribeiro, nome importante da instalação da República no Brasil.

importantes e formadores do *ethos* do soldado que estão previstos até hoje.⁶ Moniz Barreto, que foi médico do exército em Canudos, resumiu bem essa particular visão de mundo ao apontar que “por definição, o homem da guerra é nobre. E quando ele se põe em marcha, à sua esquerda vai a coragem e, à sua direita, a disciplina” (BARRETO, 1893).

Pode-se arrazoar que, ao final do Dezenove, as bases do masculino eram a sexualidade, a família e o trabalho. Dilermando e Ana, ao se tornarem amantes, feriram a base do que tornava Euclides o que ele era: a esposa procura em outro homem a satisfação sexual, e constrói com esse homem uma nova família que, de certa forma, é imposta a Euclides. E a ele restou o orgulho do trabalho e a chance de lavar a honra ferida, diante de um homem que, à primeira vista, tinha tudo aquilo que Euclides não conseguira alcançar: a constituição máscula, a beleza, o temperamento para a vida na caserna, o amor de Ana. Até que ponto essas diferenças entre Cunha e Assis, que tornavam tão visíveis as ausências em Euclides, realmente o incomodavam, é difícil dizer. Mas cumpre lembrar a ressalva de Badinter (1993), para quem nos definimos por processos de identificação e de diferenciação, reconhecendo a nós mesmos não só pelas semelhanças, mas também pelas diferenças que encontramos no outro.

6 Veja-se, por exemplo, o artigo 14 do Regulamento Disciplinar do Exército (Dec. 4.346/2002): “Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.”. Veja-se o art. 31 do mesmo diploma legal: “O serviço ativo das Forças Armadas será interrompido: [...] c) pela expulsão; [...] § 3º A expulsão, ocorrerá: [...] b) pela prática de ato contra a moral pública, pundonor militar ou falta grave que, na forma da Lei ou de Regulamentos Militares, caracterize seu autor como indigno de pertencer às Forças Armada [...]”. (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4346.htm>. Acesso em 24 jan 2022).

De outro lado, a fim de olhar para essa relação entre Euclides e Dilermando, é bom lembrar que, como nos ensina Connell (1995), há diferentes tipos de masculinidade em um mesmo contexto social, desenvolvidas em torno da masculinidade hegemônica que reflete o padrão idealizado do homem. Morto Cunha no duelo, ao final, são a sua inteligência e produção literária que “salvam” o seu bom nome, por vezes parecendo que a vida de Euclides foi uma busca dessa noção de virilidade que o formou e o educou, mas que nunca lhe foi natural – ele não tinha especial apreço pela vida militar:

A experiência da Guerra de Canudos, para Euclides, confere uma dimensão especial ao sentido da viagem, que, embora não negue implicações românticas, assume contornos próprios. O tema, para ele, tem o cunho de um outro mito, o mito da busca da autenticidade na aventura viril. É antes indo rumo ao inóspito que o caráter é temperado, como o aço, através de provações quase sobre-humanas. (GALVÃO, 2010, p. 63)

Quando Euclides, arma em punho, chegou à casa de Dilermando em busca de Ana – e o fez em seu lugar de homem bom que reagia à má conduta da esposa, e portanto, para isso não deveria haver punição. Dilermando infringiu regras sociais ao se relacionar com uma mulher casada. Euclides tinha o direito moral (segundo se entendia na ocasião) de cobrar a honra enxovalhada, enquanto Dilermando tinha o direito de se defender. Ao final, Euclides falhou e Assis sobreviveu.

Ana cresceu acompanhando a carreira cada vez mais notória do pai. Judith, filha de Ana e Dilermando, apontou que a mãe era dona de “uma curiosidade invulgar e uma vivacidade além do normal para as meninas da época” (ANDRADE, 2009, p. 20), além de muita determinação e um temperamento inflexível. Ela acaba sendo várias mulheres diferentes ao longo da vida: a esposa de Euclides, a esposa de Dilermando. Mas ela é

sempre a filha de Sólon, o pai que lhe deu o nome⁷ e o temperamento altivo que a ajudou a fazer as escolhas difíceis que fez ao longo da vida. Observar a forma como se estabelecia o lugar mulher, e o seu próprio comportamento é importante porque acaba por fazer um contraste com os próprios caminhos que Ana escolheu⁸ para sua vida, e que nem sempre combinaram com aqueles esperados para uma mulher nascida no Dezenove e educada em um mundo onde certas noções de moral tinham fundamental importância e que, àquela altura (e até mesmo para nós, hoje), pareciam ter sempre vigorado – o que não é verdade.

Veja-se, por exemplo, o espanto do historiador Thomas Laqueur, que se dedicou aos estudos da história do sexo e da família, quando contou que ao estudar cadernos de parteras do século XVII (a fim de escrever sobre ciclos da vida) deparou-se com instruções detalhadas para que as mulheres atingissem o orgasmo (então considerado fundamental para a concepção bem-sucedida), o que aos seus olhos acostumados com o estudo do século XIX, que considerava a mulher uma criatura incapaz de ter prazer, chamava a atenção. E ele arre-mata: “no período que eu melhor conhecia, o que havia sido uma ocorrência corporal comum tornara-se um grande problema da fisiologia moral” (LAQUEUR, 2001, p. 7). É assim que Laqueur abriu a obra que nos ajuda a explicar porque, ao cabo, Ana e Euclides (e Dilermando) ocupavam aqueles lugares.

7 Quando Euclides morre e as circunstâncias de seu caso com Dilermando se desenrolam, Ana muitas vezes é chamada apenas de Ana Sólon nos jornais (vê-se isso muito comumente em toda a cobertura do *Jornal do Comércio*, por exemplo). É como se ela fosse indigna de portar o nome do marido que ajudara a desonrar.

8 Isso é reforçado pelas memórias da família dela: “enquanto a mulher do fim do século XIX se escondia na cozinha, preocupando-se em servir ao seu todo-poderoso marido ou se recolhia à cadeira de balanço e a tricotar esperava a vida passar, Anna de Assis foi para a sala de visitas palestrar com o barão do Rio Branco, Machado de Assis, Silvio Romero, Coelho Neto. Natural, já que na casa do pai se habitou a ouvir Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Benjamin Constant” (ANDRADE, 2009, p. 189).

Em resumo, Laqueur (2001) verificou que até o século XVIII os médicos, embora notassem as diferenças anatômicas entre homens e mulheres (e fizessem distinção entre masculino e feminino), o faziam encarando ambos como seres da mesma espécie, que apresentava diferenças de graus. O século XVIII trouxe revoluções que mudavam aquele mundo onde todos viviam e exigiam novas explicações e visões de mundo. É aí que Laqueur aponta uma grande mudança: o final do século XVIII testemunha a visão de mulheres mentalmente frágeis e infantilizadas diante de homens fortes e prontos para enfrentar a batalha, a guerra. Mulheres assim tão incapacitadas não poderiam encarar tarefas científicas e políticas com a mesma envergadura que os homens, pois a sua biologia, segundo a visão de então, não tinha sido feita para tal.

Não há maiores registros sobre os primeiros anos de vida de Ana, mas em meados do século XIX, sendo o pai militar e republicano de primeira hora, pode-se deduzir que a sua educação foi erguida sob base positivista, ou seja, como lembra Del Priore (2009, p. 15), ela foi criada para ser “a rainha do lar, o anjo tutelar da família” e, como tal, atender a padrões de integridade e pureza, pois o positivismo comtiano defendia que a cientificidade garantiria o progresso, mas mediante uma ordem social que acatasse a moral, alicerçada na educação e na atuação da mulher, a sua guardiã. Andrade fala sobre os conhecimentos positivistas de Ana, ao afirmar que a jovem participava, junto com sua família, de discussões e comentários acerca dos ideais republicanos: “a menina Anna Emília ouviu todas as teorias da filosofia positivista, que influenciaram os homens proclamadores da República” (ANDRADE, 2009, p. 20). Cumpre lembrar que a mulher era destinada para as lidas domésticas e os cuidados com a família, mas as decisões acerca desses campos privados (e todos os demais) cabiam aos homens, “contra a mulher, considerada na época um ser devoto e tacanho, influenciável pelos sentimentos, tentado pela paixão, espreitado pela loucura, o pai – o homem – devia

defender os direitos da inteligência. As questões domésticas eram importantes demais para ficar só nas mãos das mulheres” (DEL PRIORE, 2009, p. 13). Diante desta constatação, cabe a lição de Fraisse e Perrot (1991, p. 347), quando apontam que tanto o homem quanto a mulher ocupam espaços um no mundo do outro, ou seja, o homem no privado e a mulher no público, “nem todo o público é masculino, nem todo o privado é feminino. As mulheres circulam no espaço público e, através dos salões, a sua casa mantém-se aberta para o exterior. Os homens não estão também ausentes do privado, e os poderes do pai pesam sobre a família”.

Foi na euforia da Proclamação da República que Euclides conheceu essa jovem e, diante de sua beleza, escreve-lhe um bilhete, “entrei aqui com a imagem da República e parto com a sua imagem” (ANDRADE, 2009, p. 21). Enamorada, Ana casa-se com Euclides em 10 de setembro de 1890. Ana e Euclides casaram-se por escolha própria, mas, certamente, com aprovação da família. Andrade (2009) chega a destacar a posição de Alquimena, irmã de Ana, cujo eleito não foi aceito pelo Major Sólton Ribeiro que, de outro lado, admirava o comportamento de Euclides. Em regra, no século XIX, o casamento não era uma questão pessoal decidida entre apaixonados (PERROT, 1991), era negociação familiar. Ao ser prometida em casamento para um homem de boa família, boa situação, a filha levava aos seus mais recursos, não só financeiros, mas também sociais (HUFTON, 1991). Contudo, é bom lembrar que se tratava de um tempo de transições, de mudanças. As visões dos relacionamentos amorosos não escapavam a isso, e a ascendente mentalidade burguesa também alterou a forma de vê-los, “reorganizadora das vivências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas; e, por que não, a sensibilidade e a forma de pensar o amor” (PRIORE e PINSKY, 2018, p. 223).

Uma das netas de Ana, Anna Sharp, conta ter tido acesso a um diário da avó, no qual ela dizia ter pedido para retornar

à casa dos pais já no dia do casamento, tendo em vista que Euclides estaria a insultá-la “como um alucinado” (PONTES, 2014). Essa versão é corroborada pelo próprio Dilermando de Assis em entrevista à *Revista Diretrizes* (1941). Segundo ele, os problemas conjugais do casal começaram no mesmo ano da celebração do matrimônio. Ana sofria com o temperamento difícil do marido que, segundo ela, era “seco de coração” (ANDRADE, 2009, p. 216).⁹ No entanto, além de pesquisadores apontarem inconsistências na veracidade do documento,¹⁰ a mesma neta narra que a avó teria ido para o leito matrimonial com a boneca favorita, porque se casara aos quatorze anos (PONTES, 2014), o que é refutado pela documentação, que comprova a idade de Ana quando casou – 18 anos (VENTURA, 2003). Isto não significa que Ana não tenha tido momentos de angústia nesse dia. Veja-se o que observa Gay (1999) acerca do casamento na era vitoriana, comentando que conquanto fosse esse um evento feliz, ele não ocorria sem uma dose de emoções complexas, especialmente para as noivas, sofrendo pela separação de suas famílias. Mas, apesar do começo aparentemente tortuoso, Ana iniciou sua vida de casada e no ano seguinte tornou-se mãe.

Até 1901, Ana dá à luz os filhos de Euclides: Eudóxia, Sólon, Euclides Filho e Manoel Afonso. Embora seu casamento continue até a morte de Euclides, em 1909, os outros filhos que ele vai registrar (Mauro e Luiz) são de Dilermando. Ao longo desses anos Euclides passa muito tempo fora de casa, viajando

9 Quando da morte de Euclides, em depoimento à polícia, Ana justificou a sua relação com Dilermando em razão do carinho que ele lhe dispensava, em detrimento à atitude de Euclides, que ela reconhecia honrado, um homem de caráter, mas incapaz de lhe dedicar carinho e afeto (GALVÃO, 2009).

10 Pesquisadores contestam a afirmação de Sharp. A análise da letra de Ana, disponível em cartas conhecidas – como uma escrita a um juiz de órfãos disponível no Museu do Tribunal de Justiça do RJ – e da letra do diário atestaria que os documentos não foram escritos pela mesma pessoa (MEIRELES, 2019).

a trabalho (cobrindo, inclusive, a guerra em Canudos). Em 1904, Euclides parte em expedição para o Alto Purus. Enquanto Euclides estava no Amazonas, Ana, no Rio de Janeiro, mudou-se com o filho caçula para a Pensão Monat. Ali moravam as senhoritas Ratto, Lucinda e Angélica, que costumavam receber visitas de seus sobrinhos, Dilermando e Dinorah de Assis. Na verdade, fora a presença das irmãs Ratto, que eram suas conhecidas e irmãs de Carolina, mãe de Dilermando, que a encorajara a fazer a mudança (DEL PRIORE, 2009).

Quando Ana encontra Dilermando em 1905, ela era uma mulher que, aos trinta e poucos anos, tinha um marido ausente e parecia ter toda a responsabilidade da família em seus ombros, enquanto ele, que aos dezessete anos iniciava a vida adulta, a ela se mostrou “um rapaz de espírito, despertando-lhe atenções, sem que da sua parte houvesse nessa ocasião a menor malícia” (GALVÃO, 2009, p. 126). Del Priore (2009) recorda que castidade e submissão eram esperadas de uma esposa devotada; contudo, um bom marido não abandonava o lar, não se ausentava por períodos prolongados, não agia com desmandamentos.

Não se pode dizer que Euclides abandonasse a família deliberadamente, pois suas obrigações profissionais exigiam que ele se afastasse. No entanto, depois de um certo tempo de matrimônio, ele não parecia interessado em buscar ocupações que o mantivessem próximo da esposa e dos filhos, ou que, ao menos, permitissem que a família o acompanhasse. De Dilermando, Ana recebeu atenção e admiração e a ele deu todo o carinho que tentara dar a Euclides sem conseguir. A verdade é que com Euclides passando muito tempo fora na missão do Alto Purus, Ana e Dilermando tiveram tranquilidade para a sua relação, que se iniciou na Pensão Monat, para onde Dilermando se mudou e, depois, em uma casa alugada, onde viveram “dias, semanas e meses de paixão exaltada” (ANDRADE, 2009, p. 44).

Afastada da família,¹¹ que condenava o seu comportamento, Ana vivia com Dilermando quando Cunha retornou ao Rio de Janeiro em 1906, deixando-a em uma situação complexa, seja pela traição, que tinha uma conotação negativa e poderia despertar reações violentas, seja pela volta de um marido que não lhe despertava o menor afeto. Acerca da volta de Euclides, ela comentou, “dormimos juntos, afinal ainda somos marido e mulher” (BRANDÃO, 1990, p. 15). E, logo, se avizinharia um problema ainda mais difícil, pois Ana estava grávida, “daqui a quantos meses, se nascer um filho, nem eu saberei de quem é. Se dele [de Euclides] ou de quem eu amo de verdade” (BRANDÃO, 1990, p. 15). Ela chegou a consultar um médico amigo, que lhe explicou os cálculos para saber quem era o pai do bebê, mas ressaltou que, nos termos da lei, o filho seria considerado de Euclides, e avisou Ana de que estaria cometendo um crime se apontasse outro como o pai da criança (BRANDÃO, 1990, p. 18). De volta, Euclides recebeu um bilhete anônimo acusando a esposa de envolvimento com o jovem militar e seis meses após a chegada do marido, Ana deu à luz ao menino Mauro, registrado como filho dela e de Euclides, e que morreria em poucos dias. Dilermando mudou-se para o sul atendendo às exigências de sua carreira, mas a correspondência entre ele e Ana continuou, como continuou a má relação entre Ana e Euclides. Assis voltou ao Rio de Janeiro de férias no ano seguinte, 1907, diretamente para os braços de Ana, que engravidou mais uma vez. Luís, nascido no mesmo ano, também é registrado como filho pelo seu marido.

Nesses meses de distância forçada de Dilermando, Ana teria insistido muito em uma separação,¹² sempre negada por

11 A própria Ana informou, em juízo, que seus familiares, cientes “das relações com o acusado começam a abandoná-la, deixando de procurar ela informante, que por sua vez, conhecendo sua posição, não procurava mais a sua família, nem as pessoas de sua amizade” (GALVÃO, 2009, p. 126)

12 Andrade, ao apontar que Ana dá à luz dois filhos de Dilermando enquanto casada com Euclides, diz que o escritor, diante dos reiterados pedidos de

Euclides. Se Ana teve a liberdade de escolher o marido isso não lhe garantiu uma união feliz. Enquanto as narrativas simpáticas a Ana pintam Euclides como um marido de difícil convivência, aquelas favoráveis a ele dizem que ela não era uma esposa devotada. Francisco Venâncio Filho, em entrevista a Francisco Costa, afirma que Euclides foi “sujeito de altos e baixos, que nunca teve ambiente doméstico [...], todo mundo dizia que a casa dele era mal arrumada” (COSTA, 2002, p. 54). É como lembra Bonventre (2005, p. 13): à ocasião, “as mulheres deveriam ser a influência calmante sobre seus lares [...]. Não havia comprimento grande demais para elas irem se fosse o melhor para o marido e os filhos”.

O poder do relacionamento centrava-se na figura do marido, mas, ironicamente, ele era dependente da imagem que a mulher construía da família (D'INCAO, 2000). Era a atitude dela que dava valor à família, porque se ela atendia às expectativas da sociedade, então criava uma família equilibrada e com os princípios corretos, e esse era, de fato, o alicerce para a autoridade familiar, que era do homem. Quando Ana não atende às demandas da sociedade e nem as de Euclides, ele vê a sua autoridade doméstica perder o valor. Embora ele passasse muito tempo fora e não houvesse, de fato, uma estrutura doméstica para aquela família se inserir, ele foi um homem criado para atender ao dever e era um homem dedicado aos seus princípios formadores, à linha reta, e essa “falha” de Ana ia contra toda a sua criação, sua estrutura. Hoje o direito à vida se sobrepõe à honra, e os cônjuges têm responsabilidades iguais no casamento, fazendo com que a utilização da alegação de “legítima defesa da honra” decaísse, mas no final do século XIX e no início do século XX a situação era diferente. Como já foi discutido, Ana era a guardiã do bom nome da família e a ela pertencia a honra de Euclides, enquanto a ele pertencia o

separação dela, se recusava a atendê-la, e queria prosseguir um casamento acabado (ANDRADE, 2009).

dever de exigir o comportamento impecável da esposa, pois a importância de sua reputação era inestimável.

De fato, Barbara Welter (1966) fala sobre as expectativas nos ombros das mulheres¹³ em meados do século XIX, e destaca que os atributos da verdadeira feminilidade (as balizas que determinavam a extensão do autojulgamento da mulher, bem como do julgamento de seu marido e da sociedade) estavam baseados em quatro pilares, quatro virtudes cardeais: piedade, pureza, submissão e domesticidade – “sem eles, não importa se havia fama, conquistas ou riqueza, tudo era cinzas” (WELTER, 1966, p. 152). Daí o peso do comportamento de Ana e de Dilermando que, mesmo jovem e solteiro, já vivera o suficiente para entender o sistema de honra e masculinidade dos seus dias: àquele tempo, mais do que ser honrado era preciso ser reconhecido como tal; sem a aquiescência pública a honra perdia seu valor:

Em outras palavras, a honra é pública, supõe a projeção do indivíduo para além das relações familiares e o reconhecimento de seu valor na esfera do Estado. A construção desta esfera pública de significação variou de sociedade para sociedade. Nas sociedades ibéricas ou delas derivadas, que são o objeto de nosso maior interesse, o papel da Igreja foi determinante para a “publicidade” da honra. (DÓRIA, 1994, p. 52)

Ana não se furta em assumir o seu desejo e a sua vontade de ser amada, e o seu julgamento vem em grande parte dessa escolha, que, como destacado logo acima, acaba por colocar a honra de sua família e de seu marido em uma posição pouco

13 Welter fala da sociedade dos EUA, mas em um contexto que, nesse ponto, não difere da brasileira no mesmo período, guardadas as devidas proporções: a de homens construtores de pontes e rodovias voltados para a modernização das cidades e sustento da família, e mulheres que ficam em casa como os esteios da família e dos valores tradicionais que deveriam ser preservados a todo custo.

vantajosa. Aos olhos da sociedade ela não parece boa esposa nem boa mãe, ela não cumpre suas funções, ela falha como mulher.

Descobrir a traição da esposa certamente foi um momento difícil para Euclides, se não por amá-la, pelo menos em razão do golpe em sua honra, fato ao qual ele pareceu reagir com frieza enganadora,¹⁴ especialmente se considerarmos as características belicosas¹⁵ de seu temperamento. Euclides vinha de um período especialmente conturbado, pois passara meses dedicado aos estudos de filosofia e de lógica para fazer um concurso no Colégio Pedro II. A tragédia da Piedade é a culminação de uma história de anos, mas para fins de compreensão podemos, neste capítulo, partir do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II, que tanto desestruturou Cunha. Aos ânimos exaltados de um concurso cheio de reveses e uma situação política agitada, somou-se a doença do pai do escritor, que caíra enfermo no interior paulista, onde vivia. A notícia de sua reprovação piorou o seu estado já nervoso:

[...] a notícia cai-lhe no espírito e provoca incêndio. Os nervos andavam-lhe destrambelhados com os excessos das leituras, as emoções da prova escrita e os episódios íntimos, recalçados e tirânicos. Apressa-se e manda ao amigo um bilhete angustioso, traindo os velhos ímpetos do temperamento. Depois anda, por toda a parte, meio esmaniado, à procura de arrimos e conselhos. Como sempre escolhe soluções violentas que logo abandona. Descobre inimigos

14 Em 17 de maio de 1909, meses antes de sua morte, por exemplo, após fazer o concurso de professor para o Ginásio Nacional, Euclides vai ao cinema com o amigo Coelho Netto. No filme, o protagonista mata a esposa adúltera e ganha o apoio de Cunha, “essa é a verdadeira justiça. Para a adúltera não basta a pedra israelita, o que vale é a bala” (VENTURA, 2003, p. 297).

15 Teodoro Sampaio, comentando as suas conversas literárias com Euclides, ao falar sobre preferências estilísticas, acaba por falar sobre a forma de sentir do escritor, “dada a sua predileção acentuada, pelo frasear energético, expressivo, quente, mais de acordo com a sua maneira de sentir” (MARCOLIN, 2015, p. 115).

ocultos, rancores gratuitos, antipatias que se dissimulam. [...]. Por que diabos se metera em concurso, onde as invejas rangiam os dentes e as incompetências arregaçavam as mangas? Nesse estado perde horas e horas de torturas. (PONTES, 1938, p. 273)

Euclides se recuperava de todas as dificuldades dessas longas semanas que antecederam aquele 9 de agosto, de modo que foi Ana quem assistiu ao sogro no interior de São Paulo, e com ela seguiram Dilermando e Sólon. Em sua casa ela deixou os outros filhos, o convalescente Euclides e as irmãs Ratto, a quem pedira ajuda. Conforme narram diversos depoimentos no processo crime (GALVÃO, 2009), vê-se que quando ela retornou de São Paulo no dia 6 de agosto, entrou em conflito¹⁶ com a presença de Angélica e Lucinda em sua casa, e a proximidade delas com Euclides. Finalmente, no dia 12 de agosto, saiu de casa com o filho Luís, anunciando que iria procurar uma casa maior para a família e não voltou mais. Primeiro, buscou abrigo na casa da mãe,¹⁷ onde pernitoiu, e de onde prometeu a Euclides voltar para a casa da família. Mas, em 14 de agosto, Ana seguiu para a Piedade,¹⁸ para a casa de Dilermando

16 De tal forma que os jornais que noticiavam a morte de Euclides, tentando reconstruir a narrativa do ocorrido, destacavam esse fato: “Parece que, por questões de incompatibilidade de gênios, não havia muita harmonia entre aquelas senhoras e a esposa do Dr. Euclides Cunha, que, por esse motivo, procurava, por males suazories, ver se conseguia afastá-las de casa, para arredar uma situação constrangedora” (*O Paiz*, 16 ago 1909).

17 O que se vê das entrevistas e depoimentos é que Ana, especialmente após a sua relação com Dilermando, tinha uma relação distante com a própria família, mas não tinham cortado laços completamente. O jornal *A notícia*, cobrindo os acontecimentos da Piedade, ouviu o irmão de Ana, o comissário Sólon Ribeiro, que informou que Ana costumava visitar o filho que estava no Internato Ginásio Nacional e, nesses dias, ia até a casa de sua mãe (*Jornal A Notícia*, 18-19 ago 1909).

18 Bairro do subúrbio carioca, tão distante do centro quantos dois lugares poderiam ser. Não apenas pelos quilômetros vencidos pelo trem, mas porque “se na *belle époque* o Centro reformado era o lugar da civilização,

e Dinorah na Estrada Real de Santa Cruz, 314, levando com ela o pequeno Luís. Foi disposta a não mais voltar.

O dia 15 de agosto de 1909, para os Assis, amanheceu com as batidas de Euclides na porta. Dilermando, em mangas de camisa, correu para vestir o paletó enquanto Ana se abrigava no quarto e Dinorah convidava o escritor a entrar. Diante do ataque de Euclides, Dinorah foi a primeira a ser atingido, e uma das balas lhe entrou pelo ombro e alojou-se na espinha (GALVÃO, 2009). Dilermando, por sua vez, foi atingido na garganta, no estômago, na virilha direita e na omoplata. Exímio atirador que era, Assis reagiu em autodefesa e desferiu balas às paredes em aviso, mas isso não aplacou a fúria cega de Euclides, que insistiu em disparar. Dilermando, então, atirou em direção a Euclides e quatro projéteis o atingiram: o primeiro deles no pulso direito, com o intuito de desarmá-lo. Logo veio outro, atravessando o braço esquerdo, um terceiro, direto nas costas e, finalmente, o que entrou pelo ombro direito e se alojou na sétima vértebra (GALVÃO, 2009, p. 100 e 102). A *causa mortis*, determinada pelo médico legista (e amigo do falecido) Afrânio Peixoto (VENÂNCIO FILHO, 2010), foi hemorragia do pulmão direito devido a ferimento por arma de fogo (GALVÃO, 2009, p. 75).

Para tornar mais insustentável o destino da honra de Cunha, levado a julgamento, Dilermando foi absolvido por um júri formado por membros de uma sociedade que entendia que a reação violenta do marido traído era aceitável e que, de fato, esperava (e muitas vezes exigia) por ela. Araripe Junior, por exemplo, discorrendo sobre as circunstâncias que levaram à Piedade, apontou que se Euclides fosse japonês, sua alma estaria cheia do “bushido” – o caminho do guerreiro, código de honra e ética dos samurais, que observa a lealdade, fidelidade, coragem, justiça, educação, humildade, compaixão, honra e entende que é preciso viver e morrer com dignidade. (NUNES,

os subúrbios ainda concentravam a barbárie. Chamados de sertões” (DEL PRIORE, 2009, p. 70).

2011). Diante disso, para ele, Cunha foi verdadeiro samurai, trazendo sobre o peito a espada que cortaria “o fio da existência, desde que se lhe tornava a vida impossível sem desonra” (*apud* PONTES, 1938, p. 295).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Jefferson. *Anna de Assis: história de um trágico amor*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2009.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARRETO, Moniz. *Carta a El Rey de Portugal: a profissão militar*. Disponível em <<https://www.defesaaereanaval.com.br/videos/carta-ao-rei-de-portugal-moniz-barreto-1893>>. Acesso em 22 abr. 2024.
- BRANDÃO, Adelino Marques da Silva. *Águas de amargura: o drama de Euclides da Cunha e Anna*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 3ª ed., 1990.
- CASTRO, Celso. Os militares e o golpe de 1889: um estudo sobre cultura e ação política. In: *Anais do XIX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu – MG, 1995. Disponível em <<https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/10560>>. Acesso em 31 jan. 2022.
- CONNELL, Robert. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo (SP): Brasiliense, 1981.
- COSTA, Francisco. A legião de Euclides da Cunha. *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p. 52- 65, jun./ago. 2002. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35212/37933>>. Acesso em 11 jan. 2019.
- DEL PRIORE, Mary. *Matar para não morrer: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *A tradição honrada. Cadernos Pagu*. Campinas, IFCH/Unicamp, n. 2, 1994.

- GALVÃO, Walnice Nogueira. Os Sertões para estrangeiros. In: *Gatos de outro saco: Ensaio crítico*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- _____. (Org.) *Euclides da Cunha: autos do processo sobre sua morte*. São Paulo (SP): Editora Terceiro Nome, 2009.
- _____. *Euclides da Cunha: Militante da República*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MARCOLIN, Nelson. Euclides no Instituto Histórico. *Revista do IHGSP*, vol. XCIX, 2015. Disponível em <<http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Euclides-no-Instituto-Histórico.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2024.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1950.
- MEIRELES, Maurício. Diário atribuído à esposa de Euclides da Cunha não foi escrito por ela, segundo pesquisador. In GZH Cultura e Lazer. 10 jul 2019. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2019/07/diario-atribuido-a-esposa-de-euclides-da-cunha-nao-foi-escrito-por-ela-segundo-pesquisador-cjxxbmnrr00bx01pivi312h82.html>> Acesso em 24 mar. 2023.
- MORAES, Evaristo de. *Reminiscências de um Rábula Criminalista*. Rio de Janeiro: Editora Grande Livraria Leite Ribeiro, 1922.
- NUNES, Gabriel Pinto. A Ética Samurai e a construção de uma Nação: a apresentação da Ética Oriental Moderna na obra de Inazo Nitobe. In Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar (2011). Disponível em <https://www.academia.edu/1782893/A_Ética_Samurai_e_a_construção_de_uma_Nação_a_apresentação_da_Ética_Oriental_Moderna_na_obra_de_Inazo_Nitobe>. Acesso em 22 abr. 2021.
- PONTES, Eloy. *A vida dramática de Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- PONTES, Fernanda. Mulher de Euclides da Cunha fala da traição e do assassinato do escritor. *O Globo*. 22/05/2014. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/mulher-de-euclides-da-cunha-fala-da-traicao-do-assassinato-do-escritor-12563034>>. Acesso em 03 set. 2019.

- VENÂNCIO FILHO, Alberto. Euclides da Cunha para os íntimos. Entrevista concedida a SCARRONE, Marcelo; ELIAS, Rodrigo. *Entrevistas Brasil*, 21 jan. 2010. Disponível em < <http://entrevistasbrasil.blogspot.com/2010/01/alberto-venancio-filho-euclides-para-os.html>>. Acesso em 10 jan. 2019.
- VENTURA, Roberto. *Euclides da Cunha. Esboço biográfico*. Organização Mario Cesar Carvalho e José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Cia das Letras.2003.
- WELTER, Barbara. The Cult of True Womanhood: 1820-1860. *American Quarterly*, Vol. 18, n. 2, parte 1. *The Johns Hopkins University Press*, 1966, p. 151-174. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2711179>>. Acesso em 19 ago. 2021.

As utopias fantásticas e a política das emoções sob uma perspectiva de gênero: espaços de produção literária de mulheres no Brasil entre os séculos XIX e XX

DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS¹

De criaturas a criadoras

C litemnestra, Fedra, Medeias e Antígona na tradição clássica, Lady Macbeth, Créssida e Desdêmona na literatura shakespeariana, Duquesa de Malfi, Ana Karenina, Emma Bovary... essas são apenas algumas dentre as tantas outras musas, megeras e heroínas forjadas pelas mentes dos poetas, dramaturgos e prosadores e mencionadas pela escritora inglesa Virginia Woolf em seu livro *Um teto todo seu*.

Entretanto, o que todos esses nomes têm em comum é justamente o fato de serem todas personagens e não autoras. Criaturas e não criadoras. Segundo a escritora inglesa, ainda que essas personagens femininas criadas pelos escritores ditos consagrados sejam peças fundamentais de suas respectivas obras, no mundo real, a situação das mulheres seria bem diferente. “Na imaginação, ela é da mais alta importância; em termos práticos, é completamente insignificante” (WOOLF, 2019, pos. 658). Virginia percebeu que ao longo dos séculos a idealização das mulheres manifestada através da literatura, por meio de personagens femininas provocativas e complexas que povoam as narrativas canônicas, contrastava com a condição política e intelectual da parcela feminina da população.

1 Doutoranda em História pela UFG. Dan.historia.ufg@gmail.com

Ela atravessa a poesia de uma ponta à outra; por pouco está ausente da história. Ela domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer rapazola cujos pais lhe enfiassem uma aliança no dedo. Algumas das mais inspiradas palavras, alguns dos mais profundos pensamentos saem-lhe dos lábios na literatura; na vida real, mal sabia ler, quase não conseguia soletrar e era propriedade do marido. (WOOLF, 2019, pos. 658)

Se somos capazes de recordarmos com certa facilidade de uma infinidade de personagens femininas que povoam as obras dos autores considerados célebres, por outro lado, citar nomes de escritoras e suas respectivas obras é algo mais delicado. Apenas muito recentemente a existência de obras escritas por mulheres foi notabilizada e debatida.

Semelhante fenômeno de apagamento e recente “resgate” também acontece na literatura brasileira. Conhecemos bem Capitu, Helena, Aurélia, Ana Terra, Gabriela, todas muito interessantes, porém, todas “criaturas”. Apenas recentemente fomos capazes de dar um pouco mais atenção para escritoras, valorizar suas obras e personagens. O processo que libertou a mulher da condição quase exclusiva de “criatura” na literatura e lhe garantiu espaço como criadora foi longo, árduo e constante e ainda está longe de ser concluído.

A alfabetização foi a primeira barreira transposta pelas escritoras. Por muitos séculos acreditou-se que ensinar uma mulher a ler e escrever fosse irrelevante, desnecessário e até perigoso, já que na lógica patriarcal, qualquer mulher que tivesse intimidade com os livros poderia ser corrompida por romances escandalosos e outras leituras inapropriadas. (SANTOS, 2018, p. 34)

Durante muitos séculos a maneira como as relações de gênero foram sendo construídas colocaram a mulher em uma condição de subalternidade intelectual que minou

significativamente suas oportunidades de destaque na produção literária. A elas foi vetado o direito ao conhecimento e ao saber, por meio da escrita e da leitura. Filósofos importantes da história ocidental, como Rousseau² e Kant³ não se sentiam constrangidos nem desconfortáveis em duvidar da condição moral e intelectual das mulheres, inclusive, reforçando este-reótipos de gênero, desencorajando e desvalorizando publicamente a educação delas.

Em seu texto *Um teto todo seu*, Virginia Woolf demonstra uma inquietante insatisfação diante de todo o conhecimento produzido pelos homens sobre as mulheres e como esse conhecimento era prejudicial para elas. Trata-se, segundo a autora, de um conhecimento contraditório, que em sua maior parte se concentra em elencar tudo aquilo que tais intelectuais consideram como “problemas” e “limitações” do sexo feminino, especialmente as limitações que supostamente as afastariam de atividades intelectuais e políticas.

São elas capazes ou incapazes de se instruírem? Napoleão as considerava incapazes. O dr. Johnson pensava o oposto. Elas têm ou não têm alma? Alguns selvagens afirmam que não. [...] Alguns sábios asseguram que elas são mais vazias

-
- 2 Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um filósofo que exerceu enorme influência entre as mulheres do século XVIII, especialmente pela sua obra pedagógica *Emílio* (1762), sucesso de vendas em que explicitava pedagogicamente o lugar social do feminino. Discorria também sobre a educação dos filhos que, segundo ele, deveria ser carinhosa e cuidadosa. Maldosamente, alguns rivais seus compararam a obra com a conduta do próprio Rousseau como pai, pois havia entregado seus cinco filhos a um orfanato quando nasceram. Quanto às mulheres, que devem ser educadas na vergonha e no pudor, seus conselhos não deixavam dúvida quanto ao lugar que deveriam ocupar na sociedade (COLLING, 2021, p. 44).
 - 3 Emanuel Kant (1724-1804) duvidava da capacidade moral das mulheres. Considerava o caráter masculino nobre e sublime porque viril, e as mulheres somente memoráveis pela sua beleza. Em sua concepção, a inteligência das mulheres não foi feita para grandes complicações, como o são os tratados jurídicos e filosóficos. Se as mulheres evitam o mal, o fazem porque o mal é feio e porque acham belos os atos virtuosos (COLLING, 2021, p. 45).

de cabeça; outros, que têm uma consciência mais profunda. (WOOLF, 2019, pos. 467)

As mulheres não eram incentivadas a se tornarem artistas ou se dedicarem a qualquer outra coisa que não fossem cuidados domésticos e familiares. Pelo contrário, “eram tratadas com arrogância, esbofeteadas, submetidas a sermões e admoestadas. Sua mente deve ter sofrido tensões, e sua vitalidade reduzida pela necessidade de opor-se a isto, de desmentir aquilo” (WOOLF, 2019, p. 63).

A autora se atenta não só para as oportunidades de educação negadas às mulheres, mas também ressalta que a pouca autonomia financeira também prejudica a produção intelectual das mulheres. No Brasil, uma autora que denunciou essa condição de subalternidade intelectual e financeira, antes mesmo de Virginia Woolf, foi a escritora nordestina Nísia Floresta. Inspirada em mulheres como Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges, que romperam barreiras e contribuíram para o feminismo na Europa, Nísia escreveu *O direito das mulheres e a injustiça dos homens* em 1832. Essa obra se tornou um marco fundante do feminismo brasileiro, movimento que enxergava a educação como a principal via de emancipação da mulher.

No Brasil as primeiras leis que versavam sobre escolas públicas femininas surgiram por volta de 1827, como explica Constância Lima Duarte (2011, p. 74): “até então havia apenas uns poucos conventos que guardavam as meninas para o casamento, escolas particulares nas casas das professoras, e a opção do ensino individualizado, preferido pelas famílias de mais posses”. Na contramão de intelectuais que defendiam que a educação deveria estimular as supostas “virtudes femininas”, como a bondade, paciência, delicadeza e obediência, mulheres como Nísia abriram escolas, escreveram em jornais e publicaram livros, fazendo com que uma educação realmente emancipadora se tornasse o pilar das reivindicações feministas no Brasil.

Além da barreira da alfabetização, que foi mais facilmente transpassada pelas mulheres da elite do que pelas mulheres pobres, outros obstáculos foram surgindo. Uma vez escrevendo, publicar e receber devido reconhecimento pela sua publicação era outra (des)aventura para as mulheres, que em muitos casos optavam pelo uso de pseudônimos. Essa era uma estratégia de resistência literária comumente empregada pelas mulheres, especialmente antes do século XX, uma vez que ocultar seu nome de mulher era uma forma das escritoras se esquivarem das cruéis críticas fundamentadas nos estereótipos de gênero. Em Goiás, no interior do Brasil, essa desigualdade também foi identificada por nossas conterrâneas, como Cora Coralina:

Meninas, não aceitavam delas senão a linguagem corriqueira e vulgar da casa. Palavrinha diferente, apanhada no almanaque ou trazida de fora, logo a pecha de sabichona, dona gramática, pernóstica, exibida. Um dia fui massacrada por ter falado lilás em vez de roxo claro. [...] A gente era vigiada, tinha uns preconceitos arrogantes de ridicularizar e limitar jovens personalidades. (CORALINA, 1983, p. 44, *apud* CURADO, 2003, p. 23)

Ao longo dos séculos as barreiras também foram sendo construídas juridicamente, com respaldo de discursos científicos e religiosos. Como citado anteriormente, havia leis que dificultavam a educação formal das mulheres e outras tantas leis que tolhiam o exercício de direitos sociais, civis e políticos. Tudo isso corroborava com a condição de submissão e subordinação feminina, reforçando preceitos de inferioridade moral e intelectual que justificassem a permanência das mulheres em ambientes privados e sempre tutelados. “Os romances e as ciências insistem na constituição delicada das mulheres, na sua emotividade, nos seus nervos frágeis, enfim na sua inferioridade intelectual psicológica, motivo que impossibilitava a igualdade jurídica” (COLLING, 2021, p. 94).

Entretanto, não foram poucas as mulheres que se rebelaram das mais variadas formas contra os cárceres impostos por essa dicotomia. Tanto esforço para se encaixar em universos políticos e intelectuais, que a sociedade insistia em dizer que não lhes pertencia, chamou atenção de Virginia Woolf e Cora Coralina e ainda chama atenção de pesquisadoras e pesquisadores e nos convida à reflexão sobre os silenciamentos do cânone literário e historiográfico, resultantes das relações desiguais de gênero. Escrever foi uma ação que exigiu das mulheres um esforço político, além do emprego de táticas e estratégias como construção de rede de apoio, e a ressignificação de espaços e relações de poder. E recuperar a complexidade dessas ações políticas das mulheres exige de nós olhares que extrapolem os cânones e as instituições

Um espaço (de poder) todo delas

O menosprezo à produção literária das mulheres fica evidente se analisarmos as grandes instituições e premiações, como o prêmio Nobel de literatura que foi, em raríssimas vezes, oferecido a mulheres. “Ao total 112 escritoras/escritores já receberam o prêmio, sendo apenas 14 mulheres” (SOUZA, 2016, p. 47). No âmbito nacional, a Academia Brasileira de Letras, criada em 1897, só passou a aceitar mulheres em 1977. Antes disso, em 1930, Amélia de Freitas Beviláqua (1860-1946), escritora, jornalista, ativista nos direitos das mulheres no Brasil, entrou com o pedido formal para participar da ABL, mas teve seu pedido negado pela Academia. Apenas em 1977, quase um século após sua fundação, a Academia Brasileira de Letras passou a aceitar mulheres, sendo a escritora Rachel de Queiroz a primeira mulher a ingressar nessa instituição, que é um dos símbolos máximos da cultura e da intelectualidade nacional.

Na História da Humanidade, a Literatura foi e perdura como uma das aventuras próprias do espírito, como ela é também uma experiência intelectual e uma atividade transcendental. No entanto, a Literatura também foi uma ocupação, especialidade e profissão destinada [quase] exclusivamente aos homens. (TAYASSU, 2015, p. 207)

Nesse contexto em que determinados “espaços” converteram-se em locais de manifestação do poder masculino e, conseqüentemente, tornaram-se ambientes hostis à presença das mulheres e de suas produções, foi necessário a elaboração de outros espaços, como agremiações literárias, partidos, clubes femininos etc.

Segundo Norma Telles, por causa de sua posição social determinada pelas relações de gênero, as mulheres escritoras e intelectuais são portadoras de “autoridade da experiência”, que se trata de “um conhecimento derivado da exposição à pressão dos padrões e das próprias respostas, tendências, medos, desejos, prazeres e modos de viver ou morrer” (TELLES, 1992, p. 54). Para Norma Telles, a escrita desenvolvida pelas mulheres sempre foi intrigante, reveladora de sentidos pouco aceitos socialmente.

Dentre todos esses espaços, centros de debate e elaboração de estratégias para superar as mais variadas formas de exclusão, a imprensa foi um dos mais valiosos e eficazes caminhos encontrados pelas mulheres para dar voz às suas produções e tornar públicos seus interesses. Não à toa são inúmeros os artigos, teses e dissertações que destacam a importância dos jornais e revistas na conquista de direitos políticos por parte das mulheres de norte a sul. A maioria desses jornais concentravam-se no eixo centro-sul. *O Jornal das senhoras*, que teve sua primeira publicação em janeiro de 1852, é considerado o primeiro jornal escrito por elas e para elas no Brasil, e tinha o objetivo de “propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação

moral da mulher” (NORONHA, 1852). Esse projeto, idealizado por Joana Paula Manso de Noronha, conversa com todo o contexto político e social da segunda metade do século XIX, assim como tantos outros que surgiram no final do século XIX e início do século XX.

O Bello Sexo foi um periódico fundado no Rio de Janeiro por Júlia de Albuquerque Sandy de Aguiar, em 1862. Mais de meio século após a independência do Brasil, em 1873, foi fundado em Minas Gerais *O Sexo Feminino*, por Francisca Senhorinha da Mota Diniz. Descrito como “Semanaário dedicado aos interesses da mulher”, ele foi transferido para o Rio de Janeiro em 1875. Acompanhando as mudanças políticas e sociais de sua época, esse jornal foi transformado em *O Quinze de Novembro do sexo feminino* em 1889, também sob a direção de Francisca Senhorinha da Mota Dinis.

Também no Rio de Janeiro surgia em 1879 o *Eco das Damas*, dirigido por Amélia Carolina da Silva Couto. Outro periódico de destaque foi *A família*, fundado em 1888 por Josefina Álvares de Azevedo, em São Paulo, sendo transferido para o Rio de Janeiro no ano seguinte. Uma das principais pautas desse jornal foi o sufrágio feminino. Tivemos ainda a revista *A mensageira*, uma revista literária criada em 1897 por Presciliana Duarte de Almeida em São Paulo.

A grande maioria desses jornais concentrava-se no eixo Rio-São Paulo, mas também surgiram jornais em outras regiões do país, como por exemplo o periódico *O Corymbo*, de propriedade das irmãs Revocata Heloisa de Mello e Julieta de Mello Monteiro, publicado entre os anos de 1883 e 1944 no Rio Grande do Sul, e os jornais *A Esperança*, criado em 1903 e editado por Maria Dolores Bezerra e *O Sonho*, criado em 1908 por Adelle de Oliveira, ambos no Rio Grande do Norte. Outra questão importante a ser levantada é o fato que a maioria desses periódicos e revistas foram utilizados como veículo para publicação dos textos e produções femininas que encontravam dificuldades para serem publicados e transformados

em livros, por um mercado editorial que não considerava as produções femininas lucrativas.

Seguindo a mesma proposta desses jornais dos grandes centros e direcionados ao público feminino, surgiu em 1926 na Cidade de Goiás um “orgam literário e noticioso” chamado *O Lar*. Dirigido por Oscarlina Alves Pinto, contou com a participação de Genezy de Castro, Graciema Machado, Maria Paula Fleury de Godoy, Floracy Artiaga, Altair de Camargo, Ophelia do Nascimento, Yeda do Nascimento, Maria Ferreira Azevedo e tantas outras escritoras goianas.

A descoberta desse jornal em terras goianas ajuda a romper com a condição de isolamento a qual, supostamente, o interior do Brasil estava submetido em comparação aos grandes centros (SANTOS, 2018). Os debates e mobilizações políticas dos grandes centros urbanos também se fizeram presentes em Goiás, por meio desses e outros jornais. Vários desses periódicos, inclusive o periódico goiano *O Lar*, defendiam o sufrágio feminino e a conquista desse direito político corresponde ao que muitas pesquisadoras consideram como o passo mais importante⁴ para a conquista do espaço público pelas mulheres.

Carole Pateman, trabalhando sobre a dicotomia entre o espaço público e o privado, atesta que a separação entre estas duas esferas se estabelecem como uma divisão dentro da própria sociedade civil, expressando-se de diversas maneiras. A luta pelo sufrágio universal, segundo ela, é um dos exemplos teóricos e práticos mais importantes dos ataques feministas a dicotomia entre o público e o privado.

4 Ainda que essa tese possa ser questionada por teóricas que consideram o voto como uma conquista restrita aos interesses de mulheres brancas, não podemos deixar de destacar a importância ainda que simbólica desse ato, que só foi possível em decorrência da articulação das mulheres em torno de jornais com interesses sufragistas, o que foi de fundamental importância para a conquista desse direito que abriria portas para outros questionamentos e outras conquistas.

No século XIX, quando surgiu o feminismo como movimento político e social organizado, afirmava-se que as mulheres e homens tinham por natureza um lugar social separado, e o voto significava coisas distintas para homens e mulheres. Se votar é um ato político, a reivindicação deste direito pelas mulheres atacou o centro do sistema dicotômico público e privado. O sufrágio universal e concederia as mulheres a categoria de cidadãos negava o pressuposto secular de que as mulheres por natureza servissem somente para a vida privada. (COLLING, 2021, p. 30)

Esses jornais constituíram-se em espaços em que ocorreram reiteraões e confrontos, semelhante a outros lugares sociais onde a demarcação física e simbólica que permeava a vida das mulheres era evidente, como na escola e na Igreja, onde currículos, regulamentos, dogmas e normas ditavam os comportamentos e delimitavam funções sociais de gênero. Ao analisarmos o papel da imprensa feminina, podemos considerar os conceitos de *espaço* e *tática*, desenvolvidos por Michel de Certeau (1994). Em sua definição, o espaço – representado pelos periódicos – é um local de subversão, de atuação criativa do oprimido.

Cada página nos permite perceber a construção da experiência de ser mulher letrada, pois nesses jornais as mulheres não são apenas as mães e as esposas, mas também são escritoras e intelectuais. Ainda de acordo com Certeau, *o espaço*, em razão dessa condição instável, provisória, aberta a possibilidades, é o ambiente ideal para colocar, elaborar e acionar *táticas* de resistência, como fizeram inúmeras escritoras que se empenharam em promover a valorização intelectual e literária feminina, publicando seus textos, tecendo redes de apoio, reivindicando direitos. Tais práticas nos revelam muito mais sobre essas mulheres do que a própria “identidade feminina” criada e reiterada pelos discursos científicos, jurídicos ou morais aos quais elas estiverem submetidas (SANTOS, 2018).

Dessa forma, quando se trata de participação política das mulheres, instituições como a famosa *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF)⁵ e os próprios jornais, bem como toda e qualquer palavra ou ato escrito, representaram um lugar, um interstício criado por elas e para elas para construir suas identidades, reafirmarem suas opiniões e defenderem aquilo que elas acreditavam ser um direito. “Segmentos, excluídos de participação política, rejeitaram a segregação que lhes pretendiam impor e, a partir de suas manifestações, desenvolveram formas alternativas de organização vinculadas ao terreno da cultura, através da qual edificaram uma cidadania” (SOIHET, 2020, p. 316). A construção desses lugares por sujeitos historicamente marginalizados pode ser analisada dentro de uma perspectiva da cultura política, na qual a arte se torna um instrumento de manifestação política desses sujeitos politicamente marginalizados.

Literatura, política e emoções

É interessante perceber também como o reportório de manifestações políticas dos indivíduos na história, e não apenas das mulheres, não é permeado unicamente por argumentos lógicos ou racionais. Ainda dentro de uma perspectiva da cultura

5 O modelo de feminismo defendido na maioria desses jornais era inspirado no feminismo de Bertha Lutz que criou, em 1922, a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Essa federação, que previa “coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e torná-la mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política” (SOIHET, 2013, p. 224) serviu de base para a criação de outras federações no restante do país, como foi o caso da *Federação Goyana pelo Progresso Feminino*, fundada em 1931. Identifiquei a aproximação entre as feministas goianas e a FBPF através de algumas notas enviadas ao jornal *O Lar*, pela secretária da FBPF: “Com os cumprimentos a redação do ‘O Lar’ de Goiás, venho em nome da diretora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, agradecer os jornais enviados e transmitir os votos para que ‘O Lar’ continue a colaborar conosco na campanha feminista”.

política no Brasil, os sentimentos e sensações fizeram parte desse contexto político e social e não podem ser negligenciados se quisermos entender as disputas que envolvem a extensão ou não de direitos às mulheres.

Entende-se que a política se faz com um conjunto de signos que conclamam os reflexos identitários, não passando somente pelo reconhecimento das opiniões demandadas, ou só pelo teor ideológico do discurso. A adesão mobiliza todo um conjunto de processos complexos, que jamais se esgotam na cognição, mesmo em se tratando dos mais racionais dos interesses. É esta parte emocional, que preside a constituição do vínculo político, que convém abordar numa perspectiva histórica. (PROCHASSON, 2005 p. 309)

O medo, o amor, a felicidade, o ódio, a esperança e tantos outros sentimentos imbuídos nas produções literárias e nos periódicos são permeados por validações sociais e morais. Dessa forma a felicidade das mulheres parece orbitar, quase que exclusivamente, ao redor do lar, do casamento, da família e de comportamentos pudicos, passivos e comedidos.

O Lar – *sacrário puríssimo de amor sincero*, escrínio das afeições nobres, núcleos de cérebros em um só coração – é o centro da atividade da esposa, o firmamento azulado da mãe de família, onde qual estrela polar norteia as almas para as cintilações do bem, para o crisol da virtude. *É neste microcosmo de afetos que a mulher patenteia a força de sua fraqueza, o poder de sua fragilidade e a pujança dos seus predicados.* (GUEDES, 1927. Grifo nosso.)

Cabe ressaltar que, historicamente, as emoções foram, e ainda são consideradas pelo Ocidente como uma faculdade mental menos importante do que a razão (AHMED, 2014). Nesse sentido, filósofas feministas têm colaborado com a

denúncia de como essa subordinação das emoções também trabalha para subordinar corpos femininos. “As emoções são associadas às mulheres pois são vistas como mais próximas da natureza do que os homens, assim elas são governadas pelo apetite, e menos capazes de transcender o corpo por meio pensamento, vontade e julgamento” (Idem, p. 3). Dessa forma, nossa primeira reação seria negar completamente essa subordinação e tentar buscar formas de desvencilhar os corpos femininos das emoções, entretanto, cabe a nós pesquisadoras e pesquisadores dentro das ciências humanas repensarmos essas relações e avaliarmos como as emoções atuam na superfície dos corpos, moldando esses corpos, tanto femininos como masculinos, determinando seus lugares, suas ações e até seu futuro.

Ainda pouco valorizadas pelo cânone historiográfico, as emoções já são objeto de pesquisa no Brasil desde o final dos anos 1990, por pesquisadoras como Margareth Rago, que em 1998 já denunciava que o “desejo” era uma categoria pouco problematizada pela História, e Maria Izilda Matos, que destaca que o estudo das emoções perpassa os corpos, uma vez que a história é uma experiência corporificada. Mapear as histórias das emoções tecidas nas obras fantásticas das escritoras brasileiras envolve fazer uma leitura das superfícies dos corpos, de autoras e personagens, contemplado aqueles e aquelas que foram moldados por essas histórias.

O que nos comove, o que nos alegra e o que nos traz felicidade é uma grande questão para a história [especialmente] em tempos de crise sanitária mundial. Uma realidade pós pandêmica, latino-americana, que pense em realizar mudanças reais nas formas de entender a história e nas narrativas que se constroem sobre suas formas de ser e viver, precisa urgentemente realizar uma crítica efetiva dos cânones históricos, literários e do ambiente sócio e cultural que alicerçam e dão sentido às políticas amorosas. (SOARES, 2021, pos. 487)

Sara Ahmed, em seu livro *The Cultural Politics of Emotion*, dedica-se a explicar que as emoções funcionam como parte de uma política cultural em determinados contextos e que servem aos interesses de construção e defesa de um ideal de nação. Para isso a autora explora como determinados sentimentos são historicamente atribuídos a determinados corpos. Ela explora a relação entre emoções, poder e política, argumentando que as emoções são políticas e têm uma dimensão social e cultural, sendo utilizadas para construir e manter determinadas hierarquias sociais, como aquelas que estruturam as desigualdades de gênero. Dessa forma, “os estudos feministas têm uma grande responsabilidade em promover esses estudos, uma vez que as ligações teóricas entre mulher, corpo e emoção são recorrentes no campo da crítica feminista” (KOUIVUNEM, *apud* AHMED, 2014, p. 205).

Partindo dessa noção de dispositivos sentimentais presente na literatura e nos jornais, convido os leitores e as leitoras a imaginar uma cidade perfeita e idílica onde as relações dos habitantes são marcadas pela justiça, colaboração e paz e não há escassez, violência ou desigualdades, ou um país futurista, tecnológico e desenvolvido, no qual o feminismo “venceu”, ou então, por fim, pensemos em como seria uma ilha mágica, protegida de olhares bisbilhoteiros e comanda por mulheres cuja missão seria salvar outras mulheres de mazelas e dar a elas uma vida digna.

Esses três enredos emergiram das mentes de escritoras brasileiras no final do século XIX e primeira metade do século XX e todas elas falam de um Brasil ambicionado por essas mulheres. Emília de Freitas (1855-1908), Adalzira Bittencourt (1904-1976) e Ada Curado (1916-1999) expressam, através de suas narrativas fantásticas, os desejos e o interesse em romper barreiras e desafiar o cânone para chamar atenção para as questões que elas creditavam ser urgentes. Uma prática que atribuiu sentido para a existência delas, além de lhes possibilitar um entendimento e uma constituição de si

mesmas enquanto sujeitas políticas, por meio da experiência intelectual.

Um ponto em comum nas obras analisadas é a idealização de um espaço, um contexto, especialmente – um futuro, em um cenário de maior igualdade entre homens e mulheres. Essa esperança pode ter sido utilizada como motor para essas escritoras que se valeram, em seus textos, de uma linguagem fantástica permeada por sentimentos e emoções. Um olhar feminista sobre os livros de Ada, Adalzira e Emília permite-nos identificar que todas elas se debruçaram sobre temas relacionados à “condição feminina” em suas obras, ainda que não tenham se autodeclarado feministas ou se filiado a instituições feministas. Ada destacou as violências físicas e simbólicas, desigualdades e solidão. Adalzira levanta a bandeira do direito à instrução e direito de voto. Emília também não se privou de tratar questões como violência, solidão, maternidade. Todos esses temas foram questões centrais para os feminismos que se desenvolveram no Brasil ao longo do século XX e ainda são questões fundamentais para as mulheres no mundo contemporâneo.

Mulheres que leem, que escrevem e que sonham

No Brasil, a literatura considerada “clássica”, quase sempre produzida por homens, em sua maior parte atuou no reforço das dicotomias e das desigualdades de gênero através da perpetuação de discursos religiosos ou científicos.

As personagens históricas são enfermas, órfãs, e sugere-se que a causa da enfermidade seja ausência ou quebra do lar. A cura está no casamento, na procriação, na aceitação das normas estabelecidas. [...] Machado de Assis (1839-1908), o maior dos nossos escritores, retrata esta mulher especialmente em encontros como *A missa do galo*, *A cartomante*,

Causa secreta e no seu clássico *Dom casmurro*. (COLLING, 2021, p. 59).

Formou-se assim no Brasil um tipo de “literatura pedagógica”, geralmente produzida por homens ou por mulheres comprometidas com a manutenção da hegemonia masculina. Essa literatura ora apelava para uma pedagogia “negativa”, interferindo na construção da identidade, dos comportamentos e práticas femininas, de maneira a evidenciar sensações de desestabilização, medo, angústia, culpa, vergonha por parte das mulheres que não se submetem às regras socialmente determinadas; ora mobilizava uma pedagogia “positiva” que reforçava sentimentos considerados superiores, elevados, dentre o público feminino, colocando a felicidade plena como recompensa para aquelas mulheres que estivessem dispostas a seguir seus papéis.

Todavia, de maneira perspicaz as mulheres também se apropriavam dessa pedagogia para subverter e questionar os papéis. A estratégia de muitas mulheres, inclusive quando o assunto era participação política, era justificar a atuação política das mulheres através da ótica do “amor” que as mulheres são capazes de sentir pelo seu país.

Esse patriotismo é um sentimento – dentre tantos outros que as mulheres, em detrimento da sua “natureza sentimental”, estariam acostumadas a lidar. Existe uma relação entre feminilidade, afetividade e martírio, que é apropriada [...] com o intuito de se proclamar patriota, alguém capaz de expressar seu sentimento de amor pelo país, se sacrificando, não de maneira literal com “derramamento sangue”, mas sim, através da sua elevação intelectual e da educação das crianças. Nesse caso, o patriotismo alimenta as lutas e as ações das mulheres. Este sentimento “honroso” de amor pela pátria tem uma finalidade coletiva; a mulher patriota justifica suas ações através dos

interesses comuns à nação e não de seus interesses particulares. (SANTOS, 2018, p. 106)

Nesse caso, o que percebemos em comum nos textos escritos por essas autoras é que ao vislumbrarem um futuro melhor, elas anseiam pelo bem do país, exaltando uma espécie de sentimento patriótico, bastante comum também na imprensa feminista e sufragista. Essa exaltação patriótica e sentimental pode ser analisada pela ótica de uma “pedagogia dos sentimentos” – conceito desenvolvido pela professora Ana Carolina Eiras Coelho Soares e que abarca dispositivos culturais construídos ao longo da história, como a própria literatura e a imprensa.

A pedagogia dos sentimentos se baseia na noção de que os seres humanos são socialmente ensinados agirem a partir de modelos de comportamentos, gostos e desejos. Essa rede de expectativas é reiterada constantemente por dispositivos culturais que ensinam as respostas emocionais adequadas para aumentar o grau de satisfação social das pessoas no coletivo. as noções de moralidade não são internalizadas através de lógicas racionais, mas, sobretudo, pela recompensa emocional. (SOARES, 2021, pos. 577)

A naturalização de determinadas arquiteturas sentimentais impostas às mulheres as coloca em uma situação de submissão, e até encobre situações de violência de gênero. Endosso a análise da professora e pesquisadora Ana Carolina Soares, que afirma que o cânone historiográfico até hoje tem reservado pouquíssima atenção aos dispositivos que “movem e comovem” os sujeitos, mas nós historiadoras e historiadores precisamos avaliar a capacidade mobilização e os efeitos das pedagogias dos sentimentos, uma vez que esse tipo de pedagogia sentimental influencia a maneira como nos relacionamos com o mundo e como enxergamos o futuro.

O livro *O sonho do pracinha*, publicado em 1954, é uma obra com fortes características fantásticas e descreve a experiência de deserção de um soldado traumatizado com a guerra. Durante a fuga ele se depara com os portões de uma misteriosa cidade chamada Paraíso. João é acolhido pelos habitantes, especialmente por duas moças, Maggie e Clícia. João se apaixona por uma delas e fica ainda mais encantado com aquele lugar sublime. O ponto alto da história é quando João descobre que na verdade ele foi transportado para uma cidade brasileira do futuro, onde a população vive de maneira harmoniosa, desconhecendo a guerra, a desigualdade e a fome.

A obra em questão encerra-se com esse mesmo soldado subitamente acordando em uma cama de hospital, onde ele se encontrava desacordado e mutilado pela guerra, o que nos leva a concluir que tudo não passou realmente de um sonho, fruto da imaginação traumatizada do soldado João. A fantasia pode ser considerada um elemento facilitador de transformações. O “deslumbramento”, o “maravilhoso”, a irrupção do extraordinário que rompe com o rotineiro viabilizam mudanças e deslocamentos.

Em 1929, Adalzira publica *Vossa excelência, a Presidente da República no ano de 2500*. Na mesma época, em 1926, foi lançada uma obra de Monteiro Lobato, *O Presidente negro ou o choque das raças (romance americano do ano 2228)*, que recebeu bem mais atenção da crítica do que a obra de Adalzira, apesar de ambos os textos serem romances utópicos recheados de preconceitos oriundos das doutrinas dos anos finais do século XIX sobre raça e sexualidade (QUINLAN e SHARPE; 1996).

Na história de Adalzira somos transportados para o Brasil no ano de 2500. “A presidência da República dos Estados Unidos do Brasil estava confiada a uma mulher. O exército brasileiro era o assombro do mundo. O Brasil – o país mais forte, mais belo e rico” (BITTENCOURT, 1929, p. 13). Dra. Mariângela de Albuquerque, médica e advogada, era a presidente nesse

país onde o “feminismo vencera”. A história segue descrevendo detalhadamente o funcionamento dessa nação futurística e se centra em desenvolver o drama dessa personagem que se vê dividida, ao ter que escolher entre um amor proibido ou suas responsabilidades enquanto presidente.

Em *A Rainha do Ignoto*, escrito em 1899 por Emília de Freitas, temos uma sociedade composta só por mulheres. A história começa em um pequeno povoado chamado Passagem das Pedras, onde se encontra o protagonista Dr. Edmundo, que vislumbra uma figura misteriosa no meio da noite. Essa figura, conhecida como funesta e que vaga pelo vilarejo à noite, assustando os moradores, é a rainha de uma ilha habitada apenas por mulheres, que desaparece nas brumas diante dos olhos de qualquer intruso indesejado, e é um lugar seguro para onde são levadas mulheres vitimadas e marginalizadas pela violência e pelo desprezo. A rainha é uma mulher misteriosa que coloca sua vida em risco para fazer o bem, mas que luta contra seus sentimentos e que demonstra extremo descontentamento com episódios trágicos de sua vida. Ainda assim, ela despertara o amor do Dr. Edmundo, que se dedica, sem sucesso, a descobrir sua real identidade. Seu legado de bondade e justiça permanece mesmo após seu suicídio e o jovem Edmundo segue seu caminho para se casar com a doce e meiga Carlota.

Esse romance é considerado o primeiro romance de autoria feminina no Ceará (OLIVEIRA, 2007), a primeira utopia brasileira e até uma das primeiras manifestações da literatura de ficção científica no Brasil (PAULA Jr, *apud* MATANGRANO e TAVARES, 2019), convidando os leitores a imaginar uma sociedade na qual a realidade não seja tão violenta e injusta com as mulheres. Essas utopias carregadas de historicidade inscrevem-se em diversos cenários e sustentam a realização de múltiplas subjetividades (FREDRIGO, 2021).

Algumas considerações finais

Narrativas utópicas, fantásticas e científicas, especialmente na América Latina, são sempre associadas a nomes como Jorge Luís Borges e Júlio Cortázar. Mas esse tipo de escrita também foi desenvolvido por mulheres ao redor do mundo. *O sonho de Sultana* (1905), de autoria de escritora indiana Roquia Sakhawat Hussain, *A fúria* (1959), da escritora argentina Silvina Ocampo e *Terra das mulheres* (1915) da estadunidense Charlotte Perkins são alguns dos vários exemplos negligenciados pelo cânone, esquecidos pelo grande público e ignorados pela crítica. “Os sonhos diurnos nos aparecem nas utopias feministas como uma forma de buscar um outro lugar ainda não existente para as mulheres nas sociedades patriarcais” (DEPLAGNE, 2019, p. 27).

Essa literatura fantástica ou especulativa nos permite acessar e compreender a realidade em constante construção e transformação e nesse sentido o conceito de utopia que o filósofo Ernst Bloch desenvolve em sua obra *O Princípio Esperança* pode ser combinado com as análises dessas ficções literárias produzida por mulheres. Para o autor marxista, a utopia não é simplesmente uma fantasia irrealizável, mas sim uma visão de um futuro possível, que deve ser incessantemente buscada. Dessa forma, a utopia torna-se mais uma genuína forma de expressão da esperança humana e representa a possibilidade de uma vida plena e satisfatória, livre de opressão e injustiça, como podemos perceber nos livros *A rainha do Ignoto* (1899), *Vossa excelência Presidente da República no ano de 2500* (1929) e *O sonho do pracinha* (1954). Para Bloch, a utopia é uma espécie de força motriz que nos impulsiona a seguir adiante e nos inspira. É um horizonte de possibilidades que orienta homens e mulheres em direção a um mundo melhor.

Para finalizar, voltemos a Virginia Woolf. A autora inglesa com quem iniciamos esse capítulo fez um discurso em 21 de janeiro de 1931, intitulado *Profissões para mulheres*.

Em sua fala, a renomada escritora inglesa tece uma relação entre educação, literatura e direitos femininos. Ela se dirigiu à plateia majoritariamente composta por mulheres para dizer que o anjo do lar era um fantasma contra o qual todas as mulheres que desejavam escrever deveriam lutar (COLLING 2021, p. 147). Esse “anjo do lar”, que supostamente resguardaria as mulheres de qualquer tristeza ou infelicidade, atrapalha possíveis caminhos de atuação política, impede a conquista de direitos e dificulta a construção de uma trajetória intelectual e artística dos sujeitos femininos. Todas essas portas fechadas às mulheres empobrecem a literatura e a história.

Referências bibliográficas

- AHMED, Sara. *Cultural politics of emotion*. Edinburgh University Press, 2014.
- BITTENCOURT, Adalzira. Vossa excelência, a Presidente da República no ano de 2500. In: QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro*: Duas modernistas esquecidas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia: UFG, 1996.
- BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. Vol. 1. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COLLING, Ana Maria. *A cidadania da mulher Brasileira*: uma genealogia. São Leopoldo. Oikos, 2021.
- CURADO, Ada. CURADO, Ada. *O sonho do pracinha e outros contos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1954.
- CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury. *Sopro em brasas dormentes*: Inventário das precursoras da Literatura em Goiás. 2003. 136f. Dissertação de Mestrado em Letras, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de letras, 2003.
- DEPLAGNE, Luciana; CAVALCANTI, Idney. *Utopias sonhadas, distopias anunciadas*: Feminismos, gênero e cultura queer na literatura. João Pessoa: UFPB, 2019.

- DUARTE, Constância Lima. Mulher e escritura: produção letrada e emancipação feminina no Brasil. Pontos de Interrogação. *Revista de Crítica Cultural*, v. 1, n. 1, p. 76-86, 2011.
- FREDRIGO, Fabiana. Prefácio. In: PRADO, Maria Lígia. *Utopias latino-americanas: Política, sociedade e cultura*. São Paulo: Contexto, 2021.
- FREITAS, Emília. *A rainha do ignoto: Romance psicológico*. Revisão e notas por Constância Lima Duarte. São Paulo: 106, 2019.
- GUEDES, Carlota. Noivos. *O Lar*. Cidade de Goiás, p. 1, 31 mai. 1927, n. 20.
- MATANGRANO, Bruno Anselmi; TAVARES, Enéias. *Fantástico brasileiro: O insólito literário do Romantismo ao Fantasismo*. Curitiba: Arte & Letras, 2019.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Âncora de Emoções: Corpos, subjetividades e sensibilidades*. Bauru: EDUSC, 2005.
- NORONHA, Joanna Paula Manso. As nossas assinantes. *Jornal das senhoras*, Rio de Janeiro, p. 1, 1 jan. 1852, n.1
- OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. *Uma escritora na periferia do Império: vida e obra de Emília Freitas (1855-1908)*. Tese de doutorado em Literatura Brasileira apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG, 2007.
- PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: Primeiras aproximações. *Varia história*, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34: p. 305-324, jul. 2005.
- QUINLAN, Susan C; SHARPE; Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro: Duas modernistas esquecidas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Goiânia, UFG, 1996.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos pagu*, n. 11, p. 89-98, 1998.
- SANTOS, Danielle Silva Moreira dos. *Construindo o lar e conquistando a rua: Discursos e práticas "femininas" no jornal o Lar (1926-1932) escrito por mulheres em Goiás. 177f*. Dissertação Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, 2018.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Pedagogia dos Sentimentos, Literatura e História: por um ambiente social plural. In: CARRIS, Luciene Carris, SENA André (Orgs). *Relações internacionais em um mundo pós-pandemia: permanências e*

- descontinuidades. Porto, Portugal, Cravo, 2021. Edição E-book Kindle.
- SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; PINSKY, Carla. (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. O povo na rua: Manifestações culturais como expressão de cidadania. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. *O tempo do Nacional estatismo: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Coleção O Brasil republicano, v.2. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- SOUZA, Talita Michelle de. *História de mulheres escritoras em Goiás: atravessando trajetórias e produções literárias*. Dissertação de mestrado. 208 f. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Goiás, 2017.
- TAYASSU, Catitu. Escrita Femina. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: UFGD, 2015.
- TELLES, Norma. Autor + A. In: JOBIM, José Luis. (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- WOOLE, Virginia. *Um teto todo seu*. Trad. Vera Ribeiro; pref. Ana Maria Machado. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

Formação contra a barbárie: analisando a sexualidade feminina na literatura de João de Minas

ELISA SILVA CAETANO¹

[...] *ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie, e tudo dependerá de orientar esses traços contra o princípio da barbárie em vez de permitir seu curso em direção à desgraça.*
Theodor W. Adorno, *A educação contra a barbárie*, 1968.

É comum na sociedade moderna, racionalizada, esquematizada e conformista, promover um sujeito semiformado que, como sujeito do mundo, torna-se aquele que meramente reproduz. A formação humana que pretendemos e almejamos com o objeto literário é a possibilidade de educarmos uns aos outros, rejeitando o conformismo e resistindo ao que compreendemos por ser um tipo de formação regressiva e que fortalece ideologias. A formação não pode ser entendida como conformar-se à vida real, uma vez que ela permitiria ao indivíduo uma adaptação unilateral, e impediria assim que homens e mulheres se eduquem. É necessário transcender ao comum, experimentar e questionar aquilo que está dado como verdade. Desse modo a arte e a literatura de João de Minas²

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: elisafchf@gmail.com

2 João de Minas chamava-se na verdade Ariosto Palombo e nasceu em 1896, provavelmente em Ouro Preto, Minas Gerais. Era jornalista e sua carreira estabeleceu-se sobretudo no jornal *Lavoura e Comércio*. Tornou-se conhecido nos meios paulistas e cariocas a partir de 1927, com sua colaboração nos jornais *O Paiz* e *Correio Paulistano*, de onde derivou suas primeiras obras *Jantando um defunto* (1929), *Farras com o demônio* (1930) e

são, para nós, formativas. Nos permitem pensar sobre a condição humana e nos humanizarmos.

João de Minas, ao se inserir no estilo da literatura urbana e nos romances sexuais dos nichos intelectuais cariocas e paulistas, bem como das editoras Unitas, Editorial Paulista e Calvino Filho, conhecidas por flertar e publicar textos com vieses anarquistas e libertadores, explora personagens como Angélica, Claudia Bill, Chiquilha e Ana (Anica), de *A mulher carioca aos 22 anos* (1934), quase sempre no intuito de alertar seus leitores sobre “como a moral e os valores são instrumentos de exploração das massas pelos poderosos” (ALMEIDA, 2012, p. 213). O autor nos permite compreender que a sociedade que inaugura a moderna década de 1930 é, paradoxalmente, repleta de contradições, possuidora de ideias e padrões de comportamento que são criticadas e expostas na literatura do período.

Nesse sentido, partiremos da compreensão de que o corpo da mulher moderna é concebido tanto como objeto imaculado, sacralizado em estereótipos vinculados à esfera privada (maternidade, casamento) e à vida doméstica, ao estilo da vida burguesa, como também instrumento para o exercício do prazer e da liberdade, quando ocupam os espaços

Sangue de ilusões (1930). Entre 1934 e 1936 publicou romances urbanos e sexuais como *A mulher carioca aos 22 anos* (1934), *A datilógrafa Loura* (1934), *Uma mulher... mulher!* (1934), *Femeas e santas* (1935), *A prostituta do céu* (1935) e *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo* (1936). Em 1936, João de Minas despede-se do meio literário, mas, além dos livros, inúmeros artigos em jornais e revistas complementaram sua proveitosa produção intelectual entre 1927 e 1937 – que englobam resenhas, crônicas, artigos políticos e narrativas não publicadas em seus livros. A partir de 1935, estabeleceu uma seita religiosa, a Igreja Brasileira Cristã Científica, com doutrina eclética de matiz nacionalista fundada no Catolicismo popular, no Espiritismo, na Umbanda e no Esoterismo. Acrescentando um novo pseudônimo, Mahatma Patiala, sua atividade na igreja ocupou seus esforços até pelo menos 1969, e produziu quatro edições de uma bíblia, cujo primeiro volume lançado em 1957 intitula-se *A vida começa na ciência divina*.

comprometidos com a exploração do corpo pelo trabalho, nas fábricas, nas ruas e/ou na prostituição.

Todavia, sobre a mulher moderna e urbana, “a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar” (RAGO, 1985, p. 63) quando esta se vê imersa na vida urbana-industrial.

Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências ao olhar insistente ou aos galanteios envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição (Ibid.).

Há visivelmente uma intencionalidade discursiva em reduzir a mulher a esse estereótipo de fragilidade, quando Rago nos alerta das estratégias que afirmam a mulher como “esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistências” (Ibid.) – como se ela tivesse apenas o aparato das emoções, negando qualquer racionalidade. Os artifícios de vigilância e interdição do corpo da mulher, pelo imaginário burguês, viriam a formar uma tessitura de valores opressores que ainda hoje nos custa caro por reforçar a *barbárie* em nossa sociedade. Valores esses que reafirmam a misoginia, o racismo, mas que se dizem “civilizatórios” ou que marcham em direção ao “progresso” e à modernidade.

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação à sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao

conceito de civilização, mas também, por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda essa civilização venha a explodir [...]. (ADORNO, 2022, p. 169)

Compreendemos que Adorno explora o conceito de barbárie no contexto histórico alemão-nazista, com o desenvolvimento tecnológico da Segunda Guerra Mundial, criticando todo esse “progresso” que promoveu assassinatos em massa e um processo de desumanização. Mas o que ressaltamos aqui é que o mesmo “projeto civilizador” que forma o aparato opressor e as estratégias de controle dos corpos, forma igualmente aqueles que irão se constituir como resistência, aqueles que não serão aderentes ou conformistas.

No contexto de uma sociedade patriarcal, agroescravocrata, portanto racista e misógina, e com extrema desigualdade social, como a brasileira, vemos a necessidade de reforçarmos ações de resistência e luta contra a barbárie. É consenso que mesmo no Brasil de hoje as ameaças e constantes ataques à educação não cessam de confirmar a hipótese adorniana de que é possível estar atrasado “de um modo *peculiarmente disforme* em relação a sua própria civilização” (ADORNO, 2022, p. 169).

Os movimentos feministas e antirracistas são fundamentais para a desbarbarização, pois continuam sendo “uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje” (hooks, 2019, p. 26). Constituem-se em movimentos sociais e políticos que “compartilham o objetivo comum de emancipação das mulheres, de conquista de seus direitos de espaço de fala e lugar de sujeito na política, na sociedade, na ciência e na cultura” (MUNIZ, 2015, p. 318).

Os feminismos possibilitam a mobilização da sociedade em torno de um projeto político de respeito à diferença e de

escolha de todo ser humano, particularmente as mulheres, ainda total ou parcialmente privadas, discriminadas e excluídas. “Direito de escolha de cada uma sobre seu corpo, sexualidade, reprodução, desejo, prazer, trabalho, profissão, saúde, afetos etc. Enfim, sobre sua vida” (Ibid.).

Desse modo, intencionamos estabelecer relações entre a História e a Literatura pois acreditamos que através da Literatura podemos rastrear as construções discursivas normatizantes sobre a sexualidade da mulher na sociedade brasileira. João de Minas representa mais que um autor de crônicas sertanistas ou romances sexuais, ele representa o pensamento de uma elite, heterossexual, branca, dos primeiros anos da República, preocupada com padrões morais representativos da *Belle Époque*.

Mas, aquém das lutas feministas, resgatamos a compreensão de Freire (1969) acerca do objetivo do ser humano nesse processo que chamamos de educar ou formar um indivíduo, que é o da humanização, e essa só é possível quando nos conscientizamos de que o ser humano só se humaniza na relação com outros sujeitos humanos, numa constante relação entre sujeito e mundo. Uma formação humanista é aquela que, em vez de reforçar os mitos que mantêm o homem desumanizado, se empenhe na desocultação da realidade. “Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade” (Idem, p. 127).

Entendemos que o ser humano encontra-se num processo de constante desenvolvimento, num constante devir. O ser humano não pode ser considerado como algo pronto, acabado, mas sim como um ser em constante busca de autorrealização e evolução, o que pode ser aproximado com o seu processo sucessivo e constante de humanização. Sua condição de inacabamento é que confirma assim, sua capacidade de reconhecer e transformar tal condição (FREIRE, 1980).

A sociedade civilizada e moderna desenvolveu mecanismos de controle do corpo e, conseqüentemente, da sexualidade.

Tais mecanismos contrastam, por vezes, com um projeto de sociedade democrática à medida que eles impedem aos sujeitos a desocultação da realidade e dos papéis impostos a cada um de nós.

Michel Foucault,³ por exemplo, trouxe à tona os artifícios de controle do corpo nas prisões, hospitais e asilos ponderando que a vida moderna estaria intrinsecamente ligada à ascensão do poder disciplinar. Já Sigmund Freud⁴, na psicanálise do ocidente patriarcal, relacionou a recusa da mulher ao papel biológico da maternidade ao desenvolvimento da *histeria*, uma espécie de neurose que acometeria questões relacionadas à sexualidade da mulher.

Freud fundamentou de um modo essencialmente psicológico a tendência à barbárie e, nessa medida, sem dúvida acertou na explicação de uma série de momentos, mostrando, por exemplo, que por intermédio da cultura as pessoas continuamente experimentam fracassos, desenvolvendo sentimentos de culpa subjacentes que acabam se traduzindo em agressão (ADORNO, 2022, p. 178).

Ambos os autores demonstraram como tais dispositivos de poder atuaram diretamente no controle da sexualidade do indivíduo. Mas, contrariando Foucault, compreendemos que o poder não se coloca apenas em oposição ao prazer, mas, ele pode ser igualmente, instrumento para a produção desse prazer. A “sexualidade” não deve ser compreendida somente como um impulso que as forças sociais têm de conter (GIDDENS, 1993).

O sexo não é conduzido às escondidas na civilização moderna. Ao contrário, vem sendo continuamente discutido e investigado. Tornou-se parte de “um grande sermão”, substituindo a tradição mais antiga da pregação teológica. As declarações sobre repressão sexual e o sermão da transcendência

3 Ver Michel Foucault em *História da loucura*, 1961; *Vigiar e punir*, 1975 e *História da sexualidade*, 1976.

4 Ver Sigmund Freud em *Estudos sobre a histeria*, 1895 e *O mal-estar na civilização*, 1930.

reforçam-se mutuamente; a luta pela liberação sexual faz parte do mesmo mecanismo de poder que ela denuncia (Idem, p. 28).

A “hipótese repressiva” de Foucault (2022), que se constitui em suas investigações sobre a sexualidade no século XIX e início do XX, nos aponta como esse fenômeno emerge na modernidade. Num determinado momento, a sexualidade emerge como um segredo que deveria ser guardado, ao exemplo da masturbação, tema presente nas campanhas de médicos e educadores, que aparecia com o objetivo de organizar o desenvolvimento do indivíduo nos aspectos físico e mental. Em seguida a sexualidade se encontraria também nas diversas perversões catalogadas por psiquiatras, mas “abertas à exibição pública e transformadas em princípio de classificação de conduta, da personalidade e da autoidentidade individuais” (FOUCAULT *apud* GIDDENS, 1993, p. 28), atentando para o detalhe de terem sido introduzidas em modos de “conduta indignos”.

Em João de Minas a sexualidade aparece como “hino de louvor à mulher carioca” ao inaugurar uma nova fase de seus escritos, com *A mulher carioca aos 22 anos (1934)*, afirmando ser “a realidade sexual brasileira, nos grandes centros do país”. Nessa obra o autor afirma que temas como este não deveriam ser vistos como escandalosos, pois “em todo e qualquer terreno, os assuntos sexuais, ou genésicos, ou genitais, ou o que seja – vão se encaminhando para uma liberdade inocente e paradisíaca. Ninguém mais vê o demônio (mundo, diabo e carne) entre as pobres pernas de uma mulher, ou de um homem” (MINAS, 1934, p. 10).

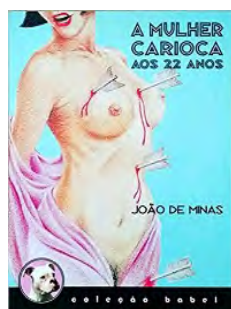
Em *A mulher carioca aos 22 anos* a personagem Angélica acaba de fazer 18 anos e está no terceiro ano da Escola Normal, onde tem como amigas Chiquilha, Iná e Claudia Bill. A narrativa desenrola-se em torno de Angélica, caracterizada pelo autor como virgem, ingênua e casta, que acaba caindo nas garras de Claudia Bill, uma feminista lésbica de 25 anos, voluptuosa e oportunista. “Ela se matriculava só para remoeçar, para

ser aluna, para ser estudante. Que vidão! Podia assim estar na intimidade dessas meninas fresquinhas, doiradas uvas e maçãs humanas, e que lá um dia, de repente, se viam mulher, com o sexo e os bicos dos seios coçando” (Idem, p. 12).

Embora o tema da sexualidade não fosse padrão na literatura daquele período, João de Minas visava “um leitor com percepção liberal da sexualidade”, buscava “não ser identificado como moralista” e divulgava a ideia de ser “precursor de um estilo literário novo” (ALMEIDA, 2012, 193). O autor utilizaria o tema da sexualidade como forma de denúncia dos valores morais da burguesia carioca da década de 1930.

Ao longo da narrativa, esse leitor liberal se depara com “as mais refinadas patifarias” (MINAS, 1934, p. 16), entre as quais o uso de cocaína, o “lesbianismo vampiro” de Claudia Bill, que apresenta um órgão sexual masculino feito de borraça e fabricado na Argentina, as aventuras sexuais parisienses de Chiquilha, que nos choca com temas sobre “estupro no convento”, e as mais diversas imoralidades que revelarão o adultério de Anica (mãe de Angélica) com Sebastião (padrinho de Angélica e amigo de Anfriso, seu pai), dotado de um órgão “imenso e descomunal”.

As capas das edições de *A mulher carioca aos 22 anos*



nos convidam a compreender a sexualidade tanto como tema corriqueiro, não escandaloso, como velado e secreto.

Capas de *A Mulher Carioca aos 22 Anos*; da esq. para a dir.: 1ª Edição (1934); 2ª Edição (1937) e 3ª Edição, 1º Reimpressão (1999).

A edição de 1934 conta com cores fortes (amarelo e azul) e segue o padrão dos romances sentimentais, apresentando o busto de uma figura feminina de olhos fechados, sugerindo sono ou deleite sexual, evidenciado pela serpente enrolada sob sua cabeça. “O título e a imagem vagas aguçam a imaginação do público para a leitura do livro, a curiosidade em saber quem é a mulher carioca e detalhar o deleite que a capa sugere” (ALMEIDA, 2012, 193).

Já a segunda edição da obra, que data de 1937 – período do Estado Novo Vargasista e de ascensão do autoritarismo no Brasil –, a capa já aparece em tom claro e pálido, com uma mulher em meio a margaridas, talvez representando o romantismo e inocência da personagem Angélica que veríamos na narrativa da obra.

A terceira edição da obra já conta com tons de azul e rosa na capa, trazendo a nudez explícita de uma mulher flechada quatro vezes, demonstrando talvez como a sexualidade feminina seria retratada, quase sempre como objeto de proveito do homem. Nessa edição, João de Minas afirmava: “este livro é um hino de louvor à mulher carioca. E é a realidade sexual brasileira nos grandes centros do país. Nele, tudo se diz com a franqueza da boa verdade, aquela que é o suporte da vida viva, da vida vivida” (MINAS, 1999, p. 10).

A composição da personagem Angélica permeia o ideal de mulher virgem e casta que terá a sua sexualidade invadida, por mais de uma vez, ao longo da obra. Primeiramente, por Claudia Bill, caracterizada como lésbica, feminista, e “masculinizada”, pois tinha “os cabelos das pernas duras, quase masculinas”, dava ordem aos garçons, era prática e forte (MINAS, 1934, p. 16 a 18). Claudia utiliza seu “sexo mecânico” para se aproveitar de Angélica:

a tarada empunhou a banana sexual. E a sacudia, pensativa. Continuou, científica: – O feminismo marcha, minha filha. Por este processo, as mulheres podem saborear a

vida, sem precisar dos homens, do casamento, e de outras tolices. Com uma vantagem: esta gracinha faz-se sob medida, e as mulheres de... de... boca grande podem ter as carícias volumosas de que precisam... É uma revolução, é uma beleza! (MINAS, 1934, p. 21)

O grotesco da narrativa segue-se quando, ao explorar a liberdade sexual feminina de Claudia Bill, João de Minas a associa com uma abusadora e aproveitadora de meninas virgens e tolas. A tensão do abuso se esvai quando

[...] um direto de Angélica, no queixo, derramou-a desmaiada no chão, com as pernas cabeludas muito abertas, um fio de baba grossa no canto da boca. Os cabelos quase vermelhos de seu sexo ardiam, como si fossem as asas de um pássaro furioso, contido, preso na gaiola da regra, na cadeia patriarcal. Na luta, Angélica arrancára e espatifara o Sexo Mecânico de Claudia. (Idem, p. 22)

No decorrer da narrativa, Angélica viverá outra situação abusiva, sendo atacada pelo jornalista Euzébio, que tenta estuprá-la, o que motivará o assassinato dele. E por último por Asdrúbal, advogado golpista que defende Angélica da acusação de assassinato, a seduzirá e roubará sua fortuna, fugindo com Tamar Jom Rá, “esplendida dançarina egípcia” (Idem, p. 186). Todavia, a ideia de que a romântica Angélica, seria salva ao final por seu príncipe é suspensa pelas contradições da moral moderna denunciadas por João de Minas.

Assim, percebemos que Angélica representa o padrão de mulher “frágil”, “inocente”, passível de obter proveito e ser enganada, que reforça o mito da “mulher santa”, passiva, que em sua genealogia precisaria ser, supostamente, “salva” pelo “outro”, forte e viril (BEAUVOIR, 1980). Papéis e estereótipos que contribuem para colocar a mulher num gueto de expectativas que servem ao patriarcado. Logo, a compreensão desses

mecanismos como “exercício do poder” permite que toda uma sociedade venha desbarbarizar as relações de gênero vigentes.

Outra personagem intrigante em *A mulher carioca aos 22 anos* é Chiquilha, representada como discreta, rica, gorda, loura, e ao mesmo tempo, libertina. Filha “do milionário Alcides Elpenor [...] diziam que no ultimo carnaval, em Nice, o pae e a filha tinham dormido juntos num bordel, tendo ambos na bebedeira se esquecido de tirar as mascaras” (MINAS, 1934, p. 25). João de Minas retrata práticas sexuais que envolviam, além de incesto, um estupro no convento de Paris, do qual Chiquilha fizera parte.

Chiquilha desmaia, e seu rosto se transcende, diáfano, divino. O seu habito desalinhado mostra-lhe as coxas sagradas. Em torno as outras freiras gemem, suplicam ou rezam, aos soluços, debaixo do estupro dos bárbaros... Que tal essa história, absolutamente verídica? – perguntou a narradora. A roda não parecia ter compreendido bem o caso, que estava meio confuso. Chiquilha deu a competente explicação: – Vocês teem razão, estes fatos são meio confusos, por serem *chics*, excessivamente originaes. Essa preparação toda do convento é um negocio, é uma combinação. (Idem, p. 30)

A representação da sexualidade libertina de Claudia Bill e Chiquilha demonstra a crise de valores denunciada por João de Minas, presente na sociedade moderna carioca, ao banalizar comportamentos abusivos como o estupro, ato que representa o ápice das relações de força, poder e violência empregada contra mulheres de toda ordem.

Outra representação da mulher, em João de Minas, se faz na caracterização da personagem Anica, (Ana Gontijo dos Anjos/Madame de Souto), mãe de Angélica, esposa de Anfrísio e adúltera. Ela teria se envolvido com Sebastião, padrinho de Angélica, homem com um “órgão descomunal”, “belo monumento gigantesco”, fazendo que ao longo da narrativa Anica

saltasse de adjetivos como “santa”, “virgem da prata”, “sublime” e “maternal” para, “bandida”, “chupadeira” e “marafona”.

Anica, além de traír Anfrísio com Sebastião, não suportou de ciúmes quando percebeu as investidas recebidas por ele da ministra da Rússia: “Todas as mulheres sem vergonha e insaciáveis e disputam [Sebastião]. Querem experimentar o jumento...” (MINAS, 1934, p. 71). Anica acabou capando Sebastião.

Recebera logo [...] a visita de uma senhora, que viera a pé, com um véo no rosto, pela rua deserta.

O homem feliz deitára-se logo com a fêmea, depois de ter bebido algum licor narcotizante, tudo por certo habilmente preparado pela criminosa.

[...] estava castrado cerce, na base, a navalha. E a amante infernal sumira. O capão morreu dois dias depois, impenetrável, sem denunciar o nome da assassina. Quem seria essa amante shakesperianamente trágica? (Ibid.)

Anica não é a única mulher adúltera retratada nessa obra. A esposa do médico, Dr. Forte, teria fugido com um palhaço de circo, sendo representada e comparada a uma prostituta.

É necessário ressaltarmos que o marcador social de raça é pouco explorado nessa obra mas, quando aparece, apresenta o estereótipo da sexualização da mulher: “Iná Mamarú era uma morena, metálica, com batatas de músculos nas pernas. Fogo nocional, caboclo. [...]”(Idem, p. 25). Ou mesmo os estereótipos da religiosidade: “A freguesia começára a implicar com aquilo, e uma negra bebedora, certa vez, se benzeu: – Cruis, Virge! Esses mosquito inté parece despacho” (Idem, p. 41).

Contudo, ao longo da narrativa de *A mulher carioca ao 22 anos*, observamos que João de Minas objetivava denunciar as mazelas e hipocrisias da sociedade carioca da década

de 1930 apropriando-se da sexualidade e dos artifícios retóricos da literatura urbana considerada obscena para alertar seu leitor, pois, aquele “que ler este livro com a competente malícia, compreenderá logo o movimento das máscaras. E decifrárá os heróis e a heroína. Porque eles estão vivos por aí.” (MINAS, 1934, p. 11)

Conclusão

João de Minas pode ter sido precursor de uma literatura urbana sexual, obscena ou pornográfica que, inaugurada na obra *A mulher carioca aos 22 anos* (1934), explorou as representações e estereótipos empregados à mulher nos primeiros anos da República.

Tais estereótipos demonstraram um campo de relações de força que normatizaram papéis sociais e reduziram a pluralidade feminina a padrões de comportamento que servem ao patriarcado.

Nesse sentido, esse texto propôs uma reflexão que partiu do conceito adorniano de barbárie e chegou às teorias feministas e à literatura como objetos de formação humana. A literatura, como arte, condiciona o sujeito a não se conformar. Logo, os papéis sociais denunciados por João de Minas e associados à mulher da época apresentam-se aqui como possibilidades de ruptura dos padrões ora impostos às mulheres. A literatura como formação humana permite ao indivíduo transcender aquilo que está posto. Permite então desbarbarizar às relações e nos humanizarmos uns aos outros.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. “A educação contra a barbárie” [1968]. In: *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

- ALMEIDA, Leandro Antonio de. *As mil faces de João de Minas: a construção do escritor e a repercussão de seus livros no campo literário brasileiro (1927-1989)*. Tese (Doutorado) em história Social, USP, 2012, São Paulo.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Trad. Sérgio Millet. v 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- FREIRE, Paulo. Papel da educação na humanização. *Revista Paz e Terra*. São Paulo, n. 9, p. 123-132, out. 1969.
- _____. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- hooks, bell. *Teoria Feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MINAS, João de. *A mulher carioca aos 22 anos*. São Paulo: Editora Marisa, 1934.
- _____. *A Mulher carioca aos 22 anos*. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1937.
- _____. *A Mulher carioca aos 22 anos*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.
- MUNIZ, Diva do C. G. Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas. *Revista OPSIS*. Catalão/GO/ UFG, v. 15, n. 2, p. 316-329, 2015.
- RAGO, Margareh. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

Relações de gênero na área da biblioteconomia: protagonismos e silenciamentos¹

ESDRA BASILIO²

O objetivo primordial deste capítulo é apresentar um recorte com os elementos que compõem a área da Biblioteconomia,³ a partir de uma pesquisa ampla que desenvolvo, em que busco problematizar as relações de gênero nesta área, precisamente na região Centro-Oeste do país. Acredito que a área de Biblioteconomia compõe o hall de profissões ditas femininas, devido ao grande número de mulheres que exercem a profissão no Brasil. Como ferramenta metodológica, utilizei a História Oral. Para Barros (2009), uma das características da história oral é oferecer a possibilidade de ampliação do olhar das historiadoras e historiadores e, pois

[...] captar registros múltiplos através de entrevistas e coletas de depoimentos torna-se uma interessante estratégia para multiplicar pontos de vista, confrontá-los, opô-los aos fatos propriamente ditos com vistas a problematizá-los. (BARROS, 2009, p. 62)

-
- 1 Uma versão inicial deste texto foi apresentada e publicada nos Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, no formato *online*, no mês de outubro de 2022, sob o título: *Um olhar sob a perspectiva de gênero na Biblioteconomia: região Centro-Oeste*.
 - 2 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás, Bibliotecária-Documentalista no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás. basilioesdra@ufg.br
 - 3 Ao longo deste capítulo, optei por utilizar a palavra Biblioteconomia com a inicial maiúscula para evidenciar a área.

Com o propósito de compreender, a partir das vozes das bibliotecárias, as características e as percepções sobre a profissão, realizei entrevistas, a partir das quais construí uma análise sobre as relações de gênero no cotidiano das bibliotecas. Ressalto que foram entrevistadas mulheres que ocupam posições de destaque nas respectivas instituições: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade de Rondonópolis. Tais instituições públicas foram escolhidas para a pesquisa por ofertarem o curso de graduação em Biblioteconomia. Entrevistei, assim, uma professora da UFG, uma professora da UnB, a diretora adjunta da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, a diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás e a diretora da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Rondonópolis - todas servidoras públicas no âmbito federal.

Utilizei também como fonte bibliográfica de pesquisa a história da Biblioteconomia e ainda as pesquisas que versam sobre a imagem e os estereótipos da bibliotecária e do bibliotecário cristalizados no imaginário da sociedade.

Aspectos do campo biblioteconômico

A Biblioteconomia é uma área originalmente ocupada por homens que possuíam acesso aos livros, portanto, organizar o conhecimento no espaço denominado biblioteca era reservado aos mesmos. A bibliofilia era uma atividade masculina, como Michelle Perrot (2005, p. 37) afirma: “No século 19, a coleção, e ainda mais a bibliofilia são atividades masculinas. As mulheres se retraem em matéria mais humilde: roupa branca e os objetos”. Dessa maneira, busco compreender como se deu o processo de feminização da Biblioteconomia no Brasil.

Considero pertinente articular o conceito de gênero no contexto da Biblioteconomia dado o número significativo de mulheres nessa área, fazendo com que seja considerada uma

profissão feminina, pois esta é uma realidade vista empiricamente em grande parte dos estados brasileiros, a exemplo de Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso.⁴

Refletir sobre a constituição da profissão bibliotecária sob a perspectiva de gênero torna-se fundamental para a compreensão do local que a Biblioteconomia ocupa na sociedade, sendo a profissão bibliotecária formada em sua grande maioria por mulheres. (PIRES, 2016, p. 115).

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a história da Biblioteconomia brasileira, para minha surpresa, descobri que os fatos marcantes e definidores da profissão foram protagonizados por mulheres.⁵ Essa constatação indica que ocorre um silenciamento, um apagamento dessas bibliotecárias que foram protagonistas, sendo esse fato de suma importância para o desenvolvimento da profissão de bibliotecária. Tal afirmação se consolida, pois, afinal, nos cursos de graduação, na bibliografia apresentada pelos professores e professoras

4 De acordo com os dados fornecidos pelo CRB-1, no ano de 2021, havia 3018 mulheres inscritas no Conselho e 551 homens inscritos, em porcentagem 84,6% de mulheres e 15,4% de homens.

5 Para ilustrar, citarei três conquistas para a área da Biblioteconomia brasileira: 1) A criação da primeira entidade nacional da área da Biblioteconomia, a Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários-FEBAB em 1959, a partir da iniciativa da grande bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo e de Rodolfo Rocha Junior. Laura Russo foi eleita a primeira diretora da entidade. 2) A lei que regulamentou a profissão foi aprovada em 1962. Em relação à construção do projeto de lei, cabe destacar que suas normas foram elaboradas pelas bibliotecárias Laura Russo e Maria Helena Brandão. “Laura Russo entrou para a história da Biblioteconomia no Brasil, suas principais marcas históricas foram sem dúvida, ter sido a primeira presidente da FEBAB, o segundo legado foi em busca do sucesso, da consolidação e do respeito pelo exercício da profissão de bibliotecário no Brasil” (PINHEIRO, 2015, p. 192-193). 3) O primeiro Conselho Federal de Biblioteconomia-CRB foi formado em 1966, sendo a segunda entidade concebida pela bibliotecária Laura Russo, eleita a primeira presidenta do conselho.

durante as disciplinas aparecem majoritariamente autores e figuram apenas os nomes dos homens bibliotecários.

O gênero como categoria de análise, até o presente momento, é pouco utilizado para refletir sobre a área da Biblioteconomia. Para Corrêia e Oliveira (2018), as pesquisas realizadas com o foco na perspectiva de gênero na Biblioteconomia são poucas. Friso que é fundamental uma compreensão da categoria relações de gênero, pois poucos trabalhos científicos dão visibilidade às mulheres que atuam como bibliotecárias, exercendo a função de diretoras e presidentas nos órgãos de entidades representativas da categoria, as mulheres bibliotecárias são também professoras universitárias nos cursos de graduação e pós-graduação em Biblioteconomia do país e ainda são responsáveis pelas grandes conquistas da classe.

De acordo com Ferreira (2003, p. 190),

Na Biblioteconomia, estudos com enfoque de gênero ainda não estão consolidados, à exceção de alguns artigos especializados na área, que, em geral, não aprofundam as questões de gênero na profissão da/o bibliotecária/o.

Ao realizar uma pesquisa na internet, via buscador Google, com o objetivo de levantar os trabalhos acadêmicos, sejam teses, dissertações, artigos e livros, que constassem as palavras no título "gênero e biblioteconomia", realizei a busca simples digitando os termos Gênero na Biblioteconomia e pouquíssimos trabalhos foram recuperados. Constatei que existe uma lacuna no sentido de haver poucas pesquisas acadêmicas, científicas com abordagem da temática gênero na Biblioteconomia. Dentre os poucos trabalhos recuperados na busca destaco o artigo "A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação", escrito pela professora de biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, Elisabeth Márcia Martucci, publicado em 1996 na

revista *Perspectivas em Ciência da Informação*. Outro artigo que evidencio tem o título “O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero”, de autoria da professora do curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão, Maria Mary Ferreira, publicado na Revista Transinformação em 2003. Também merece destaque a tese produzida pela bibliotecária Beatriz Alves de Souza, intitulada *O gênero na biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os*, apresentada em 2014, pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Dinter, da Universidade Federal de Santa Catarina. Por fim, cito o livro publicado em 2018, intitulado *O Protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*, livro pioneiro organizado pelas bibliotecárias Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro.

Os trabalhos citados – os artigos, a tese e o livro – abordam aspectos que refletem sobre o gênero na área da Biblioteconomia. Todavia, nesta pesquisa, problematizo e busco compreender essa questão a partir dos aspectos históricos e da História Oral, utilizando a chave de leitura da categoria gênero com o objetivo de descobrir se ocorre discriminação no exercício da profissão nas bibliotecas pesquisadas, com a intenção de ampliar o debate, sobretudo a partir da percepção das bibliotecárias.

Portanto, é relevante problematizar a história da Biblioteconomia ao se lançar mão dos documentos sobre o surgimento da biblioteconomia e de sua consolidação no Brasil. Nesse sentido, busco em Luca (2020, p. 25) a constatação de que “a interpretação do passado está sempre em mutação”.

A escassez de pesquisas que utilizam a categoria gênero para refletir sobre a biblioteconomia “torna a discussão quase sempre difícil, já que as profissionais da informação, em geral, não relacionam a desvalorização social da profissão com o fato dela ser uma categoria predominantemente feminina” (FERREIRA, 2003, p. 193).

Investigar a Biblioteconomia a partir da região Centro-Oeste foi uma escolha motivada pela disposição de realizar uma análise interdisciplinar, aliando história e Biblioteconomia, para a compreensão dos discursos permanentes e as mudanças das práticas sociais a partir das relações de gênero no exercício da profissão de biblioteconomia nas Universidades Públicas Federais que possuem o curso presencial de graduação em Biblioteconomia.

Tecendo os fios da Biblioteconomia

Para compreender as particularidades da Biblioteconomia, que já surge no Brasil em uma sociedade com desigualdades nas relações de gênero, procurei utilizar, neste trabalho, a categoria gênero como uma ferramenta analítica, conceito que foi inserido no campo dos estudos feministas pela historiadora norte-americana Joan Scott em 1986, a partir do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, traduzido no Brasil apenas em 1990. Esse artigo é uma referência teórica para os estudos de gênero. As proposições de Scott marcaram de forma significativa o campo da história das mulheres, pois a autora propõe que gênero seja utilizado como categoria de análise para problematizarmos as relações sociais entre homens e mulheres e ainda como uma potente chave metodológica e teórica:

Gênero é a lente de percepção através da qual nós ensinamos os significados de macho fêmea, masculino, feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com esses significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos. (SCOTT, 2012, p. 332)

As narradoras, ao longo das entrevistas, falaram sobre questões concernentes aos motivos que levaram à escolha da Biblioteconomia como área de atividade profissional e alguns pontos relacionados à vivência e às suas percepções em relação à profissão de forma ampla. As perguntas foram feitas a partir de um questionário semiestruturado, composto por perguntas associadas aos objetivos da pesquisa. Foram entrevistadas cinco bibliotecárias, duas professoras do curso de graduação em biblioteconomia e três bibliotecárias atuantes em bibliotecas universitárias.

Na literatura da área da Biblioteconomia é possível ler a afirmativa que o baixo prestígio da profissão de bibliotecária ocorre por ser exercida em grande parte por mulheres, e para ilustrar, cito:

O caráter feminino da profissão também é responsável por boa parte da discriminação sofrida pela Biblioteconomia. Durante muito tempo, os homens não se sentiam à vontade para atuar em uma área predominantemente feminina, não reconhecida socialmente. (SOUTO, 2005, p. 35)

As representações sobre a profissão de bibliotecária são permeadas por estereótipos relacionados às mulheres. Por outro lado, em grande medida, as bibliotecárias não associam o baixo prestígio da profissão com o fato de ela ser uma categoria composta predominantemente por mulheres. Em relação à inserção das mulheres no mundo do trabalho assalariado, Borelli e Mattos (2019, p. 706) afirmam que “as atividades nas quais as mulheres penetraram foram progressivamente desprestigiadas, desvalorizadas monetariamente e socialmente, sendo descartadas pelos homens”. Acredito que esse processo ocorreu na área da Biblioteconomia. O mesmo ocorreu primeiramente com o magistério, que se tornou um campo povoado por mulheres.

Entre 1835 e 1890, o magistério tornou-se basicamente feminino (essa tendência foi chamada de “feminização do magistério”), na medida em que passou a ser visto como um campo por excelência de mulheres, apreciadas como mais capazes de cuidar, educar e disciplinar as crianças. O magistério também foi considerado adequado às mulheres por poder ser um trabalho de “meio período”, permitindo concatenar a atividade profissional com as obrigações do lar. (MATOS e BORELLI, 2012, p. 137)

Ainda sobre a entrada das mulheres no mundo do trabalho, ressalto, entre as mudanças comportamentais promovidas pela divulgação de novas possibilidades, a pílula anticoncepcional, que possibilitou a oportunidade de as mulheres escolherem quando ter filhos, por exemplo, após se estabelecerem no mercado de trabalho assalariado. Ainda sob essa ótica, cabe destaque ao fato de que por meio do uso da pílula as mulheres podem optar por ter filhos ou não, apesar da cobrança social que, até a atualidade, nos alcança e nos cobra sobre a escolha de nos tornarmos mães ou não. A pílula anticoncepcional foi um marco significativo na construção e no anseio da autonomia feminina.

Escuta sensível: com a palavra as narradoras

É enfatizado pelas interlocutoras que as discriminações e preconceitos relacionados à área da Biblioteconomia ocorrem pelo fato de ela estar inserida dentro do campo da educação e da cultura, áreas que não recebem investimentos financeiros por parte do governo federal e de dirigentes estaduais como deveria. Nesse sentido, em muitos lugares, nem existem bibliotecas municipais e públicas, e nas cidades onde há bibliotecas para a população em geral elas são, na maioria das vezes, formadas por livros doados, desatualizados e funcionam em

espaços inadequados, localizadas no centro da cidade, de modo que a população que reside longe do centro urbano não tem possibilidade de frequentá-los. Dessa forma, ainda no século XXI, algumas pessoas não têm acesso a bibliotecas, por conseguinte, não sabem da existência da profissão de bibliotecária. Nesse trilhar de pensamento, destaco trechos das entrevistas com Amanda e com Beatriz:⁶

Eu vou te dizer que eu desconheço essa questão de o baixo prestígio da profissão estar ligado à predominância de mulheres. Isso nunca ocorreu, eu nunca vi isso. Assim, eu de fato desconheço essa associação entre a predominância de mulheres e o baixo prestígio. Na verdade, o que tem para mim, desde a graduação, é que é um curso menos concorrido, um curso mais fácil de entrar na universidade e que de fato é. Hoje em dia, pelo menos na Universidade de Brasília, cada vez mais isso tem mudado. O curso está cada vez mais concorrido, mas o fato de ser menos concorrido, para mim, sempre esteve ligado à uma desvalorização das bibliotecas de maneira geral, ou da leitura, e não necessariamente à predominância de mulheres na profissão. Então, assim, eu não acho que seja essa a causa e também discordo absolutamente dessa afirmativa. (Amanda. Entrevista em 3 de março de 2021).

Bom, eu não concordo com essa afirmativa. Eu não acho que uma coisa tem relação com a outra, eu acho que se existe o baixo prestígio da profissão, isso é algo cultural do próprio país, de não reconhecer e prestigiar profissões que são ligadas à educação e cultura que é o caso da Biblioteconomia. Então, eu acho que é uma questão cultural do próprio país, do Brasil, que trata essas profissões como a Biblioteconomia, sem grande prestígio. E a gente sabe que existem profissões que são majoritariamente femininas como a enfermagem e a nutrição, e que não

6 Utilizo ao longo do texto nomes fictícios para garantir o anonimato das entrevistadas.

existe essa questão do baixo prestígio. Então, eu não acho que seja uma questão de gênero, mas sim uma questão cultural mesmo do próprio país de ter essa questão de não valorizar profissões que são ligadas à área de educação e cultura. (Beatriz. Entrevista em 15 de junho de 2021)

As narradoras enfatizam o lugar secundário que as bibliotecas ocupam na sociedade brasileira como sendo o fator principal pela falta de valorização e de visibilidade que a profissão ocupa. Entretanto, observo que para além da questão cultural que está relacionada com a falta de notoriedade das profissões ligadas à grande área da educação e cultura, a Biblioteconomia ocupa um lugar diferente da profissão de professor/professora, por exemplo.

Em relação à visibilidade e ao reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido por essa categoria, Escarlate, Mallmann e Coutinho (2021, p. 10) esclarecem que “O estereótipo de gênero não só existe, como persiste e permeia a vida das mulheres bibliotecárias, mesmo das que ocupam cargos de chefia, embora nem sempre percebido por elas”. Concordo com essa afirmativa, pois percorrendo as vozes das narradoras é possível perceber, em muitos momentos, que elas não identificam, não se dão conta que ocorrem interferências de gênero no exercício da profissão de bibliotecária. Isso é observado quando a colaboradora Beatriz traz o seguinte relato:

Eu nunca sofri discriminação na minha vida profissional, na Universidade que eu trabalho. Eu já sofri discriminação sim, em relação ao fato de ser mulher, isso é algo que é recorrente para nós mulheres, acho que toda mulher tem pelo menos uma história para contar que sofreu por ser mulher; não na biblioteca, não com os meus pares que trabalham comigo, porque na biblioteca isso nunca aconteceu, mas fora da biblioteca alguma reunião que eu participei em uma outra área da Universidade, já aconteceu, de uma pessoa me

falar: “ah, você não sabe o que está falando”, com o tom da voz que dá para perceber que o que ele estava dizendo na verdade era: “você é mulher por isso não sabe o que está falando”. E participei, várias vezes, de reuniões também com o meu chefe que é homem, o diretor da biblioteca que é um homem, e percebo que as pessoas dão mais importância para o que ele fala em relação ao que eu falo, e pode ser a mesma coisa, a mesma mensagem, e essa importância eu percebo que é por ele ser homem. Isso acontece, já aconteceu algumas vezes. (Beatriz. Entrevista em 15 de junho de 2021)

É interessante notar que no início de sua fala, Beatriz afirma que nunca sofreu discriminação em sua vida profissional, entretanto, logo em seguida, ela reporta situações que, no meu entender, se caracterizam como discriminação ancoradas no estereótipo de mulher bibliotecária, pois nos dois relatos Beatriz cita como exemplo elementos discriminatórios, como em: “ah, você não sabe o que está falando” e quando ela narra que em reuniões com o seu chefe, que também é bibliotecário e exerce a função de diretor, este possui maior poder de persuasão e autoridade frente à equipe de trabalho da biblioteca. Friso que Beatriz é que lidera a equipe da biblioteca a maior parte do tempo, tendo em vista que ela é a diretora adjunta da biblioteca, e ele, além de ser diretor da biblioteca, também exerce a função de professor do curso de biblioteconomia na mesma Universidade.

Portanto, compreendo que a “relevância” dada ao que o diretor fala em detrimento do que Beatriz fala com a equipe de trabalho ocorre devido às desigualdades de gênero. “Admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros” (LOURO, 2014, p. 29).

Outro trecho que gostaria de ressaltar para continuarmos refletindo sobre o lugar da mulher bibliotecária encontra-se na narrativa da colaboradora Cláudia:

Não me lembro de sofrer preconceito e discriminação por isso, mas sinto que já sofri discriminação por ser uma mulher muito feminina, muito arrumada, eu acho que as pessoas já me olharam muitas vezes e falaram assim: “Isso daí é só a beleza, não tem competência para nada”, isso eu já senti dentro na Universidade, como profissional, como professora, de, às vezes, as pessoas me olharem meio que ficarem na dúvida se eu tinha competência ou não. Isso é uma coisa que não acontece com os homens, é muito difícil um homem ser julgado pela aparência, alguém questionar a sua competência a partir da sua aparência. (Cláudia. Entrevista em 22 de março de 2021)

Me chama a atenção a desvinculação que a colaboradora faz do papel exercido como bibliotecária. Destaco que Cláudia é professora do curso de Biblioteconomia, então essa discriminação em relação a ser “bonita demais”, na minha percepção, está diretamente relacionada ao fato de ela ser mulher e exercer a profissão de bibliotecária. Assim como a interlocutora Beatriz, Cláudia, também, no primeiro momento, enuncia que nunca sofreu discriminação por ser bibliotecária, por consequência, fica a pergunta: um homem bibliotecário viveria essas situações, de ter inteligência e competência postos à prova devido à aparência física?

Cláudia continua:

Eu posso dizer que eu até mudei a minha aparência de cortar o cabelo mais curto, deixar cacheado, porque eu acho que isso me deixa mais próxima da minha idade de fato, numa tentativa de que as pessoas atribuíssem a mim uma imagem de credibilidade; isso já me incomodou demais, demais, eu acho mesmo que todas as mulheres passam por esse tipo de julgamento.

Na tentativa de não parecer mais nova do que é de fato, ela corta os cabelos, muda sua aparência para passar uma imagem de seriedade. A cobrança em relação à aparência remete, a meu ver, aos estereótipos relacionados à imagem da bibliotecária, e me surpreende em certa medida, pois como professora universitária e servidora pública não haveria motivo para atender às cobranças sociais em relação à aparência física. Essa discriminação relatada por Cláudia é percebida a partir das subjetividades, olhares, comentários do meio social do qual ela faz parte.

Não há obrigatoriedade em se encaixar nos moldes dos estereótipos que estão no imaginário das pessoas, todavia, ela sentiu a necessidade de mudar a sua imagem corporal e comportamental com o propósito de se sentir aceita e obter respeitabilidade de seus pares e alunos. Sobre os estereótipos que permeiam a área da biblioteconomia, Walter e Baptista (2007) afirmam:

Os estereótipos só têm interesse se compartilhados pelos membros do grupo e é importante compreender por que e como eles são compartilhados. Além disso, não se pode ignorar que os estereótipos, uma vez formados, comporão o conjunto de visões que um determinado grupo tem de sua realidade, assim como possivelmente influenciarão comportamentos e atitudes, o que pode interferir positiva ou negativamente na visão interna e na externa, ou seja, daqueles que não integram aquela comunidade. (WALTER e BAPTISTA, 2007, p. 28)

Contudo, o ambiente social em que Cláudia está inserida é o meio acadêmico, seus pares são professoras e professores, por consequência, são parte da comunidade da área de Biblioteconomia. Então, desse modo, compartilham do estereótipo de que a bibliotecária deve ser mais velha, usar roupas formais, usar óculos de grau, cabelo preso em um coque. Entre

as características comportamentais esperadas estão: sempre que necessário fazendo um gesto pedindo silêncio, introspecção, postura de seriedade, mal humor, estar indisponível.

Walter e Baptista (2007) afirmam que uma das características dos estereótipos relacionados à profissão de bibliotecária é que todos são associados às mulheres, pois a profissão é “essencialmente exercida por mulheres” (2007, p. 32). E engloba outros estereótipos negativos, a saber:

Historicamente, as mulheres são associadas a profissões que não são competitivas, não exigem esforço intelectual, cujo exercício demanda comportamentos e atitudes relacionadas àquelas das donas de casa, como, por exemplo, ordem, asseio e servir pessoas, entre outras. (Idem, p. 32)

Focando o olhar sobre as representações da figura da Bibliotecária, é possível deslumbrar estereótipos permanentes na contemporaneidade. Para tanto, trago as palavras de Pesavanto (2005, p. 41) ao afirmar que “A força da representação tem a capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”. Desse modo, contribui-se para a permanência da imagem do que vem a ser uma bibliotecária, em relação à vestimenta, características físicas, faixa etária, humor, entre outros elementos.

Nesse trilhar, estamos inseridas/inseridos em uma sociedade generificada, em que o gênero nos constitui como sujeitas/sujeitos. Essa contradição, expressa no início da narrativa da interlocutora Beatriz, compõe o bojo das proposições essencialistas, pelas quais em nossas práticas sociais não questionamos as representações que integram o ser mulher bibliotecária, em comparação ao ser homem bibliotecário.

Arremate: sombras e luzes

Para finalizar o capítulo, vale destacar que o percentual de bibliotecários e bibliotecárias que trabalham nas bibliotecas das instituições pesquisadas evidencia a grande atuação das mulheres nesses espaços, e, nesse sentido, vejo que as bibliotecas são atravessadas pelas relações de gênero. As construções sociais e culturais que compõem a profissão demonstram que as representações que constituem os estereótipos em relação à profissão ainda são latentes e reverberam no número de homens e mulheres que entram para a área da Biblioteconomia.

As representações não apenas são múltiplas, mas elas podem, também, se transformar ou se contrapor. O que importa notar é que nelas sempre estão implicados jogos de poder, melhor dizendo, elas estão sempre estreitamente ligadas ao poder. (LOURO, 2014, p. 106)

Venho problematizando e refletindo sobre as relações de gênero na Biblioteconomia desde 2020. À vista disso, investigando as representações ligadas à profissão no momento presente, é possível compreender as permanências e as cristalizações em relação aos estereótipos negativos relacionados às mulheres e que são reproduzidos em filmes, quadrinhos, livros. Ao problematizar as relações de gênero nos espaços da biblioteca e por meio de nossas práticas sociais, como, por exemplo, questionar os estereótipos, é possível avançar e fortalecer a profissão.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. *MOUSEION*, v. 3, n.5, jan.-jul. 2009, p. 35-67. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol5/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

- BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto. 2012. p. 126-147.
- BORELLI, Andrea; MATTOS, Maria Izilda. Trabalho. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados, MS: UFGD. 2019. p.704-708.
- CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. OLIVEIRA, Ana Claudia D. C. Pelas mãos femininas de Lydia Sambaquy e Celia Zaher: As origens da CI brasileira. In: SILVA, Franciele Carneiro Garçês da; ROMERO, Nathalia Lima (Org.). *O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis: ACB, 2018. p. 17-44.
- ESCALANTE, Isadora; MALLMANN, Patrícia; COUTINHO, Luciano. O impacto do estereótipo de gênero sobre a mulher bibliotecária do século XXI no Brasil. *REBECIN*, São Paulo, v. 8, edição especial, p. 01-12.2021. Disponível em: <<https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/243>>. Acesso em: 08 fev. 2022.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: editora Vozes, 2014.
- LUCA, Tania Regina de. *Práticas de pesquisa em história*. São Paulo: Contexto, 2020.
- FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. *Transinformação*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, ago. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/b8fgrXCGZw83LwtjrL3LbcG/?lang=pt>>. Acesso em 2 jun. 2021.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatagy. *História e História Cultural*. Editora Autêntica, Belo Horizonte. 2005.
- PIRES, Hugo Avelar Cardoso. *Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino*. 2016. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da

- Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/CUBD-AE6MYV>>. Acesso em: 22 de jan. 2022.
- PINHEIRO, Jorge Corrêa Williams. A lei 4.084 de junho de 1962, o Sistema CFB/ CRB e as Escolas de Biblioteconomia: uma integração histórica e necessária ao longo de 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil. In: CÔRTE, Adelaide Ramos et al. *Bibliotecários 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil*: 1965. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015. p. 191-201.
- SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*. Trad. Ana Carolina E. C. Soares. São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez.2012.
- SOUTO, Leonardo Fernandes. Biblioteconomia em reflexão: cenários, práticas e perspectivas. In: *O profissional da informação em tempos de mudanças*. Campinas, SP: Editora Alínea. 2005.p. 29- 53.
- WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. *Informação & Sociedade: Estudos*. n. 3. v. 17, p. 27-38. set./dez. 2007.

“Eu me tornei feminista”:¹
teorias e práticas feministas
entre mulheres sem terra em Goiás

FLÁVIA PEREIRA MACHADO²

Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas em que a noção de mutualidade é o ethos que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos “iguais na criação”. Aproxime-se. Veja como o feminismo pode tocar e mudar sua vida e a de todos nós. Aproxime-se e aprenda, na fonte, o que é o movimento feminista. Aproxime-se e verá: o feminismo é para todo mundo. (hooks, 2018, p. 15-16).

As palavras de bell hooks são o ponto de partida para as reflexões que se seguem neste capítulo. Feminista negra, lésbica e norte-americana, hooks apresenta um mundo utópico, sem dominação, com igualdade e liberdade para todas as sujeitas, sujeitos e *sujeites*. Ela projeta um mundo de paz e de possibilidades, só possível se transbordarmos a

1 Excerto de fala de Dona Anilda, uma das interlocutoras da pesquisa.

2 Doutora em História (PPGH/UFG); Professora Efetiva (IFG/Goiânia).
E-mail: flavia.ifg.machado@gmail.com.

revolução feminista. Sendo assim, é preciso combater todas as formas de opressões e estruturas de poder que se ancoram nelas. Para a concretização da utopia, hooks conclama a todas as pessoas a se aproximarem do feminismo.

Essa epígrafe, bem como todas as obras de bell hooks às quais tive acesso nos últimos anos, impactam de maneira profunda minha vida, enquanto mulher branca, professora, mãe, pós-graduada e periférica.³ Apesar de meus privilégios hoje, cresci em uma família em que as relações patriarcais e o machismo, interseccionados à nossa condição de vulnerabilidade social, trouxeram traumas e violências. O controle sob nossos corpos enquanto meninas (eu e minhas irmãs) e mulher (minha mãe), a divisão desigual das tarefas domésticas, o sentimento de posse do meu pai em relação à minha mãe e o discurso sobre o destino de nossas vidas, o casamento e a maternidade, me trouxeram a rebeldia e a inconformidade. Naqueles anos, durante minha infância e parte de minha adolescência, não entendia os efeitos perversos do classismo, do machismo e do heteropatriarcado em minha vida, em minha família e, principalmente, em meu pai, porém os via com imenso pesar. O processo de cura, proposto por bell hooks (2013; 2020), só foi alcançado quando me encontrei com o feminismo e com a terapia.

O feminismo chegou em minha vida por meio das leituras teóricas e das vivências com mulheres sem terra, em diferentes momentos de minha vida acadêmica. Em meio a tantas andanças, tornei-me uma feminista, ao encontro do anúncio feito por Dona Anilda, que dá título a esse capítulo. Reporto à minha história para dizer o quanto é preciso refletir sobre práticas e teorizações a partir do campo subjetivo, em um processo de decolonização e desierarquização de saberes

3 Me localizo como uma mulher periférica, de maneira específica, por morar na Região Metropolitana de Goiânia, no município de Senador Canedo; e de modo geral, por me situar no Sul global e na Região Centro-Oeste, em espaços desconsiderados pela geopolítica do conhecimento, estabelecida pela matriz de poder colonial-ocidental (cf. Walter MIGNOLO, 2008).

e conhecimentos. Foi no percurso da pesquisa, da militância e da minha afirmação enquanto mulher-pesquisadora-docente-mãe que assumi o feminismo em minha vida.

Assim, compreendo, a partir de hooks (2018), que o assumir-se feminista se dá por escolha e ação, tendo em vista que as “feministas são formadas, não nascem feministas” (hooks, 2018, p. 25). A partir de minha trajetória pessoal, militante e de pesquisa me encontrei com sujeitas, distantes de mim, tanto geograficamente, quanto nas localizações enquanto mulheres sem terra, negras e brancas pobres, migrantes, algumas envelhecidas, outras jovens. Nos caminhos trilhados no processo de doutoramento, concluído há pouco, onze mulheres sem terra tornaram-se interlocutoras de minha pesquisa⁴.

Minha pesquisa versou sobre as trajetividades de Maria, Dona Elba, Dona Delaídes, Dona Suélia, Dona Graça, Eliane, Érica, Ivanilda, Mayara, Vó e Dona Anilda, mulheres sem terra em Goiás, e suas práticas feministas populares e decoloniais. Identifiquei em suas narrativas rebeldias e resistências, ao longo de suas vidas e trajeções, em confrontação às normativas de gênero, classe, raça, etarismo, maternidades e desterramento. Por meio de deslocamentos dos lugares determinados a elas pelo capitalismo neoliberal, pelo heteropatriarcado e pela colonialidade, elas constroem outros projetos de futuro a partir de ações e reflexões insurgentes. Assim, inventam feminismos debaixo da lona.

Dessa forma, o percurso da pesquisa, em diálogo com essas mulheres tão potentes e subversivas, possibilitou-me também o desencaixe das formas de produção de conhecimento e de meu lócus de enunciação. Ao encontro de Vânia Vasconcelos (2022), eu me movi da minha posição enquanto pesquisadora, para o “lugar de aprendente”. Assumir um lugar de aprendente, de acordo com Vasconcelos, “significa dizer

4 Tese intitulada “Trajetividades de mulheres sem terra nas margens: rebeldias feministas debaixo da lona em Goiás (1990-2020)”, defendida junto ao PPGH/UFG, em 2 de maio de 2023.

que é preciso nos despirmos das nossas crenças e teorias prontas, acabadas e utilizadas *a priori* para ler as realidades” (VASCONCELOS, 2022, p. 29). Requer de nós a desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008).

Frente a essas primeiras considerações, a proposta do capítulo é falar sobre a afirmação dos feminismos às margens pelas onze mulheres sem terra, interlocutoras de minha pesquisa. Para tanto, em um primeiro momento traço um panorama geral sobre as cartografias de vida e trânsitos das onze mulheres sem terra, com o sentido de localizá-las no tempo e no espaço. Em um segundo momento, identifico em suas narrativas as teorizações e práticas feministas, compreendidas enquanto feminismos populares e decoloniais. A análise é atravessada pela constituição de feminismos “outros”, o feminismo debaixo da lona em detrimento dos feminismos hegemônicos, nortecêntricos, brancos e colonizadores.

Travessias das mulheres sem terra: da invisibilidade à luta pela terra e pela reforma agrária em Goiás

A emergência das mulheres sem terra, novas atrizes na luta pela terra e pela reforma agrária, ocorre, concomitantemente, ao início das ocupações de terra em meados dos anos 1970 no Brasil, como desdobramento das lutas de outrora em relação à distribuição desigual da terra frente a uma estrutura agrária concentrada e excludente. Diversas famílias camponesas, trabalhadoras e trabalhadores rurais e diferentes movimentos sociais ergueram-se diante dos processos múltiplos de expropriação da terra, assalariamento e empobrecimento em larga escala ocasionados pelo avanço do capitalismo no campo e da modernização autoritária, aprofundada no contexto da ditadura civil-militar (cf. FERNANDES, 2000; OLIVEIRA, 1994).

Em meio ao crescente aumento dos conflitos no campo e de tensões em torno de projetos distintos de apropriação da terra

e de reforma agrária, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de lutar pela reforma agrária popular. O Movimento é resultante da organização de pequenas proprietárias e proprietários de terra e de trabalhadoras e trabalhadores rurais, expropriadas/os de suas terras e expulsas/os do campo, em diversas regiões do país, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (FERNANDES, 1998). O MST foi fundado oficialmente em 1984, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel, Paraná. Com o intuito de organizar um movimento camponês nacional, o MST foi constituído com base em três objetivos principais: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”.

A mobilização das famílias para comporem as fileiras do Movimento impactou em uma heterogeneidade de sujeitas e sujeitos, com condições, origens e marcações sociais diversas. Tal diversidade implicou em lutas combinadas no interior do Movimento, aliando a luta pela terra e reforma agrária, enquanto uma luta de classes, com outras demandas como o enfrentamento às desigualdades de gênero, de raça e de sexualidades. As mulheres foram as primeiras a se organizarem com o objetivo de superar as formas de assujeitamento, silenciamento e invisibilização de suas existências e pautas no bojo do MST. Rompendo com as cercas das relações patriarcais e assimétricas de gênero, as mulheres sem terra conquistaram o protagonismo no MST, impondo as discussões sobre as relações de gênero e a construção do feminismo camponês e popular (SANTOS, 2019).

Nesse cenário de exclusões e de resistências múltiplas encontrei as onze mulheres sem terra, interlocutoras da pesquisa. Com trajetórias diversas, essas mulheres convergem na luta pela terra e na luta na terra, em diferentes contextos e motivações. Constituindo suas trajetividades, estão as múltiplas opressões que atravessam seus corpos e as impulsionam

para resistências ao longo de suas vidas. Cada qual se encontra nas ocupações e no Movimento levadas por interesses, sonhos e utopias distintos. Elas compõem o chão das lutas e das mobilizações empreendidas pelo MST. Assim, por meio do entrecruzamento entre a História Oral, a pesquisa feminista e a metodologia da proximidade, as vidas-travessias dessas onze mulheres me foram narradas em tempos e espaços distintos⁵.

Maria, prestes a completar cinquenta anos, me recebeu em sua casa no Assentamento Canudos, em um fim de tarde de novembro de 2019. Casada, mãe de uma filha e um filho, produtora familiar rural, Maria se divide entre suas funções na Coordenação Nacional do MST em Goiás e as diversas tarefas em sua gleba, principalmente, no trato do gado leiteiro e nas tarefas domésticas. Entre as onze interlocutoras, sua trajetória de vida é a mais dessemelhante. Filha de pequenos camponeses em Santa Catarina, ela iniciou sua militância nos movimentos eclesiais de base, na Pastoral da Juventude e nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de sua região, o que lhe deu experiência para compor as bases do MST. De Santa Catarina partiu para São Paulo, onde trabalhou na secretaria do Movimento e cursou Economia, alçando a novas funções, tornando-se consultora nos assentamentos e cooperativas vinculadas ao MST. Quando se casou com um militante do Movimento, decidiram juntos se estabelecerem em um assentamento em Goiás. Vieram no início dos anos 2000 para o recém fundado Assentamento Canudos, onde se tornou mãe, fundindo assim, a militância com a mulher, esposa, mãe, assentada.

Dona Natalina, mais conhecida por Vó, me recebeu em seu barraco no Acampamento Leonir Orbak, em janeiro de 2020. Aos 71 anos de idade, Vó é a mais velha de minhas

5 A entrevista com Maria ocorreu no dia 19 de novembro de 2019, no Assentamento Canudos, entre os municípios de Campestre de Goiás, Guapó e Palmeiras de Goiás. As entrevistas com as interlocutoras acampadas ocorreram entre os dias 10 e 12 de janeiro de 2020, no Acampamento Leonir Orbak, em Santa Helena de Goiás.

interlocutoras e afirma que o peso da idade a atravessa, tendo em vista a recorrente afirmação de que ela está velha demais para a luta. A trajetória de Vó se inicia na Bahia, de onde migrou com sua família para Goiás, ainda na infância, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Trabalhou na roça e depois foi para a cidade, trabalhar em um hotel, quando engravidou de seu primeiro filho. Em sua rebeldia, não quis permanecer com o pai de seu filho, o criando sozinha, por meio de seu trabalho como cozinheira e quitandeira. Casou-se e teve mais uma filha. Ao se tornar viúva, retornou para perto de sua mãe, que também veio a falecer, trazendo a ela grande desespero, o que a motivou a ir em busca da terra. Aposentada, foi sozinha para o Acampamento, onde exerce a função de coordenadora local.

Aos 62 anos de idade, Dona Delaídes se inseriu na luta pela terra sozinha. Sua história é marcada pelo abandono, pelo trabalho volante em lavouras da região e pelo adoecimento. Desde sua infância, de uma região a outra em Goiás, exerce o trabalho rural, nas mesmas condições dos homens, como acentua em nossa conversa. Mãe de dois filhos e uma filha, nunca se casou, enfrentando o abandono dos pais de seus filhos, o que para ela foi o momento de maior tristeza em sua vida. Enquanto uma mulher negra e envelhecida, identifiquei como as intersecções de raça, classe, gênero e etarismo embruteceram suas vivências.

Dona Anilda, 58 anos de idade, é divorciada, servidora pública municipal (serviços gerais), mãe de uma filha e um filho, avó e compõe o Setor de Saúde do acampamento. Ao longo de toda sua infância Dona Anilda morou no campo e desempenhou o trabalho rural, seja junto à família ou de maneira remunerada. Ao engravidar, foi obrigada pelo seu pai a se casar – casamento este que trouxe grande sofrimento a ela e a experimentação da violência de gênero. Com o adultério e consequente abandono do cônjuge, Dona Anilda viu na luta pela terra a realização de um sonho.

Mulher negra, intelectual e política, Dona Elba é uma de minhas interlocutoras mais eloquentes. Aos 62 anos de idade, ela experienciou uma vida às margens entre a vida no campo e na cidade. Vivenciou na infância a violência de gênero, o que impulsionou um de seus primeiros atos de insurgência, ao frear as tentativas de estupro de seu padrasto. Do trabalho na roça junto à família, tornou-se cozinheira. Enfrentou uma grave doença de sua filha, o que a marcou profundamente e atestou sua fé. Afirma ter entrado no movimento devido à sua arrogância, para se tornar mais humilde. Mãe e avó, foi candidata em 2018 ao cargo de deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Devido a seu adoecimento permanece na cidade de Rio Verde durante a semana, e aos finais de semana vai para o Acampamento participar das reuniões e cuidar do seu barraco.

Dona Graça nasceu no interior da Paraíba, migrou para Goiás junto de seu marido. Sua vida é marcada por diversos episódios de violência de gênero e racismo. Foi mãe solo de três filhos e casou-se três vezes, sendo esse último cônjuge considerado por ela sua paz. Dona Graça aposentou devido a uma enfermidade. Adentrou o Movimento pelo sonho do esposo, em busca do descanso e do sossego no campo. Aos 64 anos mora no Acampamento com seu cônjuge.

Dona Érica, 37 anos, sempre viveu na roça em fazendas da região na condição de agregada. Ao se casar, tornou-se mãe de um filho e uma filha. Mudou para o Acampamento em busca de moradia e de uma terra, já que apesar de sempre trabalhar no campo, nunca houve a possibilidade de ter sua própria gleba. Atribui ao Movimento o rompimento com o silenciamento imposto pela hierarquização de saberes entre os citadinos e os “roceiros”, além dos aprendizados coletivos que a possibilitam se posicionar mais.

Dona Ivanilda é nascida em Goiás, casada, mãe de dois filhos, com formação em Libras, com dupla e até tripla jornada de trabalho, em empresas da região como trabalhadora de

serviços gerais e na escola como professora de Libras. Da fazenda migrou para a cidade de Santa Helena para estudar e desde então trabalha em diversos empregos. O casamento não possibilitou a ela a segurança e o conforto, como anunciado pelo dispositivo amoroso de gênero (OLIVEIRA, 2017), o que a impulsionou a conquistar a terra. Assim, sua inserção no Movimento foi motivada pela violência patrimonial do cônjuge e pelo desejo de melhores condições de vida e trabalho. Mora na cidade de Rio Verde e aos finais de semana retorna para o Acampamento, onde exerce a tarefa de coordenadora do Setor de Infraestrutura.

Dona Suélia, mulher negra, desde tenra idade exerce o trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Nascida na Bahia, logo se viu às voltas de uma infância empobrecida, o que a levou a migrar para São Paulo na adolescência. De volta à Bahia, se casou e teve quatro filhos. Migrou com grande parte de sua família para Goiás, onde permaneceu no exercício do trabalho doméstico remunerado. Ao longo de sua vida, diversas atribulações foram enfrentadas por ela, como o adoecimento do esposo, seu próprio adoecimento, a violência obstétrica e o peso de se tornar arrimo familiar. Aos 60 anos de idade, aposentada, decidiu ir para o Acampamento, mesmo à revelia do marido. Seu sonho é a terra para que possa produzir para sua família e ajudar a quem precisa. O quintal de seu barraco, onde mora, revela esse zelo e cuidado com as plantas e com a fartura da horta, transformando aquele pedaço provisório de chão em um lar.

Mayara, 29 anos, é minha interlocutora mais nova. É uma mulher negra, casada, mãe de quatro crianças, moradora do Acampamento, onde exerce a função no Setor de Disciplina. A entrada no Movimento deu-se pelo sonho do marido, ainda que fosse contrária, por nunca ter tido nenhuma relação com o campo. Sua vida é marcada pelo abandono materno. Apesar de todos os percalços enfrentados nas ocupações, Mayara transformou o sonho do marido em seu sonho. Além da terra,

Mayara também sonha em concluir o Ensino Superior e em se tornar policial militar, frente às injustiças que ela vê em relação à desigualdade de gênero e as violências perpetradas juntos às populações vulneráveis.

Eliane nasceu em Goiás, morou ao longo de sua infância em fazendas da região, migrando para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. Com a ida de seu pai para outro estado, Eliane, sua mãe e seus irmãos viram-se às voltas com toda a sorte de dificuldades para a manutenção da família. No início de sua adolescência exerceu, junto com toda a sua família, o trabalho rural volante, depois o trabalho doméstico remunerado. Ao se casar, novas dificuldades se somaram à sua vida, tendo em vista a desestruturação do dispositivo amoroso de o homem ser o sustentáculo do lar. Com a chegada das três filhas, retornou para o mundo do trabalho remunerado, como merendeira em duas escolas da região, e iniciou o curso de Pedagogia. Abandonou marido, empregos e a faculdade, para ir em busca do sonho de ter a terra. Ao se instalar no Acampamento com suas filhas, enfrentou as estruturas de poder de classe e gênero, cerceando-a do direito à guarda de suas filhas. Ainda assim, Eliane, aos 42 anos, permanece à frente do Movimento, na condição de coordenadora regional do MST e representante de Goiás no Setor Nacional de Gênero.

Nos limites deste texto, não é possível percorrer de maneira detalhada todas as trajetórias de vida de minhas interlocutoras. Porém, é necessário afirmar que são vivências às margens do sistema colonial de gênero, do capitalismo e do heteropatriarcado. Travessias distintas, porém, entrecruzadas nas avenidas identitárias em que os sistemas de opressão de gênero, raça, classe, etarismo, desterramento e maternidades operam de maneiras violentas em seus corpos, invisibilizados até mesmo pelos feminismos hegemônicos, urbano-centrados, brancos (cf. hooks, 2018; 2019a; VERGÈS, 2020; ZAKARIA, 2021).

Essas mulheres, impulsionadas por opressões inter cruzadas, ao longo de suas vidas constituem resistências aos processos de violências múltiplas, apagamentos e silenciamentos. Na luta pela sobrevivência e pela existência articulam poderes nas microrrelações cotidianas (hooks, 2019a). Insurgem-se contra esses sistemas interseccionados de subordinação e violência impostos pelo capitalismo, pelo heteropatriarcado e pelo racismo. Insurgências e rebeldias, sutis e/ou estrondosas, compreendidas por mim como parte do amplo espectro dos feminismos populares e decoloniais.

Feminismos debaixo da lona: narrativas insurgentes e feministas de mulheres sem terra

A luta feminista ocorre a qualquer época onde quer que uma mulher ou um homem se erga contra o sexismo, contra a exploração sexista e a opressão. O movimento feminista acontece quando grupos de pessoas se reúnem em torno de uma estratégia organizada no intuito de combater o patriarcado. (hooks, 2019a, p. 16)

A perspectiva da luta feminista ensejada acima por bell hooks amplia a concepção, a historicidade e o alcance dos enfrentamentos às relações patriarcais, sexistas e as opressões que se entrelaçam na subordinação dos corpos feminilizados e masculinizados. Ao transbordar as ondas feministas,⁶ mulheres e homens em diferentes temporalidades e espacialidades ergueram-se contra as violências e explorações empreendidas pelo sexismo, pelo machismo e pelo heteropatriarcado. Essa postura de amplificação e polifonia de vozes no interior dos feminismos, visto como movimentos plurais, é resultante das denúncias e críticas das feministas negras, lésbicas e demais

6 Sobre as ondas feministas, cf. PINTO (2010).

dissidências frente à localização destes enquanto um movimento de mulheres brancas, heterossexuais, de classe média-alta, nortecêntricas e urbanocêntricas.

Apesar de todas as conquistas alçadas pelos movimentos feministas hegemônicos, tanto no campo das políticas públicas, quanto na constituição de novas epistemologias e formas de produção do conhecimento e do fazer científico (CARNEIRO, 2003; GONZALEZ, 2020), suas localizações dispostas acima demarcaram a manutenção de privilégios e o apagamento das diferenças entre as mulheres, incorrendo no silenciamento daquelas em condições de subalternização. Os movimentos feministas alcançaram quase que toda a totalidade do globo, porém, muitas vezes com a pretensão salvacionista e universalista, reafirmando suas bases brancas, colonialistas e de preservação de seus privilégios, conforme avalia Carneiro (2003):

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizantes das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e as desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Situadas em não-lugares e nessa condição de silenciamento e invisibilidade denunciada por Carneiro (2003) estão as mulheres sem terra. Seus corpos são atravessados pela combinação de múltiplas opressões: classe, gênero, raça, desterramento, etarismo e maternidades. Nos escombros do capitalismo, da colonialidade e do heteropatriarcado, essas mulheres vivenciam processos de exploração, apagamento e violências diversos. Porém, essas vivências às margens as

colocam em lugares de resistência, não apenas na luta pela terra e reforma agrária, mas também ao lançarem mão de estratégias de poder e sobrevivência no decorrer de suas vidas.

Dessa maneira, uma ferramenta de análise importante para compreender as trajetórias de vida e de luta dessas mulheres é a interseccionalidade.⁷ O conceito surge nas décadas de 1970 e 80 no contexto dos feminismos negros nos EUA, em questionamento ao universalismo da categoria “mulher”. Este é sistematizado por Kimberlé Crenshaw (2002; 2020), referindo-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades (BERNARDINO-COSTA, 2015). Assim, as opressões inter cruzadas que operam nos corpos e vidas das mulheres sem terra as posicionam em processos de desempoderamento.

Para Joaze Bernardino-Costa (2015), a depender do contexto, o conceito de interseccionalidade pode ser usado não somente para enfatizar uma dimensão negativa, de opressão e desempoderamento, mas pode também ser utilizado para pensar a emancipação e a mobilização política. Desse modo, as ações e estratégias de sobrevivência das mulheres sem terra, interlocutoras de minha pesquisa, são compreendidas no âmbito da interseccionalidade emancipadora, tendo em vista que as opressões, ao mesmo tempo que impõem processos de desempoderamento, também impulsionam processos de empoderamento e resistências. Essas resistências são articuladas à luta pela terra, à ressignificação dos aprendizados coletivos disponíveis a elas pelo Movimento e à constituição de feminismos debaixo da lona, como é possível evidenciar em suas narrativas.

Eu me tornei feminista. Eu acho que me tornei feminista, sabe, eu acho. Porque antes homem falava comigo assim

7 A respeito da história do conceito e das diversas concepções e usos do mesmo, cf. AKOTIRENE (2019) e VEIGA (2020).

parece que eu era, parece assim que achava assim que ele tava certo, agora não quem é certa sou eu. Ou aceita minha atitude ou... Eu acho que eu sou feminista, que eu me tornei feminista. (DONA ANILDA, 2020; grifos meus)

Dona Anilda, ao afirmar-se feminista, descortina as invalidações de feminismos construídos por mulheres às margens do capitalismo, das epistemologias ocidentais-coloniais e dos feminismos hegemônicos, em sua feição branca, euronortecentrada, civilizatória. Tornar-se feminista, para ela, é não aceitar as coisas como elas são, principalmente nas relações entre homens e mulheres. Ela confronta o pressuposto da superioridade dos homens e da consequente submissão das mulheres, ensinado ao largo de sua vida. Tais dispositivos de gênero, intercruzados com a classe e o desterramento, impuseram a ela viver, durante muitos anos, sob o jugo do pai e, posteriormente, do esposo. Assim, foi silenciada pelos homens em sua vida, e pelas demais hierarquias em sua condição de vulnerabilidade social e contexto geográfico. Até não ser mais, como identifico em diversas passagens de sua narrativa.

Tornar-se feminista, em sua episteme, é erguer sua voz. Ao lado de muitas de minhas interlocutoras, Dona Anilda é uma mulher que veio da “roça”, com pouca escolaridade e uma vida marcada pelo trabalho pesado, pelas violências e pela invisibilização. Sua trajetória aproxima-se da experiência de bell hooks (2019b), ao falar de sua infância em uma comunidade negra do sul dos Estados Unidos, onde:

[...] “erguer a voz”, “responder”, “retrucar” significava falar como uma igual a uma figura de autoridade. Significava atrever-se a discordar e, às vezes, significava simplesmente ter uma opinião. Na educação “à moda antiga”, crianças deveriam ser vistas, não ouvidas. Meus bisavôs, avós e pais eram todos dessa escola. Se você fosse uma criança, fazer-se ouvir era um convite à punição, à palmatória, ao tapa

na cara que te pegaria desavisado, ou à sensação de varetas queimando seus braços e pernas. (hooks, 2019b, p. 31).

Distante temporal e espacialmente das vivências de minhas interlocutoras, essa passagem da vida de hooks encontra-se com as vivências delas e também com as minhas. Mesmo que criadas em épocas e realidades distintas, sempre fui punida por meu atrevimento ao falar sem ser solicitada ou me intrometer nas conversas de adultos. Essa é a forma pelas quais meninas e mulheres são silenciadas no decurso de suas vidas. Na vida adulta, o silêncio é imposto pelas relações de poder fundamentadas no classismo, no racismo e no heterossexismo.

Voltando às minhas interlocutoras, suas falas sofrem interditos também por suas localizações enquanto mulheres “roceiras”,⁸ que, supostamente, não teriam nada a dizer (VASCONCELOS, 2022) em uma sociedade que valoriza apenas a educação formal em determinadas esferas e níveis (títulos acadêmicos) e formas de produção do conhecimento instituídas por um regime epistemológico ocidental e dominante.

Essas mulheres da roça, periféricas e empobrecidas, ao lado das mulheres negras, indígenas, “terceiro-mundistas”, asiáticas, africanas, latinas e todas as configurações existentes fora do Norte global, foram consideradas por muito tempo como aquelas que deveriam ser “salvas” pelas feministas brancas, conforme denuncia Rafia Zakaria (2021). Vítimas de sistemas inter cruzados que oprimem com maior violência seus corpos, elas estariam tão imersas em suas opressões e sem capacidade de conceber as ferramentas teóricas e práticas para o enfrentamento do patriarcado capitalista. Assim, foram apagadas suas formas de poder simples e criativas, que

8 O termo roceira ou da roça é utilizado para designar pessoas provenientes do meio rural ou que trabalham na roça. No dicionário Priberam o verbo também indica que ou quem tem modos considerados rústicos, simples, grosseiros ou incultos.

ensejam suas sobrevivências, conforme evidencia bell hooks (2019b). Desse modo, existiria apenas o feminismo branco, civilizatório e das linhas centrais.

[...] o feminismo branco é ainda inquestionavelmente apresentado como o feminismo. Se as mulheres de cor têm papéis no feminismo branco, elas fazem pontas, são o elenco de apoio ou alvos de pena, implorando por sobrevivência, por uma escola ou uma clínica médica, em vez de seres humanos inteiros e complexos. É esperado que sejamos contadoras de histórias tristes, em que detalhamos como nossos homens particularmente brutais, nossa cultura inerentemente falha, nossa religião singularmente draconiana (mas nunca as ações ou inações de pessoas brancas) nos causaram uma dor indescritível. Da parte delas, as feministas brancas nos oferecem preciosas e, talvez justas, indignações contra a selvageria das nossas culturas nativas, que nos deixariam em tal desordem sem esperança, dignas de pena, mas esperando pacientemente por sua intervenção (pela força ou pelo dinheiro) a fim de que tudo seja resolvido. (ZAKARIA, 2021, p. 80-81; grifo da autora)

Dessa maneira, os feminismos hegemônicos ocidentais não apenas assumem e colonizam a diversidade e a complexidade que caracteriza a vida das mulheres dos territórios identificados como o “Terceiro Mundo”, o Sul global, como também nomeiam essas mulheres de “mulheres do terceiro mundo”, o que pressupõe uma situação de inferioridade e de subdesenvolvimento em relação à “mulher ocidental do primeiro mundo”. Nesse bojo, essas feministas acabam por reproduzir a colonialidade, o universalismo e o euronortecentrismo.

Na contramão desses feminismos, as mulheres marginalizadas e silenciadas no Sul global pelo próprio feminismo salvacionista branco, tecem, desde suas realidades, instrumentos de enfrentamento do capitalismo, da colonialidade de poder e

de gênero, das recolonizações, das guerras, das desterritorializações, da fome, da destruição de suas vidas comunitárias, e de tantas outras mazelas que as atingem – por meio da constituição de formas de resistências e rebeldias.

Ao percorrer as histórias de vida dessas onze mulheres sem terra, fui descobrindo maneiras diversas de resistências e de poderes exercidos por elas em seus cotidianos. Confrontei minhas próprias expectativas e fundamentações teórico-metodológicas enquanto feminista e pesquisadora, visto que esperava ouvir delas histórias “mirabolantes” das mobilizações e confrontos. Percebi diversas camadas de enfrentamentos, seja nos quintais, nas palavras, nas pequenas insurgências em suas trajetórias ou nas lutas, como elas nomeiam as ações do Movimento.

Apesar de nem todas se reconhecerem como feministas, elas carregam diversas desobediências em suas vivências. “Desobedecer é inventar a vida”, disse Débora Diniz (DINIZ e GEBARA, 2022). Que vidas essas mulheres inventaram diante de tantas interdições? E como tais desobediências são passíveis de identificá-las enquanto feministas? No trajeto de suas vidas, elas não apenas inventaram formas outras de superação de violências e carestias, como também foram inventivas em produzir sentidos e identificações para suas experiências.

As feministas são, com frequência, acusadas de desobediência, e elas mesmas se afirmam como desobedientes a uma ordem imposta, que excluiu e exclui a maioria das mulheres de direitos básicos. Desobedecer é infringir ordens dadas, costumes, tradições, leis que se pretendem reguladoras de comportamentos e guardiãs da convivência comum. (DINIZ; GEBARA, 2022, p. 268).

Desobedecer é questionar a obediência dentro de uma ordem má ou injusta, a uma ordem que excluiu as mulheres e outros grupos de direitos pela igualdade cidadã, tensiona Ivone Gebara (Idem). A autora evidencia que é preciso que essa ordem patriarcal – que expropriou os corpos, os direitos e considerou as mulheres menos dotadas racionalmente, menos

capazes de representatividade política e, por conseguinte, mais vulneráveis a muitos tipos de violência – morra para que formas mais libertárias emergam. Para isso, aposta em um feminismo plural, “com rostos diversificados, com formas de desobediência e de novas obediências diversificadas” (Idem, p. 269-270). Posto isto, compreendo que as desobediências das onze mulheres sem terra, expressas em suas narrativas e trajetórias, as colocam nesse amplo espectro de feministas, em suas pluralidades, convergências e mesmo obediências, no interior da luta pela terra e na composição do MST.

As desobediências, nesse sentido, ou práticas insurgentes e feministas, são consideradas nos pormenores de suas narrativas, ao relatarem seus posicionamentos frente às suas vidas e a das mulheres em geral, nas situações vivenciadas no cotidiano, e na inserção em um movimento de sem terras. Cada vida narrada traz diversas desobediências, em maior ou menor grau.

Entre minhas interlocutoras rebeldes e insubmissas, está Dona Elba. Diversas passagens de sua vida são marcadas por suas transgressões às normas de gênero, raça e classe. Enquanto mulher de luta, ela se reconhece enquanto feminista, assim como as mulheres sem terra em geral, conforme evidencia ao ser interpelada sobre ser feminista:

Um pouquinho eu acho que eu sou, bem pouquinho, sabe? Mas o que eu acho mesmo é o que *eu sou mulher de luta mesmo, mulher que gosta de lutar*, sabe, não importa o que que vai passar lá na frente, *nós somos sim, nós somos sim feministas, nós somos, na realidade nós somos*. (DONA ELBA, 2020; grifos meus)

Dona Elba, em um primeiro momento, diz de maneira “acabrunhada” que acha que é bem pouquinho feminista, apesar de todas as insurgências. Recorre à identidade de mulher de luta para se posicionar enquanto sujeita. Em um

segundo momento, reformula sua resposta e afirma com convicção que elas, as mulheres sem terra, são sim feministas.

Especulo que feminista é uma adjetivação controversa nos espaços percorridos por Dona Elba, apesar de suas vivências nos partidos políticos, no Movimento e seus diversos trânsitos pelas universidades. Como posto, os estereótipos que circulam nas comunidades são de mulheres avessas ao que é feminino, ou mesmo, como algo distante de suas vidas precárias. Parece palavra estrangeira, adversa à sua realidade de antemão. Porém, o reconhecimento enquanto mulher de luta, possibilita a ela a compreensão de que também é feminista, tendo em vista que as mulheres sem terra constroem, na luta, as possibilidades de superação de suas opressões. Também enunciam em suas narrativas, diversos modos de viver as mulheridades e feminilidades, fugindo aos essencialismos impostos pelo heteropatriarcado colonial (NASCIMENTO, 2021). Suas identificações e ações enquanto mulheres de luta possibilitam, à Dona Elba e às mulheres sem terra, as condições para mudar o destino previsível e gerar outras possibilidades de vida.

Distanciadas dos grandes centros urbanos, dos estudos de gênero e feministas circulantes nas universidades, e dos movimentos feministas organizados, vejo ousadia e coragem nessas mulheres sem terra em se assumirem como feministas, o que considero uma transgressão. Apesar de se aproximarem por diferentes vias do feminismo, principalmente aquelas mediadas pelo MST, o tornar-se feminista é um processo de tomada de consciência de si e de uma consciência coletiva experienciada nas lutas reais e nos enfrentamentos cotidianos por quem vive debaixo da lona.

Desse modo, ao se afirmar enquanto uma mulher de luta, e por isso feminista, Dona Elba se apropria e resignifica os conceitos e identificações tracejadas pelos movimentos feministas e pelo próprio MST. Ela estabelece uma posição na luta e na resistência que se dão cotidianamente. São

posições de sujeita construídas ao longo de uma trajetória de vivências em não-lugares, de invisibilizações e atravessamentos de gênero, raça e classe que informam as marcas em seu corpo-político, bem como o compõe e a movimenta no processo de esperançar, conscientizar e lutar.

Repensando as palavras de Jurema Werneck (2009), sobre as mulheres negras, compreendo que as mulheres sem terra, definidas não apenas pelas lentes do racismo e do heterossexismo, mas também pelo classismo, desterramento, etarismo e outras opressões inter cruzadas, ensejam novas articulações no interior do Movimento e em suas alianças estratégicas com os movimentos feministas. Essas articulações recolocam a esfera de disputas políticas, dentro e fora do MST e do feminismo. Assim, elas criam diferentes possibilidades, repertórios ou pressupostos de (auto)identificação ou de identidade e organização política (WERNECK, 2009). Minhas interlocutoras, aliadas às lutas históricas empreendidas pelas mulheres do e no MST, apropriam-se desses saberes e constituem outros. Do mesmo modo, a afirmação de suas identidades feministas, desde sua posição enquanto mulheres de luta, é resultante de processos complexos e diversificados, em que se entrecruzam as experiências de uma vida às margens com os aprendizados coletivos na luta e no Movimento.

Tornar-se feminista, desse modo, é dialogar com as teorias e práticas feministas constituídas pelo feminismo camponês e popular, elaborados no bojo da Via Campesina, do Movimento de Mulheres Camponesas e do MST. Essa interlocução não ocorre de modo unilateral, tendo em vista que, essas práticas e teorizações são ressignificadas frente às epistemes e laborações cotidianas das mulheres sem terra no chão do Movimento. Para além do feminismo camponês e popular, elas inventam novas epistemologias e práticas feministas. Essas epistemologias e práticas feministas inventadas por minhas interlocutoras estão localizadas no amplo espectro dos feminismos contra-hegemônicos,

constituídos sob os escombros e contradições do(s) feminismo(s) branco, civilizatório, de linhas centrais.

Por sua vez, os feminismos contra-hegemônicos referem-se aos movimentos e tendências oriundos da ampliação e/ou reformulação das demandas e perspectivas feministas, com a inserção de outras sujeitas, as “subalternizadas”, de modo a enfrentar os silenciamentos impostos pelas feministas brancas, em relação às mulheres de cor/não brancas/não ocidentais, ou mesmo ao falarem por elas. De acordo com Karina Bidaseca (2011), a proposta desses feminismos “outros” é a de introduzir uma narrativa feminina da subalternização, a partir das falas e experiências das próprias subalternizadas.

As práticas feministas das mulheres sem terra, anunciadas em suas trajetividades e narrativas, estão localizadas nos feminismos decoloniais e populares. Considerando-se, as resistências cotidianas às opressões que as atravessam, e também por conceberem projetos de emancipação, não apenas individuais, ao almejarem a terra, mas coletivos, ao confrontarem a estrutura agrária concentradora, que espolia e violenta as populações do campo, das águas e das florestas, desde a época colonial. E ainda, ao questionarem as relações de poder, fundamentadas no racismo, sexismo, etarismo, desterramento e outras subordinações, em suas vivências e experiências, principalmente, desafiando a própria organicidade do MST. Sendo assim, me aporto nas formulações de Lugones:

Quando penso em mim mesma como uma teórica da resistência, não é porque penso na resistência como o fim ou a meta da luta política, mas sim como seu começo, sua possibilidade. Estou interessada na proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação, tanto adaptativa e criativamente opositiva. A resistência é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão<->resistência seja

uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do sujeito moderno. (LUGONES, 2014, p. 939-940)

Nesse entendimento, apesar das mulheres sem terra colocarem-se no campo da política do público, ao ingressarem em um movimento de luta pela terra e marcharem pelas ruas em diversos enfrentamentos, elas atuam ainda no que dispõe Lugones (2014), por meio de uma subjetividade que se expressa infrapoliticamente. Ao rejeitarem os lugares comuns e os estereótipos constituídos nas intersecções de classe, raça e gênero, vistos por Lugones como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial, elas ousam afirmar novas definições de si, apropriando-se e ressignificando o feminismo e a luta de classes.

Frente à sujeitificação enquanto oprimidas, subalternas e “vagabundas”,⁹ elas constroem subjetividades ativas, como mulheres de luta, tendo em vista que constituem, em suas comunidades inventadas, significados que recusam os significados e a organização social, ordenado pelo poder. “Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna” (Idem, p. 940). As insurgências individuais são potencializadas no Movimento e na conformação de suas comunidades, como afirma Lugones:

Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista. O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção

9 Faço referência à fala de Dona Elba sobre a imagem construída pela população sobre os sem terra, vistos como vagabundos.

do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade. (Idem, p. 947)

Apesar dos conflitos narrados por minhas interlocutoras e todas as contradições expostas em relação ao MST, as comunidades constituídas, principalmente os acampamentos, são espaços comunitários em que projetos de futuro são compartilhados, bem como os aprendizados coletivos. As mulheres sem terra trazem para os acampamentos e assentamentos suas travessias marcadas por resignações às estruturas de poder, mas também por confrontações, insurgências e conhecimentos produzidos às margens. Em comunidade, esses conhecimentos são coparticipados, afrontados e reelaborados, o que lhes permite novas ferramentas de laboração e luta. Nesses contextos, elas identificam suas opressões sem sucumbir a elas (Idem), o que as fortalecem e as possibilitam se identificarem enquanto feministas.

Tornar-se feminista é considerado, assim, transpor os espaços acadêmicos em que teorias e práticas foram cristalizadas, de certa maneira, pelos feminismos hegemônicos. Afirmar-se feminista, desde realidades rurais, sertanejas, sem terra, é galgar caminhos de superação das limitações impostas, dos lugares de destino e das vidas esperadas. Em suas narrativas, minhas interlocutoras evidenciam que ser feminista é vivenciar modos de vida outros, nas encruzilhadas das opressões e das resistências.

Em vista dos apontamentos trazidos pelas mulheres sem terra, em suas reflexões sobre o feminismo e o tornar-se/ser feminista, considero suas vivências e resistências cotidianas, como viver uma vida feminista, aproximando-se do disposto por Sara Ahmed:

Viver uma vida feminista não significa adotar uma série de ideias ou normas de conduta, embora possa significar fazer perguntas éticas sobre como viver melhor em um mundo injusto e desigual (um mundo não feminista e antifeminista); como criar relações que sejam mais igualitárias; como descobrir formas de apoiar quem recebe pouco ou nenhum apoio dos sistemas sociais; como seguir confrontando histórias que se tornaram concretas, histórias que se tornaram tão sólidas quanto paredes. (AHMED, 2022, p. 13)

Nesse sentido, Dona Anilda, Dona Elba e as demais mulheres sem terra, interlocutoras dessa pesquisa, vivem uma vida feminista, não porque se restrinjam ao reconhecimento como tal, ou apenas como parte das políticas identitárias. Mas por evidenciarem, em suas narrativas, o posicionamento enquanto mulheres na luta pela terra, que implica em extrapolar o desejo pelo fim do latifúndio, ao promoverem lutas combinadas contra o machismo, o heterossexismo, o racismo, o capitalismo, o etarismo e tantas outras opressões inter cruzadas que atravessam seus corpos.

Assim, viver uma vida feminista é compor, também, projetos de futuro, sonhos e utopias, que transcendem suas realidades degradantes, transbordando as hierarquias de gênero, classe, raça, etarismo e desterramento, que as localizam em posições de subalternização. O esperar por novas trajetividades estimula essas mulheres a práticas insurgentes frente ao esperado para suas existências às margens, rompendo com o assujeitamento, os silenciamentos e as subordinações. São formas outras de compor uma vida feminista debaixo da lona.

Referências bibliográficas

- AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. São Paulo: Ubu, 2022.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019 (Col. Feminismos Plurais).
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das empregadas domésticas no Brasil. *Sociedade e Estado*, vol. 30, n. 01, janeiro/abril 2015, p. 147-163. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>>. Acesso em 15/04/2020.
- BIDASECA, Karina. Mujeres blancas buscando salvar a las mujeres color café de los hombres color café. O reflexiones sobre desigualdad y colonialismo jurídico desde el feminismo poscolonial. In: BIDASECA, Karina. LABA, Vanesa Vazquez (comps.). *Feminismos y poscolonialidad: descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Ediciones Godot Argentina, 2011, p. 85-107.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, vol. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/>>. Acesso em 10/02/2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, ano 10, 1º semestre de 2002, p. 171-188. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em 02/07/2020.
- _____. Tradução – Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra as mulheres de cor. In: MARTINS, Ana Claudia Aymoré. VERAS, Elias Ferreira (Org.). *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. Curitiba: Appris, 2020, pp. 23-98.
- DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. *Esperança feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. *Revista NERA* (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), n. 01 (1), 1998. Disponível em <<https://>

- revista.fct.unesp.br/index.php/nera/issue/view/141>. Acesso em 04/01/2019.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.) *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 139-150.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- _____. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- _____. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019a.
- _____. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019b.
- _____. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 22, n. 3, 2014. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em 20/01/2023.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistematica_mignolo.pdf>. Acesso em 16/03/23.
- NASCIMENTO, Leticia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Col. Feminismos Plurais).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, pp. 45-67.
- OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. O dispositivo amoroso e o assujeitamento das mulheres nas histórias dos livros didáticos. In: STEVENS, Cristina. OLIVEIRA, Susane. ZANELLO, Valeska. SILVA, Edlene. PORTELA, Cristiane (Org.). *Mulheres*

- e violências: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017, p. 204-224.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 18, n. 36, pp. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNCsBf5r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 09/03/23.
- SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos. “*Sem mulher a luta vai pela metade*”: mulheres, feminismo e política no MST. 2019. 173f. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS, 2019.
- VASCONCELOS, Vânia N. P. Feminismos aprendentes: saberes, afetos e rebeldias. In: VEIGA, Ana Maria. VASCONCELOS, Vânia N. P. BANDEIRA, Andréia (Org.). *Das margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos*. Salvador: EDUFBA, 2022b, p. 29-46.
- VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, vol. 12, n. 29, pp. 1-32, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0101/11454>>. Acesso em 08/02/2023.
- VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine (Dir.). *Vents d’Est, vents d’Ouest: mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. Genève: Graduate Institute Publications, 2009, p. 151-163.
- ZAKARIA, Rafia. *Contra o feminismo branco*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Fontes orais

- DONA ANILDA [58 anos]. [jan. 2020]. Entrevistadora: Flávia Pereira Machado. Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás, GO, 12 jan. 2020.
- DONA ELBA [64 anos]. [jan. 2020]. Entrevistadora: Flávia Pereira Machado. Acampamento Leonir Orbak, Santa Helena de Goiás, GO, 11 jan. 2020.

As Lisístratas do sertão: as mulheres na política goiana (1940-1982)

JANAÍNA FERREIRA DOS SANTOS DA SILVA¹

Pobre Lisístrata, se você pensa que pode salvar a pátria reunindo as mulheres numa praça... Sagrada ingenuidade! Muitos já o tentaram antes... Muitos o tentarão através dos séculos. (ARISTÓFANES, 2018, p. 12)

Caminhos, anseios e objetivos

O trecho acima é da obra *Lisístrata: a greve de sexo*, escrita por Aristófanes em 411 a.C. Escrita em formato de comédia para ser encenada nas festividades culturais de Atenas, o tom cômico surge de uma crítica social: as mulheres poderiam mudar o curso de uma guerra político-econômica? Na trama, o cenário histórico é a Guerra do Peloponeso, em que os combates entre Atenas e Esparta geraram consequências desastrosas no âmbito social. A insatisfação com este contexto bélico gerou uma mobilização entre as mulheres de ambos os lados, que juntas decidiram deflagrar uma greve de relações sexuais com seus esposos enquanto as disputas não findassem.

Lisístrata era a personagem principal da peça por se tratar da líder do movimento, uma figura política que era

1 Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); pesquisadora do Anômalos (Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça – UFCat/CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero (GEPEG/UFG). E-mail: janaina_silva@id.uff.br; Instagram: @janainasilvahist.

capaz de exercer a arte de negociar. Descrita com personalidade forte e decidida, traz parte significativa do teor de entreter do enredo por apresentar algo visto, naquele recorte espaço-temporal, como improvável. Fazer política e decidir os rumos da guerra faziam parte do leque de funções atribuídas aos homens; enquanto as mulheres tinham suas delimitações relacionadas ao núcleo familiar. O cômico é construído do absurdo, o riso vem de uma loucura: a autonomia feminina.

Assim, como podemos observar, a peça foi produzida de modo a reiterar e reafirmar as construções socioculturais postas naquele período, de modo que considerar tal obra como transgressora é, de certo modo, equivocada. Na obra de Aristófanes, temos expostos os lugares sociais atribuídos aos gêneros. Esta ideia está exposta no trecho citado em que a personagem Cleonice questiona sobre o desfecho da reunião entre mulheres que buscam alterar o futuro. Apesar disso, podemos considerar a personagem de Lisístrata como uma transgressora, uma mulher em exercício político.

Esta apresentação nos introduz ao contexto de interesse e produção do estudo que gerou este capítulo. Ao longo do ano de 2016, tivemos propagandas eleitorais vinculadas aos canais de televisão, redes sociais e eventos para que pudessemos decidir os candidatos em que votaríamos nas eleições no último trimestre. Particularmente, as propagandas e os debates para a prefeitura de Goiânia me chamaram muita atenção. Enquanto mulher e moradora da capital de Goiás, sempre ficava pensativa quando assistia a então candidata Adriana Accorse falar sobre a urgência de termos a primeira prefeita da cidade.

Procurei em sites de buscas, conversei com colegas e devorei livros em busca de mulheres na prefeitura de Goiânia e no governo de Goiás. A indagação me fez querer desenvolver minha primeira pesquisa acadêmica. Vinculada ao curso de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), orientada pela professora doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares

e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre 2016 e 2017, dediquei-me a um projeto de iniciação científica que buscava mapear as mulheres na política goiana durante o século XX.

Os interesses pela investigação eram muitos e o primeiro deles é explorar uma nova história das mulheres. Aqui o “nova” se opõe aos enredos construídos sobre sujeitas sem historicidade, relevância social e construções históricas. Decerto, perpassaria pelas tramas de invisibilidade, silenciamento e repressão, mas estudos que trazem estas sujeitas para o campo das análises dos tempos históricos já adentra no rol das mudanças políticas que particularmente acredito, defendo e almejo. Se conhecemos versões da História narradas, compostas e centralizadas nas figuras masculinas, parto de Perrot (2008) para concluir que “escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas”.

Assim, tivemos a contribuição a seguir para a pesquisa que aqui será apresentada.

A História das mulheres mudou. Em seus objetivos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam mudança. (PERROT, 2008. p. 16)

Em conjunto a esta escolha política, desenvolver um estudo que contribua para as pesquisas sobre Goiás também foi uma das razões pelo interesse na temática. Os preconceitos relacionados a uma história regional descredibilizam as urdiduras presentes em outras regiões do Brasil que não façam parte do litoral. Enquanto compreendermos o enredo nacional constituído pelos acontecimentos históricos e pelos

personagens do Rio de Janeiro, São Paulo e às vezes, bem às vezes mesmo, questões pontuais de outros estados, as tramas dos cenários e indivíduos dissidentes serão sempre as outras.

A nomenclatura “história regional” existe porque a construção de uma narrativa que abarque verdadeiramente o todo nacional é fantasiosa. Assim como o conceito de “sertão” foi historicamente construído em negação com os conceitos de “civilização” e “nação”. Falar de Goiás, durante vários séculos, significava retratar os “selvagens”, a decadência do “sertão” e o isolamento geográfico das terras interioranas em relação ao litoral brasileiro (AMADO, 1996).

Não desconstruiremos a hierarquização de temáticas, sujeitos e enredos na História enquanto não tivermos atuações políticas e acadêmicas de desconstruir o hegemônico, cristalizado, heroicizado. Partindo da compreensão dos estudos sobre a importância das investigações sobre as construções humanas no tempo para a formação de orientações dos sujeitos nas temporalidades (BLOCH, 2001; RÜSEN, 2001), é nosso papel enquanto historiadores/as desempenhar o ofício de “lembrar o que os outros esquecem” (HOBSBAWM, 2006, p. 13).

Tudo isso posto, estas predileções partiram muito de quem sou, penso e quero enquanto sujeita, antes mesmo de ser historiadora. O campo científico não permite subjetividades no desenvolvimento da pesquisa, já que temos preocupações com os métodos e os debates conceituais que efetuamos; mas o que nos levou a pesquisar sempre nascerá do pessoal. Sempre haverá um pouco de nós em nossas pesquisas, porque também somos sujeitos e sujeitas no tempo, repletos/as de anseios, sonhos e objetivos. Por isso, faz-se necessário dizer que:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No

escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. [...] Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDUA, 2000, p. 232)

A pesquisa apresentada aqui teve como objeto de estudo as reportagens presentes no jornal *Folha de Goyaz* entre aos anos de 1940 e 1970, de modo que buscamos solucionar o seguinte problema: as mulheres participaram da política desenvolvida em Goiás durante este recorte? Investigamos nas páginas do folhetim em busca de propagandas políticas, discursos e políticas dos mandatos dos políticos locais em busca de mulheres inseridas nesta rede para que pudéssemos encontrá-las, examinar os discursos atribuídos a elas e analisar suas propostas político-ideológicas.

Impressos no Brasil e a *Folha de Goyaz*: algumas análises

Para partirmos de análises de jornais enquanto nosso sistema metodológico, precisamos investigar a história desse suporte. No Brasil, a cultura jornalística inicia-se no começo do século XIX. Ainda com uma sociedade majoritariamente rural, conservadora e pouco letrada, os meios de comunicação caminharam com passos lentos neste começo.

Podemos citar *A Gazeta do Rio de Janeiro* como o primeiro impresso brasileiro. Inaugurado em 1808 na capital federal do período (e que dá nome à publicação), este inaugurou uma movimentação que definiu os anos posteriores da

imprensa: atuar em apoio ao governo monárquico vigente. A partir daqui podemos compreender como os jornais podem desempenhar um papel de divulgar, reiterar e defender modelos sociopolíticos. Durante o desenvolvimento dos folhetins no Brasil, foram sendo criados veículos para nichos específicos, como para os leitores imigrantes e para as mulheres. O *Jornal das Senhoras*, lançado em 1852 na Bahia, é considerado o primeiro direcionado para o debate de questões do universo feminino do período.

Em Goiás, o primeiro jornal foi *A Matutina Meiapontense*, criado em 1830 no município de Pirenópolis. Iniciou-se com pouco investimento, vindo da iniciativa privada, e produzia poucas páginas e publicações bem espaçadas. Apesar disso, foi um sucesso naquele recorte espaço-temporal e parou de circular em 1934.

A movimentação dos periódicos passou a ser mais forte durante as modificações ocorridas na passagem para o século XX. O contexto de avanços abarcou a construção de ferrovias e pontos de telecomunicações que facilitaram a circulação de pessoas, jornais e informações. Junto disso, o aumento da urbanização e o aumento da alfabetização foram cruciais para a imprensa brasileira assumir uma roupagem mais profissional, organizada e influente.

Assim, os jornais configuraram-se como espaços para tomar conhecimento sobre as questões fundamentais internacionais, nacionais e regionais. Nos jornais mais locais constavam os nascidos, mortos e aniversariantes; enquanto também traziam sessões sobre política internacional, cobertura de *Miss Universo* e futebolística. Retravam o cotidiano e eram parte integrante das sociedades daquele momento.

Especialmente após o Revolução de 1930, a imprensa sofreu uma forte repressão que cerceava a liberdade através da censura. Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, expressar opiniões contrárias ao governo tornou-se uma atuação perigosa para o funcionamento

dos folhetins. E após o fim do período de Getúlio Vargas na Presidência da República, a situação não melhorou, e piorou após o Golpe Civil-militar de 1964. A instauração da política ditatorial reprimiu opiniões contrárias, fechou jornais e perseguiu jornalistas após o Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968.

Nosso *corpus* documental, o folhetim *Folha de Goyaz*, surgiu em 1936 em Goiânia. De acordo com o pesquisador Enderson Medeiros (2015), foi criado por Gerson de Castro Costa e financiado por diversos empresários goianos. Nasceu como defensor de duas figuras fundamentais: Pedro Ludovico Teixeira, então interventor federal de Goiás, e Getúlio Vargas, presidente em vigência, mantendo-o livre da censura e apto a circular. O veículo tornou-se o mais vendido do estado.

No início de 1940, o jornal passou por uma repaginação. Comprado pelo magnata do meio jornalístico Assis Chateaubriand, passou a integrar a rede de Diários Associados. Este personagem foi muito importante para a história do Brasil e da imprensa, fundamentalmente pelo poderio empresarial que possuiu. Detentor dos principais jornais, revistas, rádios e emissoras do país, construiu um império que tinha uma sede em cada canto do país. Além disso, durante muitos anos, foi uma figura coligada com a agenda político-ideológica de Getúlio Vargas, garantindo o sossego dos jornalistas de seus veículos.

Sob o domínio do grupo de Chateaubriand, vivem alguns anos de lucro e outro de crise. Com o falecimento do empresário e a promulgação do AI-5, passou por dificuldades financeiras e queda nas vendas. Assim, em 1984, encerrou as atividades após 48 anos de funcionamento. Atualmente, as edições do *Folha de Goyaz* estão sob a responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), em Goiânia.

A escolha para trabalhar com esta fonte se dá pela importância dela no período. Tratando-se do maior jornal de Goiás entre 1936 e 1984, encontraremos as propagandas políticas, cobertura das eleições e discursos políticos em suas páginas.

O *Folha de Goyaz* foi basilar na vida político-social goiana, sendo um excelente material para destrincharmos sobre a história do estado.

O contexto sociocultural das mulheres (século XX)

Para investigarmos as atuações das mulheres na política goiana, também temos que partir de algumas compreensões sobre o contexto espaço-temporal das relações entre os gêneros no Brasil durante o século XX.

As meninas de classe média, ainda crianças e adolescentes, passavam por um processo de disciplinarização de seus corpos que as orientava pelos caminhos das performances referentes ao gênero feminino. Assim, a juventude era marcada pelo aprendizado das boas maneiras, afazeres domésticos e cuidados diversos, normalmente efetuados por uma mulher mais velha que poderia ser uma parente. Essa fase de ensino e aprendizagem parte da construção para que as jovens se tornassem boas cônjuges, mães e donas de casa no futuro. Assim, o cuidado do lar e da família eram culturalmente compreendidos como as prioridades para a vida de uma mulher.

Quando adultas, desempenhariam uma função que era articulada como biológica e natural: o amparo da vida privada. Partindo de várias vertentes, especialmente a religiosa, a atuação social de sucesso de uma mulher dependia da exploração de sua fragilidade, submissão e abnegação e pro dos outros. De certa forma, suas honras e dignidades eram relacionadas a estes papéis construídos. Se assim fosse, alcançariam o que era identificado como o auge na vida de uma mulher: um bom pretendente para se casar e pôr em prática tudo o que aprendeu.

O casamento era uma etapa importante na vida de uma mulher, um destino feminino (PINSKY, 2014, p. 50-51). Para ser perfeita para o esposo, era necessário conhecer seus gostos, estar bonita e manter a casa sempre em ordem. A calma

no lar deveria ser cotidiana, mesmo que isso desencadeasse em silenciamentos, violências e insatisfações. Elas eram as rainhas dos lares e deveriam zelar pela harmonia (PINSKY, 2014, p. 50-51).

O cuidado com a criação dos filhos também era de extrema importância, tendo em vista a importância da maternidade naquele recorte. Ancorada em uma visão religiosa, ser mãe representava a conexão com o divino. Maternar era uma função social atrelada à potencialidade de uma mulher em desempenhar aspectos considerados biológicos relacionados à amorosidade feminina. Simone Beauvoir (1975) identificou a questão da maternidade como um traço marcante na agenda político-ideológica do Ocidente, em que o fator biológico era acionado para explicar sobre a “natureza feminina”. Era uma espécie de vocação, um destino fisiológico e a perpetuação da espécie.

Todos esses papéis se relacionavam e construíam um ideal de mulher. Tratava-se de uma tríade que direcionou as trajetórias das mulheres desse contexto: donas de casa, esposas e mães. De acordo com Carla Pinsky (2014, p. 609-610):

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidades de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade. A mulher que não segue seus caminhos, estaria indo contra a natureza, não poderia ser realmente feliz ou fazer com que outras pessoas fossem felizes. Assim, desde criança, a menina deveria ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar. As prendas domésticas eram consideradas imprescindíveis no currículo de qualquer moça que

desejasse se casar. E o casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras.

Este mesmo traço sociocultural da sociedade brasileira desse recorte espaço-temporal foi compreendido por Maluf e Mott (1998, p. 374) da seguinte forma:

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais do que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser.

Entretanto, estas práticas socioculturais sofreram algumas modificações no recorte ocidental durante o século XX. Este período foi marcado por transformações nos âmbitos econômicos, políticos e culturais, influenciando bastante nas perspectivas de mundo e futuro sobre as/para as mulheres. A moda foi uma destas áreas com mudanças consideráveis, assim como a indústria farmacêutica. O advento dos anticoncepcionais estabeleceu alterações na própria compreensão da maternidade, em que se podia escolher se gostariam de ser mães e planejar quando.

Podemos observar como, dialogando com Michelle Perrot (2008, p. 45), “o corpo na história em confronto com as mudanças no tempo, tem uma história, física, estética, política, ideal e material”. As modernizações foram alvo de contestações e debates que visaram reforçar o bojo sociocultural disposto em relação às performances dos gêneros. Nas arenas públicas brasileiras, expostas pelos veículos de comunicação, as novas atuações das mulheres eram compreendidas enquanto problemáticas para o seio familiar.

Em conexão com o cenário Ocidental, Goiás estava inserido nesse contexto de transformações sociais oriundas do processo político-ideológico da modernidade. Assim como se almejava no âmbito nacional, a região também buscou reorganizar os espaços político-econômicos. Podemos referenciar como partes desse contexto a inauguração da nova capital do estado, Goiânia, em 1933; o combate às doenças com políticas sanitárias; a renovação política com a entrada de Pedro Ludovico Teixeira; as atuações das mulheres na sociedade; entre outros.

Assim, temos que:

O século XX foi o período em que o estado de Goiás se inseriu nos processos socioeconômicos associados à modernização. Os vínculos econômicos cada vez mais intensos com as regiões litorâneas, a utilização da via ferroviária e principalmente a expansão da malha rodoviária, bem como dos meios de comunicação, são indicadores importantes desse processo de reorganização das forças produtivas. A modernização goiana e a brasileira resultaram da intervenção do estado na vida social, visto que este tornou-se mais presente, irradiando sua influência em diversos setores da sociedade, como na educação e na saúde. (ARRAIS e OLIVEIRA, 2016. p. 73)

Muitas das críticas sobre aquele contexto de transformações socioculturais vinha da atuação feminina no mercado de trabalho. Tratava-se de um confronto com os valores antigos e novos: se as mulheres trabalhassem fora de casa, como poderiam cuidar do lar? Os cuidados com o esposo, filhos e casa valem menos do que um serviço formal? Estas discussões, portanto, perpassam pela manutenção da mulher como fundamental na nutrição do sistema familiar.

De acordo com Solange Simões (1985), o trabalho feminino não foi defendido como uma função a ser desempenhada

durante o começo do século XX devido aos afazeres domésticos terem, historicamente, sido compreendidos como deveres/dons das mulheres. A modernidade era criticada pelas transformações socioculturais que mobilizou, mas era inevitável que estavam vivendo em um contexto diferente.

Assim, a tríade exposta anteriormente não foi rompida, mas resistiu em um cenário diferentemente disposto. As mulheres ainda tinham suas trajetórias marcadas pela função sociocultural com o espaço privado, mas também almejavam ocupar o mercado de trabalho. As mulheres, brancas e burguesas, passaram a desempenhar uma função dupla: atuavam no lar e no mercado de trabalho, rompiam com o sistema enquanto ainda participavam dele.

Décadas de 40, 50 e 60: em busca do invisível

Durante o exame da fonte, não encontramos mulheres que foram referenciadas como candidatas e/ou políticas entre as décadas de 1940 e 1960; entretanto, durante algumas leituras extras sobre a temática, descobrimos duas mulheres que atuaram neste período: Ana Pereira Braga e Francisca Miguel, ambas eleitas para o cargo de vereadoras em 1947.

Braga foi filiada à União Democrática Nacional (UDN) e o trabalho de Dorizelha Rocha (2013) abarca sua eleição, vitória e mandato. Já Miguel foi eleita vereadora por Anápolis e era ligada ao Partido Republicano (PR). Conforme tínhamos imaginado, trabalharíamos com o conceito de invisibilidade para pensar nas trajetórias apagadas dessas mulheres.

Partindo das contribuições de Michele Perrot, pensamos na dificuldade da investigação da história das mulheres pela ausência das mulheres em muitos vestígios do passado. Desde a exclusão pela linguagem que coletiviza no gênero masculino ou mesmo pelo apagamento de personagens e trajetórias importantes na história, concordamos que “Todas as razões

explicam que haja uma falta de fontes não sobre as mulheres nem sobre a mulher, mas sobre sua existência concreta e sua história singular. No teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra” (PERROT, (2008, p. 22). Existiram mulheres que romperam com o modelo imposto pela sociedade, mas foram excluídas, silenciadas, invisibilizadas.

De acordo com Rocha (2013), as mulheres já representavam 50% do eleitorado durante os anos cinquenta, mas tinham dificuldade para desenvolver carreiras políticas. A exclusão favoreceu o não conhecimento, a invisibilidade manteve a ordem. Aquele contexto era contraditório porque as mulheres apareceram nos jornais, mas da maneira adequada para a perpetuação do sistema de direcionamento das mulheres ao ambiente familiar e doméstico. Assim, “das mulheres muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer” (PERROT, 2008, p. 56).

Apesar da inviabilidade das mulheres que estavam na política goiana desse período, encontramos a presença das mulheres ao longo das páginas do *Folha de Goyaz*. Localizadas em três grupos de temáticas, perpassaremos por essas aparições para analisarmos estas construções sobre as mulheres da fonte documental.

As páginas do jornal eram recheadas de conselheiras que se dedicavam a orientar as moças sobre como se comportarem em diferentes situações. Seja no trato pessoal, com o marido ou com o lar, estas seções direcionavam sobre como poderia, podiam e deveriam ser. E estas regras baseavam-se no medo da perda da feminilidade. De acordo com Carla Pinsky (2014), o apelo para que as mulheres continuem as mesmas e não caíam nas tentações modernistas, como trabalhar fora, esteve disposto nos veículos de comunicação brasileiros. Assim, a pedagogia da *Folha de Goyaz* passava pela manutenção do que significava ser mulher naquele contexto.

As propagandas de eletrodomésticos também resgata-
tavam a figura feminina. Com interlocuções que ligam os

comerciais às leitoras do jornal, os benefícios dos produtos eram explicados e sempre passavam pela ideia de facilitar a vida da dona de casa. Aqui, a linguagem e escrita das páginas do *Folha de Goyaz* não eram sobre/para os homens, mas as mulheres.

Isso dava-se ao papel das mulheres goianas voltado aos afazeres do lar, em que os amparos com roupas, comida, casa, entre outros, poderiam ser modernizadas pelas máquinas e aquisições do período. Assim, “os patrocinadores procuram, principalmente, captar consumidoras potenciais, guiar seus gostos e suas compras. A indústria dos cosméticos, a das artes domésticas, visam, de início, às mulheres mais sofisticadas” (PERROT, 2008, p. 51).

Ainda sobre a questão dos anúncios, concordamos que:

Mas o que era ser uma boa dona de casa? Os anúncios das principais revistas brasileiras mostram que algumas casas das principais décadas do século já estavam bem aparelhadas. [...] Os novos bens de consumo beneficiaram apenas uma parcela da população, composta daqueles que podiam pagar e aqueles que se decidiram pela novidade, já que a relação dos consumidores com o novo não foi automática e nem sem conflitos. (MALUF; MOTT, 1998. p. 403)

Por fim, também encontramos as presenças femininas da *Folha de Goyaz* nas coberturas dos concursos de *Miss*. Seja no cenário regional, nacional ou internacional, as participantes dos concursos eram exaltadas em reportagens sobre as belezas das mulheres comportadas, pois se tratava de uma demonstração da performance da feminilidade. A ganhadora era a considerada como portadora dos maiores dotes: culta, educada, boa filha, gentil, etc. Era uma espécie de encenação da jovem ideal e da futura esposa, mãe e dona de casa perfeita. Dessa forma, concordamos que “a figura da *miss* foi apresentada como um modelo a ser seguido pelas moças” (SILVA, 2019, p. 9).

Décadas de 1970 e 1980: as goianas na ARENA política

A partir dos anos de 1970 e 1980, encontramos a presença de mulheres na cobertura política do jornal *Folha de Goyaz*. E para iniciarmos nossas análises desse contexto, é fundamental dizermos que a ausência de mulheres na referida fonte nos anos anteriores não significa que elas não estiveram lá, apenas não foi possível desenvolver um mapeamento delas. Além disso, descobrimos alguns dos nomes envolvidos na política goiana, mas com certeza não nos deparamos com todos.

De acordo com Simões (1995), algumas mudanças significativas para as mulheres ocorreram na década de 1970, entre elas um aumento nos direitos trabalhistas e políticos. Compreendendo a lógica das modificações dentro das permanências nesse complexo sistema relacionado ao mundo das mulheres, elas atuaram na política e traziam traços socioculturais atribuídos aos seus gêneros como atributos para conquistarem votos. Assim, temos que:

Mulheres, repentinamente, passaram a ocupar espaço político de destaque. E isto se tornava evidente num passar de olhos pela mídia da época. Nos mais importantes centros econômicos e políticos do país, mulheres ocupam a primeira página de noticiário político; promovem atividades em praça pública, com ampla cobertura das estações de rádio; estão presentes em programas de televisão fazendo declarações e lançando manifestos políticos. [...] Sem dúvida, aquelas mulheres se constituíram numa presença ativa organizada e de destaque na vida política do país. Mas se já definimos essa presença como surpreendente, ela se torna, de fato, inusitada quando observamos que elas se lançaram na esfera pública a partir da sua condição de seres privados – foi como “mulheres-mães-donas-de-casa” que aquelas mulheres se apresentaram publicamente. (SIMÕES, 1995, p. 10)

Acessar o espaço político não era fácil para essas personagens naquele contexto. Durante a investigação, observamos que, com exceção à duas candidatas, as outras eram meramente citadas durante as eleições. Abaixo, apresentamos duas tabelas desenvolvidas sobre as eleições ocorridas entre os anos de 1954 e 1982, compreendendo que esta última data teve a última eleição coberta pela fonte. Podemos observar que a maior parte das candidatas não foram eleitas, totalizando 70% do número de tentantes.

Consideramos que isso se deve pela falta de visibilidade no veículo, de modo que muitas foram mapeadas para esta pesquisa já nas edições da *Folha de Goyaz* que contavam os votos obtidos. Assim, como poderiam obter votos de eleitoras e eleitores que nem as conheciam e sabiam de suas candidaturas? Desse modo, concordamos que estes silenciamentos e apagamentos contribuem para que não acessem o espaço político, de modo que trajetórias sociais e pautas defendidas não sejam conhecidas e sirvam de exemplos.

A seguir, observamos as tabelas.

Tabela 1 – Relação entre as mulheres candidatas e eleitas, analisando todas as coberturas políticas do jornal *Folha de Goyaz* no século XX.

Ano	Mulheres Candidatas	Mulheres eleitas
1954	0	0
1958	0	0
1960	0	0
1962	0	0
1965	0	0
1970	7	2
1974	2	0
1978	0	0
1982	3	2
Total	12	4

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 2 – Relação entre as mulheres que se candidataram e/ou foram eleitas, num período compreendido entre 1970-82.

Ano	Candidatas	Município	Partido	Cargo	Situação
1970	Maria Aparecida Gomes	Ceres	ARENA	Vereadora	Eleita
	Maria Monteiro	Goiânia	ARENA	Vereadora	Não-eleita
	Francisca Silveira (Chiquita)	Anápolis	ARENA	Vereadora	Não-eleita
	Maria Deusalice de Alencar Borges	-	ARENA	Deputada	Não-eleita
	Maria Camêlo Faria	Rialma	ARENA	Vereadora	Eleita
	Nadra Bufaiçal	-	ARENA	Deputada	Não-eleita
	Silvéria do Nascimento	-	ARENA	Deputada	Não-eleita
1974	Shirley Querido	Goiânia	ARENA	Deputada	Não-eleita
				Estadual	
	Léa Sayão	-	ARENA	Deputada	Não-eleita
				Federal	
1982	Maria Conceição Gayer Lima	Goiânia	PMDB	Vereadora	Eleita
	Maria Dagmar de Miranda	-	PMDB	Vereadora	Eleita
	Cleuzita de Assis	-	*	Deputada	*
				Estadual	

*Dado não encontrado

Fonte: Elaborada pela autora.

Fonte: SILVA, 2019, p. 9-10.

Dentre essas candidatas, apenas duas foram realmente tratadas como tais e receberam visibilidade na *Folha de Goyaz*; ambas foram candidatas durante as eleições de 1970.

A primeira delas foi Maria Aparecida Gomes, candidata como vereadora de Ceres. Nas reportagens sobre a vida da política, mostrava-se como costurava as roupas dos filhos e lhes ensinava suas lições de casa. Tentou construir uma imagem relacionada a uma excelente mulher para sua família, e por isso poderia ser uma boa escolha para o cargo. Quando ganhou o pleito, teve sua vitória explicada no jornal devido à conquista de votos da Igreja Pentecostal, em que seu marido desempenhava um papel de liderança.

Concomitantemente, tivemos a figura de Francisca Silveira, popularmente conhecida como Chiquita. A candidata a vereadora por Anápolis era radicada em Goiânia havia mais de 16 anos, vinda da Paraíba, e atuava como professora de educação física na rede pública. Durante o período de propaganda eleitoral, prometeu que se comprometeria com aquilo que sabia que as mulheres goianas precisavam: creches públicas para que suas crianças pudessem ficar enquanto elas trabalhavam.

Neste contexto de ditadura civil-militar brasileira e do bipartidarismo, tanto Gomes quanto Chiquita eram filiadas à frente que representava tal governo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Curiosamente, romperam com um sistema sociocultural de inferiorização e submissão feminina, mas ainda faziam parte da máquina política opressora. Na tabela já exposta, todas as mulheres candidatas, durante a vigência do bipartidarismo, eram ligadas à ARENA. Este é um terreno pantanoso e controverso, mas podemos constatar que é instigante pensar que rompimentos podem coexistir com manutenções.

Do exame das fontes entre as décadas de 1970 e 80, podemos observar duas questões principais: as mulheres que concorreram a cargos tiveram como base de convencimento para a eleição os aspectos socioculturais sobre as mulheres. Seja mobilizando a tríade de uma mulher idealizada ou pensando nas questões importantes para as mulheres naquele contexto, organizaram as próprias questões do mundo feminino a favor de suas candidaturas. Para a entrada neste universo masculino da política goiana, reforçaram os ideais femininos daquele recorte espaço-temporal.

Além disso, estamos pensando em mulheres transgressoras, mas com cores e classes bem definidas. Gomes e Chiquita eram duas mulheres brancas que faziam parte da classe média goiana. Assim, não estiveram inscritas em dinâmicas de subjugação racial ou de classe, apesar de terem sido marcadas pelo sistema patriarcal daquele contexto. Dentro de

suas experiências, podemos considerá-las mulheres importantes para a transformação da política goiana em um espaço menos masculinizado, mas também é importante compreendermos suas trajetórias de privilégios e suas inserções em um partido repressor.

Sobre estas contradições, atuações e interpretações, temos como preceito fundamental que:

Estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta. O historiador nem por isso crê que o político mantenha todo o resto sob sua dependência. Seria ingênuo acreditar que o político escape das determinações externas, das pressões das solicitações de todo tipo. (REMOND, 2013. p. 445)

Considerações finais

Por fim, retomamos a pergunta inicial: as mulheres participaram da política goiana no século XX? A resposta é sim. Algumas se candidataram mas não conseguiram, e a invisibilidade social e jornalística é uma das razões pela este fim. Outras concorreram e conseguiram assumir o cargo, mas foram apagadas da história do estado. Outras entraram nas disputas eleitorais, tiveram visibilidade e foram vitoriosas. Tiveram caminhos específicos, conexões controversas e trajetórias marcadas por privilégio, mas adentraram na política goiana.

Assim, a partir da investigação realizada pelas edições do jornal *Folha de Goyaz*, entre 1940 e 1982, observamos que existiram mulheres que participaram da política goiana. Mas, para conseguirmos analisar tais rompimentos no sistema masculinizado que era a política, é necessário que pensemos nas mulheres para além das dinâmicas domésticas associadas à

tríade esposa, mãe e dona de casa. Dialogando com uma nova dimensão da História das mulheres, é crucial que possamos explorar lacunas, mapear nomes e compreender suas trajetórias para desconstruirmos o lugar de passividade atribuído às mulheres nas narrativas sobre o passado.

Não se trata de produzir trabalhos que neguem as dimensões das violências socioculturais estabelecidas para as mulheres ao longo das temporalidades no Ocidente, mas se dedicar a encontrar as rupturas dentro desses sistemas construídos. Dessa forma, poderemos encontrar a insubmissão dentro das grades da prisão da submissão. Sem ironia ou comicidade, não é equivocado falar que existiram muitas Lisístratas que souberam como utilizar de seus lugares sociais em favor de seus objetivos.

Referências bibliográficas

- AMADO, Janáina. Região, Sertão e Nação. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, n. 8, 2000, p. 229-236.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. ARRAIS, Tadeu Alencar. *O Século XX e Goiás: o advento da modernização*. Goiânia: Cànone Editorial, 2016.
- ARISTÓFANES. *Lisístrata: a greve do sexo*. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- BEAUVOIR, Simone De. *O segundo sexo: A experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BLOCH, Marc. A História, os homens e o tempo. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 50 – 68.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FOLHA DE GOYAZ. Goiânia: Diários Associados (DA), 1934-1984.

- MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). *História da Vida Privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap. 5., p. 376-421.
- MEDEIROS, Enderson. *Folha de Goiaz: O jornal e o seu tempo*. Goiás, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Coordenadoria de pós-graduação, Universidade Federal de Goiás.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p.469-512.
- _____. *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.
- RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- ROCHA, Dorizelha Maria da Conceição Rocha. *A mulher na política em Goiás pós 1964*. Dissertação (Trabalho de conclusão de curso em História). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 1999.
- SILVA, Janaína Ferreira dos Santos da Silva. Mulheres na política de Goiás no século XX: lugares sociais e trajetórias encontradas no jornal Folha de Goyaz. In: *Anais do Simpósio Internacional de Humanidades*, Brasília, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UnB), p. 01-16, 2019.
- SIMÕES, Solange de D. *Deus, pátria e família: as mulheres no Golpe Militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

O suicídio nos constructos da masculinidade

NEIDE CÉLIA FERREIRA BARROS¹

*A maior expressão da angústia
pode ser a depressão
algo que você presente
indefinível
mas não tente se matar
pelo menos essa noite não
(Essa noite não. Lobão)²*

Durante o meu mestrado em História, concluído em 2017, pesquisei os processos judiciais em Goiânia-GO que relatavam assassinatos de mulheres entre os anos de 1970 e 1984. Dos processos analisados na comarca de Goiânia, cheguei a quatorze criminosos avaliados, com dezesseis vítimas, sendo oito delas fatais. Dos assassinos, oito tentaram suicídio após o crime, sendo que sete deles conseguiram finalizar o processo. Logo, nos casos analisados destacou-se a alarmante porcentagem dos suicídios masculinos após atentados contra mulheres (57,14%), ou seja, mais da metade dos homens que atentaram contra mulheres também atentaram

-
- 1 Mestra em História pela UFG (2017), especialista na abordagem psicológica Cognitiva Comportamental pelo IPOG e graduanda em Psicologia pela Faculdade Éesper. E-mail: neidecelia@gmail.com
 - 2 Essa música, lançada em 1989 pelo cantor Lobão, foi tema da minha adolescência nos anos 2000. E, por uma ironia do destino, a música que narra a decadência da saúde mental de jovens urbanos, foi parte da trilha sonora de uma relação muito importante que tive com um amigo que se suicidou em 2020. Por isso, a trago aqui e dedico a ele este trabalho, para que não precise haver outros. Para Francis Leech, com carinho.

contra a própria vida, mostrando um quadro significativo de grande perturbação mental (BARROS, 2020). E quando aponto o sofrimento desses não é numa tentativa de justificar ou inocentar os agressores, mas para mostrar que construções de masculinidades estruturadas em valores como a violência e a competição podem ser extremamente nocivas tanto para homens quanto para mulheres.

Natalie Davis (*apud* SCOTT, 1995, p. 71) afirma que “deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado”. Assim como uma historiadora de classe não deve se focar apenas nos grupos subalternizados, as pesquisadoras de Gênero devem olhar também para o masculino nessa relação. Ou seja, entender as dinâmicas de poder é importante para compreender o todo. Por isso, voltar e mergulhar na compreensão do suicídio masculino em suas diversas nuances adiciona uma camada a mais na compreensão das tensões nas relações de gênero, mostrando como as ideias de masculinidade, criadas sob os signos da violência, tornam comum atos extremos como matar e morrer.

Desse modo, neste trabalho pretendo analisar uma ponta do que apareceu em minha pesquisa, mas que não pude explorar mais a fundo naquele momento, pois o trabalho de investigação me trazia outras demandas. Agora, nesta breve análise, pretendo explorar ideias já amadurecidas pela Psicologia, que envolvem as relações de gênero, masculinidade e o suicídio masculino.

Suicídio: uma epidemia silenciosa

Para compreendermos melhor esse tema, usaremos o conceito clássico de Émile Durkheim (1858-1917), um dos pais da Sociologia e um dos primeiros teóricos a trazer um trabalho significativo sobre o tema. Esse pensador disse que o suicídio é “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um

ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima, e que ela sabia que produziria este resultado” (DURKHEIM *apud* BAHIA, 2019, p. 17).

Durkheim afirma ainda que o suicídio é um fenômeno que está presente em todas as culturas da história. Porém, apesar de não ser uma novidade na trajetória coletiva do ser humano, esse ato continua sendo extremamente intrigante, pois ele se opõe ao natural instinto de sobrevivência presente em todos os animais. Por isso, o suicídio pode ser considerada uma das mais enigmáticas e perturbadoras ações humanas e, como consequência, causa interesse e perplexidade, estimulando pesquisas e estudos de áreas distintas do conhecimento.

Pauliana Galvão (2019), pesquisadora da Fiocruz que analisou o fenômeno no Brasil, diz que o suicídio “traz consigo um conjunto de sentimentos” que envolve “culpa e vergonha, medo e revolta”. Essa autora afirma ainda que “os comportamentos suicidários são multideterminados, tratando-se de um fenômeno complexo associado a circunstâncias individuais, sociais, psicológicas, biológicas, interpessoais, culturais, genéticas e psiquiátricas” (GALVÃO, 2019, p. 21- 26).

Como já dito, o suicídio é um comportamento humano multifatorial de difícil compreensão, sendo considerado um grave problema de saúde pública em todo o mundo. Contudo, ao contrário de uma epidemia causada por um agente externo (vírus ou bactérias), a proliferação do suicídio pode ser causada por inúmeros fatores, como problemas psíquicos, alterações biológicas e determinações sociais. Um recente relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) revelou que, em 2019, ocorreram mais de 700 mil mortes autoinfligidas. E isso pode ter crescido significativamente durante a pandemia de COVID-19 (2020-2022), pois aumentaram os fatores de risco para tal ato, como veremos logo abaixo (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2023).

Para Liana Wernersbach Pinto (2012), especialista em suicídio em populações idosas, o autoextermínio é a forma

mais extrema das violências autoinfligidas. Devemos considerar que há outras, como automutilação, por exemplo. O suicídio pode ser escalonado da ideia à prática na seguinte estrutura: 1) ideação suicida; 2) elaboração de um plano; 3) obtenção de meios para realização do ato; 4) ato suicida (PINTO, 2012, p. 1974-1975).

Camila Alves Bahia (2019, p. 21) apresenta em sua tese que alguns dos fatores de risco que podem favorecer o suicídio são:³

- histórico familiar de suicídio (gerações anteriores ou contemporâneas);
- repetição de tentativas;
- ser vítima contínua de violência;
- ser portador de doença crônica, degenerativa ou dolorosa;
- isolamento social;
- possuir problemas com a orientação sexual;
- fazer uso abusivo de álcool ou drogas;
- ser do sexo masculino;
- perda patrimonial, de emprego ou dificuldades financeiras.

Podemos ver nos quatro últimos requisitos que a masculinidade – e atividades socialmente ligadas a ela – estão imediatamente elencadas como fatores de risco para o suicídio, e isso é um padrão mundial. Estatísticas mostram que o Brasil é o oitavo país com maior número de suicídios, no entanto, ONGs e órgãos de pesquisa desconfiam que ainda haja uma subnotificação de casos, apesar do número expressivo. Nesse processo, muitos episódios de suicídio também podem ser definidos como morte natural causada por acidente. De todo

3 Colocamos nesta ordem para fins didáticos. Não é a ordem original apresentada pela autora em sua tese. Contudo, como não há hierarquia entre os pontos, escolhemos essa maneira para agrupar fatores que envolvem a masculinidade.

modo, o número de óbitos por suicídio é de três a quatro vezes maior entre os homens, sendo que o grupo que mais apresenta essa causa de morte (a cada 100 mil habitantes) são homens com idade entre 30 e 39 anos (BAHIA, 2019, p. 20-23).

Felipe de Baére e Valeska Zanello (2020), em seu recente trabalho sobre suicídio e masculinidade, afirmam que:

De acordo com o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, divulgado em 2017, entre 2011 e 2016, houve 62.804 mortes por autoextermínio no país. Desse total, 21% eram mulheres e 79% homens. Esses valores não se referem estritamente a fenômeno brasileiro, mas a uma tendência mundial, na qual a taxa de óbitos por suicídio entre os homens é 3,5 vezes maior do que a de mulheres em países de alta renda, e 1,6 superior nos de baixa e mediana renda. Como a virilidade sexual é um componente identitário para os homens majoritariamente, as sexualidades dissidentes também apresentam altos índices epidemiológicos de tentativas e óbitos por suicídio. (BAÉRE e ZANELLO, 2020, p. 4)

Mas por que o homem está imediatamente mais conectado ao ato do suicídio e o como as relações de gênero explicam esse fenômeno? É o que discutiremos no próximo tópico.

Masculinidade, repressão dos sentimentos e sofrimento mental

Joan Scott (1995), autora que difundiu a categoria de *gênero* e trouxe esse debate para a História, afirmou que o termo era uma forma de perceber e estudar “a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” (1995, p.75). Hoje, quase trinta anos após a escrita dessa autora e, apesar dos avanços e novas perspectivas para os estudos, especialmente com as contribuições da comunidade

LGBTQIA+, ainda acredito na validade da perspectiva que reflete sobre masculinidades e feminilidades como polos de referências para as construções sociais sobre o corpo sexuado. Por isso, neste trabalho olharemos a masculinidade pela categoria de *gênero*.

Isso significa que a masculinidade não é definida pela genitália, mas sim adquirida por meio de um processo de aprendizagem que varia de uma cultura para cultura ao longo do tempo. Assim, como quando Simone de Beauvoir afirma que “não se nasce mulher, torna-se uma”⁴, também pensamos que não se nasce homem, mas os padrões de masculinidade são apreendidos na cultura. Logo, homens aprendem a se comportar como tal por meio de diversos processos educativos. Camila Louis Oliveira e outros (2011), em sua pesquisa sobre masculinidade e homofobia afirmam que:

Os alicerces [...] são lançados na infância do sujeito, na sua experiência na família, na escola e com amigos da mesma idade. Sendo este o quadro primário da socialização de gênero, um processo que orienta a conformação do que é ser homem ou mulher em nossa sociedade. (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 867)

Se considerarmos que a masculinidade não é um atributo natural, que não é uma expressão única e imutável, e que evolui e varia de acordo com o tempo e o lugar, podemos pensar em mudanças. Portanto, se há padrões de masculinidade que são opressores e violentos a homens e a mulheres, podemos repensá-los e reconstruí-los na cultura por meio de reeducação e ressignificações sociais de padrões de gênero. Com tais medidas, nos livramos de uma condenação eterna do inato ou do biológico. Em outras palavras, se ser homem e ser mulher é algo aprendido, podemos aprender a ser homens e mulheres com vivências mais saudáveis para todos.

4 Famosa frase de Simone de Beauvoir do livro *O Segundo Sexo* (1949).

Mas de que forma os atuais padrões de masculinidade colaboram com as elevadas taxas de suicídio masculino apresentadas por dados globais? Exploraremos, a seguir, as noções de masculinidade, de negligência emocional e de repressão afetiva.

“Homem não chora, nem por dor, nem por amor”⁵

Nos últimos anos, com o fortalecimento dos estudos de Gênero, alguns autores se dedicaram a observar as construções sociais e históricas que envolviam a masculinidade, e muitos deles apresentaram a ideia de que elas são algo construídas socialmente e que, apesar de apresentar diferenças, trazem pontos em comum em dinâmicas socioculturais distintas, como violência e supressão dos sentimentos. Em suma, apesar de não haver uma noção única de masculinidade ao longo da história, ela é pensada majoritariamente como sinônimo de força, de valentia, de supremacia do falo, de poder, de domínio, de penetração e de negação do feminino. Essas percepções incluem a contínua pressão para ser emocionalmente reprimido, autossuficiente e dominante, e alimenta a crença de que buscar ajuda emocional ou psicológica é uma forma de fraqueza.

Isso pode ser notado, por exemplo, na pesquisa de Arnaud Baubérot, que investigou a educação de meninos na França no início do século XX. Essa pesquisa mostrou que se ensinava os meninos, desde a tenra idade, a serem masculinos e viris. Ele destaca, em sua análise, que o processo de ensino começava em casa, passava pela educação formal e terminava com uma educação informal, por meio dos grupos masculinos que reforçavam valores de virilidade e violência. Nos grupos eram aprendidas regras e eram iniciadas as bases de suas “iniciações viris”. Dentro desses grupos, valorizava-se

5 Música do compositor Frejat que ironiza o dito popular que diz que “homem não chora”.

“a masculinidade feita da dureza, dos jogos de força ou de coragem, dos desafios e da autoafirmação” (BAUBEROT, 2013, p. 191-195). Nessa identidade não eram permitidas falhas ou fraquezas. E quem se fragilizasse seria colocado como secundário ou humilhado por outros homens.

A mesma lógica é confirmada por Durval Albuquerque Júnior (2015), que analisou a construção de masculinidades no nordeste brasileiro. Nessa pesquisa ele destaca a angústia do contínuo campo de disputa da masculinidade, ressaltando que isso é um atributo curioso, pois para que um homem tenha a masculinidade, é preciso tomá-la de outro.

Esse autor, ao trabalhar o masculino na história, afirma que apesar de “imaginariamente estar associada à força, parece uma identidade mais frágil [...] daí a sua permanente necessidade de ostentação” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p. 438-440). Esses valores inserem o homem num contínuo campo de violência, provação e disputa que pode deteriorar significativamente sua saúde mental.

As duas abordagens históricas relatam em lugares e tempos distintos padrões que envolvem os mesmos processos de força e de negação da fragilidade e da subjetividade. Nessa lógica não é permitido refletir sobre os sentimentos, pois eles fazem parte do campo da feminilidade e de colocar-se como frágil.

Daniel Welzer-Lang (2001) lembra: “a mensagem dominante é: ser homem é ser [...] diferente da mulher”. O autor se refere ao primeiro ambiente de educação masculina fora da família como a “casa-dos-homens”, onde os meninos aprendem sobre as obediências masculinas, as diferenças entre os gêneros, a sexualidade exacerbada e o comportamento do sofrimento como símbolo de virilidade. Ele observa que nesse ambiente, “escondidos do olhar das mulheres e dos homens de outras gerações, os pequenos homens se iniciam mutuamente nos jogos do erotismo”. Portanto, os homens aprenderam/aprendem com outros homens os rituais da masculinidade, que são fundamentalmente diferentes dos rituais femininos

(WELZER-LANG, 2001, p. 462). O pesquisador ressalta que esse lugar de socialização masculina se estende após a infância, sendo encontrado em outros ambientes após a formação do homem adulto, como clubes, grupos esportivos e outros. Nesses espaços há a perpetuação de que a construção do masculino se faz com força e violência, e que acima de tudo se sustenta na negação de tudo que representa a feminilidade, especialmente os sentimentos e as emoções.

E mais, cabe ao masculino não apenas ser diferente, mas dominar o feminino e controlá-lo. Como afirma Arnaud Baubérot (2013), os homens/meninos “são levados a interiorizar formas de pensamentos e maneiras de agir que os preparam a tomada de posição no encadeamento das relações de poder e de dominação” (2013, p. 190-200). Isso exige uma contínua demonstração de força e competição. Assim, para Pierre Bourdieu (1995, p. 158) o dominante é também dominado pelo seu dever contínuo de estar no poder e nunca demonstrar fragilidade. Isso é desgastante e desrespeita a natural fragilidade e sofrimento, que em algum momento tocam todos os seres humanos.

Essas normas culturais podem dificultar a expressão de emoções e a busca de apoio emocional para os homens que estão passando por dificuldades, o que leva imediatamente a um aumento do risco de suicídio. Para entender como esse processo social afeta a saúde mental, precisamos recorrer a alguns conceitos da psicologia, como *emoção*, *sentimento* e *comportamento*.

A *emoção* pode ser compreendida como uma resposta instintiva e imediata a um estímulo externo ou interno, sem a necessidade de reflexão ou processamento cognitivo. Em outras palavras, “as emoções estão geralmente acompanhadas por respostas autonômicas, endócrinas e motoras esqueléticas [...], as quais preparam o corpo para a ação” (ESPIRIDIANO-ANTONIO, 2007, p. 2). Ela afeta profundamente o indivíduo, muitas vezes gerando uma resposta corporal visível.

Por outro lado, o *sentimento* é algo mais profundo e elaborado. Envolve o componente cognitivo, incluindo percepção, avaliação e interpretação. Ele é uma construção mais complexa e elaborada, resultado de processos mentais mais avançados que ocorrem na mente humana. Portanto, a *emoção* é uma reação mais direta e imediata, enquanto o *sentimento* é uma construção que envolve uma percepção mais consciente. Por exemplo, ter consciência de que ama alguém é um *sentimento*, ficar eufórico ao ver a pessoa amada é uma *emoção*. O *comportamento*, por sua vez, é uma ação consciente tomada a partir das *emoções* e dos *sentimentos*. O *comportamento* geralmente é modulado pela cultura (externo), pelo que é aceitável e inaceitável socialmente, e pelas subjetividades do indivíduo (FEITOSA-SANTANA, 2021, p. 33-35).

A pesquisadora Graça Aparício (2020), junto a outros investigadores que analisaram a educação emocional de crianças em escolas portuguesas, percebeu que quanto mais uma pessoa tem compreensão dos próprios sentimentos, mais “terá uma melhor capacidade de regulação emocional, melhor autoestima, menor intensidade de emoções negativas sentidas, menor estresse [...] e depressão e maior empatia”. Isso leva à formação de adultos mais felizes e capazes de ter “ligações afetivas mais estáveis”. Já o contrário, ou seja, a falta de educação emocional e a “incapacidade de diferenciar emoções, pode promover comportamentos desadaptativos em resposta a uma emoção intensa, tal como a raiva e outros comportamentos agressivos associados a problemas do comportamento” (APARÍCIO *et al.*, 2020, p. 1-7).

Dessa forma, o homem é impedido socialmente de entrar em contato com suas emoções e de conhecer uma linguagem afetiva. Sem instrumentos para refletir sobre seus sentimentos, ele não tem ferramentas para lidar com um conjunto emocional negativo como a frustração, o medo e a ansiedade. Isso agrava continuamente seu mal-estar psicológico.

Para exemplificar, trago um estudo de caso, atendido em meu consultório terapêutico. João⁶ é um homem de 50 anos, muito bem-sucedido financeiramente e que procurou a terapia⁷ pois estava sofrendo de ansiedade com crises que estavam paralisando sua vida e atrapalhando seus negócios. Nos últimos seis anos ele passou por vários lutos significativos. Primeiro, viveu a separação da esposa e o afastamento dos filhos que mudaram de estado com a ex. Depois, vivenciou a morte da mãe, a quem “era muito apegado”, em um doloroso processo de câncer. Porém, em nenhum momento ele procurou ajuda de um terapeuta ou procurou alguém próximo para falar sobre suas emoções. “Eu resolvi meter a cara no trabalho, não ia em casa, ficava dia e noite na loja, saía de lá ia para um bar, para algum outro lugar”, afirmou em sessão.

Com a perda de pessoas tão importantes em sua vida, foi obrigado a conviver com o sentimento do luto, que despertou nele emoções como tristeza, ansiedade, angústia, sofrimento e medo. Todavia, seu comportamento movido por uma educação social fez com que ele reagisse apenas com o papel de homem viril-provedor, negligenciando assim as suas emoções. Ele afirmou que muitas vezes não queria voltar para casa, porque lá, sozinho, sentia as seguintes emoções: seu coração disparava e tinha vontade de chorar quando pensava no fato do abandono e do luto. Entretanto, como João foi educado entendendo que manifestar tais sofrimentos era sinal de fraqueza e de inferioridade, e a possibilidade de sentir-se frágil lhe causava mais medo, pois temia perder sua identidade ou ser ridicularizado por seus pares, preferiu reprimir qualquer manifestação de seu sofrimento. Não conversou com ninguém sobre e nem se permitiu chorar por esse motivo. Disse que

6 Nome fictício criado para preservar a identidade do utente.

7 Atendo com psicoterapias integrativas que usam ferramentas holísticas, terapia cognitivo comportamental e hipnose como instrumentos para reduzir ou erradicar o sofrimento psíquico e trazer o bem-estar ao utente.

pensava da seguinte maneira: “O que meus amigos vão pensar se me virem chorando por uma mulher?”.

Nesse período se relacionou com várias outras mulheres, todas muito mais jovens que ele, com as quais não tinha nenhuma conexão ou reciprocidade. E segundo o próprio, estavam com ele apenas pelo seu dinheiro. Porém, apesar de usar vários escapes para não lidar com as próprias emoções, fisiologicamente toda a carga emocional ainda circulava por seu corpo, e isso ficava cada vez mais condensado. E como aqueles sentimentos não foram cuidados ou ressignificados, tornaram-se mais intensos, criando em longo prazo um desequilíbrio químico em seu cérebro, o que o levou a desenvolver um transtorno de ansiedade e crises de pânico nos anos seguintes. João afirmou em uma das sessões iniciais:

Fui ao médico achando que estava morrendo, que estava tendo um ataque cardíaco e então, depois de não ver nada nos exames, ele me mandou para o psiquiatra. Quando ele falou que minhas crises eram psicológicas eu relutei, disse que não estava doido. Achei que era só coração, porque já tive amigo da minha idade que infartou. Minha ex-mulher que me mandou vir fazer a terapia, ela que encontrou a senhora e insistiu para eu vir. (Registro de Sessão, 2022, acervo pessoal)

Após algumas sessões e significativa melhoria das crises mais severas de pânico e de ansiedade, João abandonou a terapia e disse que não estava sobrando tempo para as sessões, e apesar de não haver nenhuma dificuldade financeira para arcar com elas, ele preferiu não se aprofundar em seus sentimentos após a melhora superficial.

O caso de João não foge à regra apresentada pelas estatísticas. E, apesar de ser um exemplo ilustrativo, não é um caso isolado, nem na saúde mental e nem na saúde física, sobre as quais temos dados mais específicos e elucidadores.

Vários estudos constataam que os homens, em geral, padecem mais de condições severas e crônicas de saúde do que as mulheres [...]. Entretanto, apesar de as taxas masculinas assumirem um peso significativo nos perfis de morbimortalidade, observa-se que a presença de homens nos serviços de atenção primária à saúde é menor do que a das mulheres. Há autores que associam esse fato à própria socialização dos homens, em que o cuidado não é visto como uma prática masculina. Na literatura específica sobre o assunto, também há vários estudos que apontam a necessidade de se refletir sobre a masculinidade para uma compreensão dos comprometimentos da saúde do homem. (GOMES *et al.*, 2007, p. 3).

João representa um número muito significativo de homens que entendem os processos terapêuticos como tabus e se sentem fragilizados ao perceberem que não conseguem controlar/reprimir sozinhos suas emoções.

Essa repressão emocional, somada ao estado de competição e de violência contínua – próprios dos signos da masculinidade, como já mencionamos acima – e a falta de ferramentas para conhecer os sentimentos e as emoções levam a comportamentos destrutivos (violência) e autodestrutivos (abuso de álcool e drogas, afastamento social e até mesmo o suicídio).

Por outro lado, se pensarmos em questões físicas, o estresse emocional pode ser um fator de risco para o desenvolvimento da depressão. Quando uma pessoa está exposta a um alto nível de estresse por um período prolongado, o corpo pode responder produzindo uma quantidade excessiva de cortisol. Esse aumento pode levar a mudanças químicas no cérebro, como a diminuição da produção de neurotransmissores como a serotonina, que desempenham um papel importante na regulação do humor e das emoções (LAGE, 2010, p. 10-28).

Dessa forma, forma-se um ciclo vicioso: 1) homens são estimulados e educados desde a infância a serem mais

agressivos, a lidarem continuamente com o estresse e competição, e a reprimirem ao máximo suas emoções de sofrimento; 2) ao reprimirem suas emoções ficam mais estressados; 3) o estresse contínuo leva ao sofrimento excessivo e desregulação do humor; 4) a desregulação de humor e o sofrimento psíquico não tratado acabam sendo externalizados em comportamentos de violência (contra filhos, mulheres ou na rua) e autodestruição (abuso de substância e suicídio).

Assim, temos uma perfeita bomba de violência externa e interna que pode refletir negativamente contra mulheres e homens. Claro que estamos falando de uma maneira simplista, pois não cabe tamanho aprofundamento neste artigo, porém, fatores sociais e representações de gênero colaboram ativamente com a degeneração da saúde mental masculina e impedem a busca por ajuda e autocuidado, o que poderia evitar verdadeiras tragédias em longo prazo.

Apesar de termos a consciência de que romper esse ciclo de masculinidade violenta/repressiva e problemas de saúde mental é um processo longo e árduo, que atravessará gerações, tentaremos oferecer um caminho, ainda embrionário, que ainda precisa ser pensado, explorado e analisado sobre como deve ser colocado em prática.

Acreditamos na ideia da expansão da psicoeducação,⁸ uma ferramenta muito utilizada em ambientes de tratamento (hospitais, clínicas etc.) para outros espaços, como escolas, igrejas e ambientes comunitários através de pontos de escuta, grupos de apoio, rodas de conversa, palestras, etc. A ideia é normalizar socialmente a compreensão das emoções e seus mecanismos neurobiológicos. Isso deve ser estimulado por meio de políticas públicas que tornem possíveis esses trabalhos para, assim, massificar processos de compreensão emocional, entender os comportamentos destrutivos e tomar posse

8 A psicoeducação é uma técnica usada em ambientes de saúde que relaciona os instrumentos psicológicos e pedagógicos com objetivo de ensinar as pessoas a lidarem com suas questões psíquicas.

de ferramentas para evitá-los. Tudo isso é muito importante na promoção de uma masculinidade mais saudável e menos violenta.

Em conclusão, este capítulo analisou os suicídios masculinos como resultado das ideias de masculinidade violentas e agressivas que permeiam a sociedade. A pressão por ser um “homem de verdade”, muitas vezes associada à força, violência, disputa, resistência ao estresse e a negação dos sentimentos, pode levar muitos homens a se sentirem isolados e incapazes de expressar e lidar com suas emoções e buscar ajuda. Como resultado, muitos homens acabam sofrendo em silêncio, o que pode levar ao desespero e ao suicídio. É importante quebrar esses estereótipos de gênero prejudiciais e incentivar a expressão emocional – e isso pode ser feito por meio de políticas públicas de psicoeducação – e a busca de ajuda para garantir a saúde e o bem-estar de todos os homens. Além disso, precisamos continuar a estudar e discutir o papel da masculinidade tóxica na saúde mental dos homens e trabalhar para construir uma sociedade mais inclusiva e saudável para todos.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Masculino/masculinidade. In: COLLING, Ana Maria. TEDESCH, Antônio Losandro (Org.). *Dicionário crítico de Gênero*. Dourados-MS: UFGD, 2015.
- APARÍCIO G, FERREIRA M, CAMPOS S, RIBEIRO, O, AMARAL O, CRUZ C, *et al.* Identificação de emoções e sentimentos: estudo exploratório com alunos do ensino básico. *Acta Paul Enferm.* 2020, n. 33, p. 01-07. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/fKRpn4vSdgcF9k9FnBxmfWJ/?lang=pt>> Acesso em: 14 abr. 2023.
- BAÉRE, Felipe de; ZANELLO, Valeska. Suicídio e Masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, v. 25, 2020, p. 01-15. Disponível

- em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/LzMM7YDThptPXCkJkpKnWkn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 11 abr. 2023.
- BAHIA, Camila Alves. *Estudo sobre as tentativas de suicídio e suicídios consumados envolvendo adolescentes no Brasil*. 2019. 153 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52213>> Acesso em: 14 abr. 2023.
- BARROS, Neide. *Histórias escritas com sangue*. Uma análise de processos judiciais de assassinato de mulheres em Goiânia-GO (1970-1984). Curitiba-PR: Brazil Publishing, 2020.
- BAUBEROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: CORBIN, Alain. COURTINE, Jean-Jacques. VIGARELO, Georges (Coord.). *História da Virilidade*. Virilidade em crise? Século XX-XXI. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- ESPERIDIÃO-ANTONIO, Vanderson *et al.*. Neurobiologia das emoções. *Revista de Psiquiatria Clínica*. Rio de Janeiro, 35 (2): out. 2008, p. 55-65. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpc/a/t55bGGsRTmSVTgrbWvqnPTk/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 9 abr. 2023.
- FEITOSA-SANTANA, Cláudia. Eu controlo como me sinto. Como a neurociência pode ajudar você a construir uma vida mais feliz. São Paulo: Planeta, 2021.
- GALVÃO, Pauliana. *Análise temporal da mortalidade por suicídio: 1979 a 2015*. 2019. 183 p. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48897>> Acesso em: 9 abr. 2023.
- GOMES, Romeu; NASCIMENTO, Elaine F. do; ARAÚJO, Fábio C. de. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com Ensino Superior. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23 (3): mar. 2007, p. 565-574. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/rQC6QzHKh9RCH5C-7zLWNMvJ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 2 abr. 2023.

- LAGE, Jorge. *Neurobiologia da depressão*. 2010. 28 p. Monografia (Mestrado Integrado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Porto (Portugal), 2010. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/53466/2/Neurobiologia%20da%20Depresso.pdf>> Acesso em: 7 mar. 2023.
- OLIVEIRA, Camila Louis; PASQUALIN, Vinicius Cardoso; COELHO, Elizabete. O conceito de masculinidade e a relação com a violência: Uma reflexão acerca da homofobia. In: *XIV Seminário Intermunicipal de Pesquisa – Universalidade dos Saberes e desenvolvimento regional*, Universidade Luterana do Brasil, Campus Guaíba, 2011.
- Disponível em: <<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2011/artigos/psicologia/salao/792.pdf>> Acesso em: 10 abr. de 2023.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Uma em cada 100 mortes ocorre por suicídio, revelam estatísticas da OMS. Paho.org, 17 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2021-uma-em-cada-100-mortes-ocorre-por-suicidio-revelam-estatisticas-da-oms>> Acesso em: 6 abr. 2023.
- PINTO, Liana W.; PIRES; Thiago de O.; SILVA, Cosme M. F. P. da. ASSIS, Simone G. de. Evolução temporal da mortalidade por suicídio em pessoas com 60 anos ou mais nos estados brasileiros, 1980 a 2009. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17 (8), 2012, p. 1973-1981. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/brjqM3KyZfxHtjxy7sdOqHYS/?format=pdf&lang=en>> Acesso em: 9 fev. 2023.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Rev. Educação e Realidade*, v. 15, dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> Acesso em: 10 fev. 2023.
- WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: a dominação das mulheres e a homofobia. *Estudos Feministas*, n. 9, 2001, p. 460-482. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 10 fev. 2023.

Negociando identidades: movimentos homossexuais no Brasil e Argentina (1967-1981)¹

RHANIALLY PEREIRA DO NASCIMENTO PINTO²

Movimentos homossexuais nos trópicos

A formação da historiografia LGBTQIA+ é uma empreitada recente. Múltiplos objetos, temas, categorias, conceitos e metodologias têm viabilizado interpretações distintas sobre os processos históricos que, a partir da perspectiva aguçada de historiadores e historiadoras, têm se tornado visíveis dentro e fora da historiografia. É fato que tal campo da escrita da história tem dois desafios. O primeiro deles é dialogar com diferentes categorias e formações históricas que analisam o surgimento, assim como também cartografamos desejos de mesmo sexo e das identidades de gênero que borram as fronteiras do sistema sexo/gênero vigente no ocidente.³ Já o segundo, é garantir a construção de uma memória história que recentemente começou a ser discutida.

- 1 Este capítulo apresenta parte da discussão da dissertação de mestrado *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas homonormativa nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973+-1976) e do jornal Lâmpião da Esquina (1978-1981)*, realizada sobre orientação da professora Dr^a Ana Carolina Eiras Coelho Soares.
- 2 Doutorando em História Global na Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do LEGH – UFSC e ANÔMALOS – UFCAT.
- 3 Compreendo que este sistema sexo/gênero foi amplamente nomeado e definido por autoras como Judith Butler (2003), Gayle Rubin (2017) e Maria Lugones (2008).

Neste mesmo sentido os mitos de origem são muitas vezes criados, com a intenção de garantir um ponto inicial com o intuito de fornecer um processo de autorreconhecimento no passado. Quando refletimos acerca da ascensão do movimento político e dos ativismos da comunidade LGBOIA+, o debate ganha diferentes caminhos. Entre estes está a concepção geral – da população, de ativistas e de historiadores e historiadoras – que tensionam a importância de Stonewall para a formação de um movimento *gay* ou homossexual internacional (TRINDADE, 2018; PINTO, 2021).

Ainda que existam aproximações, conexões e até mesmo compartilhamento de informações entre movimentos mundo a fora, o objetivo político deste texto é de demonstrar dinâmicas outras. A primeira delas é compreensão de que a rebelião de Stonewall é importante, mas não fundamental na formação de movimentos homossexuais na América Latina. E ainda mais, de que estas dinâmicas políticas apresentam um maior entrelaçamento quando observamos as negociações políticas das identidades que são formadas por estes movimentos. Internas ou externas, estas alianças políticas propiciam pensar o surgimento dos movimentos homossexuais a partir de seus contextos próprios de formação, levando em consideração que a história destes movimentos não seria a história da exportação de uma política liberacionista estadunidense.

A partir desta crítica inicial defendendo que os movimentos na Argentina e no Brasil podem compartilhar de questões próprias, marcadas pelos autoritarismos presentes na segunda metade do século XX e das ditaduras do Cone Sul. Isto significa dizer que estes movimentos apresentam-se como a expressão de um conjunto de elementos que orbitam entre si, ou seja estão menos associados como um tema exportado. Tais estes movimentos nascem em períodos críticos para cada contexto nacional.

Na Argentina, o grupo *Nuestro Mundo*, que teve seus primeiros encontros ainda nos primeiros anos da década de 1960, consolidou-se como grupo político liberacionista em

1967, a partir da crise política experimentada com a perda de popularidade da ditadura implantada por Juan Onganía. Já no Brasil, este movimento também surgia em um período de crise. A chamada “distensão política”, criada a partir do fracasso do “milagre econômico” e da utilização irrestrita da violência institucional, levou ao surgimento de forças políticas sentidas através da ascensão de diferentes movimentos políticos. Entre eles as lutas antirracista, feminista, campesina, indígena, homossexual e operária. Em 1978, no mesmo ano em que a “saída lenta e gradual” da ditadura era anunciada, o primeiro grupo de homossexuais politicamente organizados era criado e, era também lançado um dos maiores jornais da imprensa homossexual, o *Lampião da Esquina* (QUINALHA, 2017).

Na Argentina, anos antes, em 1973 o movimento homossexual argentino se consolidaria com a formação da Frente de Liberação Homossexual Argentina criada a partir da junção de diferentes grupos homossexuais, tais como “Alborada, Bandera Negra, Católicos Homossexuales de Argentina, Eros, Grupo Nuestro Mundo, Parque, Profesionales, Safo e Triângulo Rosa” (SIMONETTO, 2017, p. 43). Juntos, estes grupos criariam o jornal *Somos*, título que seria anos mais tarde apropriado por ativistas paulistas na formação do Grupo Somos-SP.

Estes dois periódicos – *Lampião da Esquina* e *Somos* – formam parte fundamental da construção e difusão de ideias sobre as homossexualidades em um contexto autoritário. Em Buenos Aires, a organização existia na clandestinidade, enfrentando o autoritarismo da Triple A, uma aliança paramilitar que combatia o comunismo (DELLASOPPA, 1999). Em São Paulo e Rio de Janeiro, cidades em que *Lampião* era produzido e tinha maior circulação, bancas de jornais eram bombardeadas e um inquérito policial motivado por denúncia da Lei de Imprensa por atuar contra a “moral e os bons costumes” também assombrava os lampiônicos⁴ (PINTO, 2021; QUINALHA, 2017).

4 *Lampiônicos* é a denominação frequentemente utilizada como autorreferenciação dos “Senhores Conselheiros”, isto é, os editores do jornal.

Em contextos improváveis, ambas as organizações e seus periódicos desafiaram um imaginário político que mais à esquerda considerava a homossexualidade um desvio pequeno-burguês e à direita, a partir da construção de uma Doutrina de Segurança Nacional, enxergava a homossexualidade como um desvio produzido pela disseminação do comunismo em ambos os países. Em um período de Guerra Fria, os imaginários políticos relacionados às homossexualidades eram limitados e produziam a percepção ampla do desejo e das identidades de mesmo sexo como sendo fruto da perversão social, da doença individual e da falha da nação.

Ao se aproveitar deste momento de crise, estes homossexuais, que em grande medida compartilhavam a experiência de serem expulsos de organizações de esquerda – como o caso de Hector Anabitarte com o sindicato dos Correios de Buenos Aires e João Silvério Trevisan com a aproximação a grupos marxistas – criaram organizações que ao longo de suas atividades alimentaram o ensejo de aliança política. Em conexão com a esquerda mais tradicional, composta pelos sindicatos e partidos políticos de orientações marxistas, assim como os movimentos estudantis, feministas e outros setores da vida política em cada país, projetos de aliança foram imaginados e negociados cotidianamente.

A questão que nos assola ao tentar compreender parte deste movimento político é a sua capacidade de produzir ou no limite, difundir, uma identidade homossexual que reelabora as percepções e representações sociais do imaginário político destes contextos. Para uma empreitada como esta é necessário estabelecer alguns marcos de localização e, ainda que tais compreensões sejam mais elásticas do que fixas nos tempos dos movimentos homossexuais, utilizo uma síntese didática para a orientação em relação a tais movimentos.

Na Argentina, entre 1967-1971 é possível considerar que o movimento homossexual estava em um período de idealização. Marcado pela ascensão não só do grupo *Nuestro Mundo*

como também do boletim *Homossexuales*, esta foi marcada pela ascensão do debate sobre a homossexualidade entre os homossexuais militantes. As primeiras elaborações seriam mais tarde consolidadas a partir da formação da Frente de Liberação Homossexual (FLH).

Em um período um pouco adiante, entre 1971-1974 a Frente consolidaria a sua política de alianças entre os grupos homossexuais e estes outros movimentos políticos de seu tempo. O inimigo comum que assolava aqueles dias estava marcado pelo autoritarismo e pelo fascismo presente nos volantes distribuídos pela Triple A. Entretanto, é também neste momento em que este grupo de ativistas encontra potência suficiente para lançar grande parte dos números da revista *Somos*.



Figura 1 - Capa da Revista *Somos*, edição n. 4, 1974. Fonte: Acervo pessoal.

A ilustração ao lado representa a capa do quarto número da revista argentina. Um jovem, provavelmente portenho, não desvia o olhar de quem o observa. Entre ele e o observador há uma grade. As múltiplas interpretações desta imagem nos alertam para a chegada de um esvaziamento

de poder político do próprio movimento, que a partir de 1974 viria sofrer ataques constantes da Aliança Anticomunista Argentina, tendo que mudar o endereço da Caixa de Postal para os Estados Unidos, na cidade de Nova Iorque. A escalada autoritária que prenunciava a formação de uma nova e violenta ditadura do Cone Sul parece ser um ponto e vírgula para este movimento homossexual.

Em 1976 a publicação para de circular, a FLH é esvaaziada e inúmeros ativistas passam por um longo período de autoexílio em fuga da chamada Reorganização Nacional. Este cenário contrasta em muito com o contexto brasileiro. Embora a primeira conexão possível seja a da emergência em um tempo de crise do autoritarismo em âmbito nacional, o movimento homossexual brasileiro tem uma trajetória mais ampla.

Já no Brasil, a partir da formação do Grupo Somos de São Paulo e do jornal *Lampião da Esquina*, o movimento começou a ganhar corpo. Encontros estaduais e nacionais dos grupos homossexuais foram realizados nos anos iniciais da década de 1980 (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Em seus números de fluxo mensal, as suas 37 edições, o periódico divulgou o andamento e a política de liberação destes grupos, questionou a política brasileira e a construção da “moral e dos bons costumes”, além de denunciar o preconceito e discriminação contra lésbicas, homossexuais, travestis, indígenas, homens e mulheres negras e outras minorias sociais.

Embora não tenha criado uma unidade como o ocorrido com a Frente de Liberação Homossexual Argentina, o movimento brasileiro ganhou, sobretudo, contornos mais diversos que continuam a ser explorados e descobertos até os dias atuais. Considero que entre 1978-1980, embora existam diferenças geográficas perceptíveis, houve um processo de formação dos grupos homossexuais em que o centro de discussão estava focalizado no Sudeste com o surgimento de *Lampião* e do grupo Somos. Este período se assemelharia aos anos de formação da FLH (1971-1973).

Após este período houve um momento de multiplicação das agendas políticas, de amadurecimento em torno dos projetos de futuro e debate em torno do que viria a ser a homossexualidade liberada (INSAUSTI, 2015). Neste tempo, o movimento brasileiro ganhou novos grupos tanto no Sudeste quanto em outras regiões do país. Este processo abriria, mais tarde, espaço para a transição de poder político do movimento

para o nordeste do país a partir de organizações como o Grupo Gay da Bahia, entre os anos 1983-1990. Neste período houve uma forte redução entre os grupos no sudeste do país e a chegada da epidemia de Aids.

Isto significa dizer que este movimento era amplo. Ao ascender enquanto movimento político e desafiar as normas do sistema sexo/gênero evidentes, estes grupos e boletins deram início à uma demanda de reelaboração em torno de suas identidades e direito de autonomia. A questão que se coloca no horizonte é quais formas de autodeterminação estavam presentes naquele contexto e quais foram as negociações que estes ativistas realizaram.

Identidades em deriva

O processo de ressignificação das identidades homossexuais masculinas é um dos elementos primordiais das bandeiras hasteadas por movimentos homossexuais em todo o globo. Deste modo, *Lampião da Esquina* e *Somos* podem ser compreendidos não só como espaços de disputa política em torno dos projetos de representação, como também de negociação das identidades que circundam os espaços de sociabilidade dos anos 1970-1980.

Assim como outras fontes impressas, tanto *Lampião* quanto *Somos* estão marcados por uma territorialização. Isto significa dizer que a sua emergência está associada à formação de uma imprensa homossexual que no Brasil que data dos anos 1960 com o surgimento dos boletins produzidos por grupos de amigos em forma de coluna social (PINTO, 2022). E na Argentina a partir da emergência dos volantes e boletins de *Nuestro Mundo*. Ainda que cada um destes possua objetivos estrategicamente dispares, estes periódicos têm como função política visibilizar a reescrita da sexualidade.

É importante ressaltar que o *Lampião da Esquina* era um jornal que se posicionava como autônomo em relação

ao Movimento Homossexual Brasileiro. Já defendi anteriormente que apesar de se posicionar desta forma, os seus editores demonstraram a partir das páginas do jornal suas posições políticas, assim como também se conectaram ao movimento em diferentes níveis entre 1978-1981 (PINTO, 2021). Em contraste com este contexto, o periódico *Somos*, publicado entre 1973-1976, não só estava ligado ao movimento como era um de seus principais mecanismos de difusão das ideias de libertação sexual da FLH.

A existência destes periódicos demonstra o quanto a imprensa torna-se um espaço de produção de narrativas que disputa um espaço no processo de se entender, criticar e produzir o gênero e a sexualidade. Isto significa dizer que o sistema sexo/gênero é imerso em um processo de escritura.

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (PRECIADO, 2014, p. 26).

Neste sentido, identificar-se como homossexual, entendido como *gay*, *marica*, *chongo* ou *bofe*, significa articular um embate entre dois movimentos.⁵ “De um lado, são aqueles processos que tentem a fixar e estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e desestabilizá-la” (SILVA, 2003, p. 51). É a partir deste processo dialético que

5 Utilizo tais formas de representação da homossexualidade porque estavam inseridas no contexto de produção e circulação destes boletins. As definições de cada uma destas identidades variam e estão relacionadas à posição sexual, espaço de atuação política e autoidentificação. Para uma explicação mais detalhada de cada uma destas identidades ver: Pinto, 2021; 2022; Insausti, 2015; Green, 2019.

entendo que as identidades coletivas presentes em *Lampião da Esquina* e *Somos* são, ao mesmo tempo, frutos da oficina teórica produzida por estes movimentos homossexuais e dos modelos representativos de homossexualidade possíveis de serem lidos naquele contexto histórico e experimentado pelos sujeitos que ali estão.

Vejamos então como este contorno pode se tornar visível a partir de *Sexo y Revolución*, manifesto político presente no primeiro número de *Somos*.

Uma vez, alguns de nós sonharam com um lugar.

Era um lugar aberto e espaçoso. Havia uma avenida chamada LIBERDADE.

Em vez de explorar umas às outras, as pessoas se amavam.

Ninguém agrediu ninguém, pois todos fizeram amor com quem quiseram.

Um olhava e toda sua volta havia sorrisos. Eles eram sorrisos reais. Cada um trabalhava no que gostava e então as coisas eram compartilhadas entre todos. Ninguém ficou com o que os outros produziram.

As crianças brincavam entre si sem serem proibidas de acariciarem umas às outras.

Em vez de se parecerem com adultos, os adultos se pareciam com crianças. E se acariciaram.

Todas as portas estavam abertas.

Quem sonhou com isso, ao acordar, correu para contar aos amigos. Todos se lembravam de ter sonhado com algo semelhante.

E os amigos de seus amigos também.

E todos os amigos do mundo.

Todas as pessoas sonham com um lugar assim.

Sem opressão

(SOMOS, 1973, n. 1, p. 1, tradução nossa)

Esta tal Avenida Liberdade viabiliza destacar dois pontos importantes. O primeiro deles está na compreensão de que a libertação sexual ou a revolução sexual é mote primeiro do movimento homossexual. O segunda é a compreensão de que há uma projeção de futuro em torno desta mesma revolução. Se, neste ponto, há uma negociação, é preciso então destacar que a crença na libertação sexual une e coloca em evidência os projetos políticos distintos presentes na Frente de Liberação Homossexual Argentina.

Neste sentido a pluralidade de vozes do periódico permitia que evidenciar projetos distintos (SIMONETTO, 2017). Seja a partir da militância radical ligada ao grupo *Nuestro Mundo* ou a tentativa de aliança política marcada pela existência do *Grupo Católico de Homosexuales*, havia um acordo em torno de uma transformação cultural em torno da compreensão sobre a homossexualidade e as identidades em seu contorno. Estes distintos grupos constituam então uma Frente a partir de uma forma federativa. Segundo Santiago Joaquin Insausti (2015), embora houvesse desacordo e incompatibilidade entre os pontos de partida, o que os unia era a luta contra a exploração e violência policial.

Esta proposta é também perceptível no contexto brasileiro com a publicação do editorial *Saindo do Gueto*.

Mas um jornal homossexual, para quê?

A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará empunhando uma bandeira exótica ou “compreensível”, cavando mais fundo as muralhas do gueto endossando – ao “assumir” – a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha e a que o convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento.

Nossa resposta, no entanto, é esta, é preciso dizer não ao gueto e em consequência, sair dele. O que nos interessa é, em consequência destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundando a qual ele é um ser que vive nas

sombras, que prefere a noite. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, n.0, 1978, p. 1)

Neste ponto é possível destacar que a perspectiva de combate é elemento de conexão. O jornal brasileiro surgia com a proposta “compreender o gueto, as construções históricas sobre a homossexualidade, além de estabelecer um processo de reconfiguração sobre a compreensão do desejo homo” (PINTO, 2021, p. 123). E ao remontar sua perspectiva de determinada imagem padrão, *Lampião* criava um espaço de projeções quanto à reconstrução desta mesma representação. Assim também, *Somos* remontava uma crítica às percepções de homossexualidade e apresentava projetos políticos de representação de distanciavam-se daqueles constituídos pelo saber médico-legal.

Até aqui, compreendemos que ambos os periódicos e seus respectivos movimentos históricos estão associados a um processo de reelaboração da representação em torno da homossexualidade masculina. Basta agora definir alguns de seus pontos fundamentais. O primeiro deles pode ser interpretado a partir da capa da *super-marica*:



Figura 2 - Capa da revista *Somos*, edição n. 1, 1973. Fonte: Acervo Pessoal.

Na caricatura é possível ver o que hoje considerariamos como uma personagem afeeminada. A *super-marica* “leva um sorriso despreocupado ao mesmo tempo que brinca nas pontas dos pés e levanta uma perna em passo de balé” (INSAUSTI, 2015, p. 330). Ao

erguer a sua espada, esta personificação da homossexualidade e do movimento homossexual representaria uma identidade marica revolucionária. Tal revolução pode ser associada à espada, que poderia demonstrar que agora as maricas estavam instrumentalizadas de um poder de contestação.

Esta representação contrastava com o desenvolvimento de uma negociação política a qual escolho nomear como respeitabilidade. Negociar o espaço de respeito e de inclusão – e necessariamente com estes termos – já havia sido uma estratégia adotada pelo movimento a partir da publicação do periódico antecessor ao *Somos*, o *Homosexuales*, produzido pelo grupo Nuestro Mundo.

“As ‘super-maricas’ resgatam, então, para si, os elementos pejorativos de suas identidades e através de um processo de positivação da ‘imoralidade’” (PINTO, 2021, p. 93). Reiteradas vezes *Somos* traz em suas páginas uma associação irônica à imoralidade, viabilizando uma crítica à moral vigente. Isto nos impele a dizer que a homossexualidade revolucionária era contestatória, uma compreensão que mais tarde seria compreendida nos estudos *gays* e lésbicos como um processo próprio da regulação em torno do sexo (RUBIN, 2017).

No caso brasileiro, este processo seria também contestatório, mas compreendendo outros contornos identitários

[...] o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais; que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem; que ele não é um eleito nem um maldito; e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade, como um dos muitos traços que um caráter pode ter, LAMPIÃO deixa bem claro que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente

em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos.
(LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, n. 0, p. 2)

Este trecho de *Saindo do Gueto* nos permite localizar uma diferença importante. Enquanto *Lampião da Esquina* utilizava-se de uma crítica direta às representações construídas em torno das homossexualidades, em *Somos* este processo era carregado de sátira e humor. Isso não quer dizer que nas páginas de *Lampião* o humor e a ironia não estivessem presentes, pelo contrário, o que percebo neste processo é que as formas de instrumentalização ganharam ênfases diferentes.

No Brasil, *Lampião* apresentou uma política de respeitabilidade que flertava, em grande medida, com compreensão de *Nuestro Mundo*. Já em *Somos*, a estratégia da ironia é compreendida como uma espinha dorsal da FLH. Isto nos permite dizer que ambos os periódicos experimentavam elementos de discurso político parecidos, mas a sua maior ou menor ênfase estava associada aos contextos nacionais. Enquanto os lampiônicos lutavam para que seu jornal fosse reconhecido dentro da própria mídia alternativa do período, os militantes de *Somos* investiam em uma perspectiva radical marcada pela super-marca a partir de desgastes produzidos pelas políticas de aliança particulares e pelo perigo eminente de perseguição produzida pelo Triple A e El Caudillo.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo adaptado, estabeleci o diálogo entre a deriva das identidades políticas produzidas no interior dos movimentos homossexuais no Brasil e Argentina. Com as ressalvas de que *Lampião da Esquina* não era propriamente um jornal atrelado à militância organizada e que *Somos* era uma plataforma de apresentação das ideias políticas da FLH, destaquei algumas diferenças fundamentais.

Em *Somos*, a adoção da super-marica significava a produção de uma identidade disruptiva capaz de criar significados ao mundo e desafiar os sistemas sexo/gênero vigente na Argentina. Tal identidade esteve associada a um contexto de euforia social marcado pela transição histórica do interregno democrático que separou a Argentina de duas experiências autoritárias e ditatoriais – o onganariato ou Revolução Argentina (1966-1973) e a Reorganização Nacional (1976-1983). A produção desta forma de expressar a homossexualidade esteve também relacionada às dinâmicas internas de amadurecimento da política de alianças iniciada em 1967 por *Nuestro Mundo* e consolidada, com devidas transformações, anos mais tarde pela Frente de Liberação Homossexual.

Já no Brasil, a necessidade de estabelecer um debate que reorganizava a interpretação homossexual vinha de um histórico próprio da imprensa *gay* iniciada nos anos 1960. Diferente dos jornais e boletins da década anterior, *Lampião da Esquina* era construído sob uma perspectiva diferente a partir de uma política de respeitabilidade. Ou seja, um processo de negociação política que conferia a homossexualidade em um lugar de respeito, associado ao caráter “humanizador” produzido nos discursos e nas práticas de seus Conselheiros.

As negociações foram realizadas em ambos os contextos. O amadurecimento da super-marica presente no primeiro número de *Somos* contrastava com o debate da homossexualidade produzido em *Homosexuales*, um periódico produzido anos antes (1967-1970) pelo grupo *Nuestro Mundo*. Sua prática radical e a utilização da ironia como instrumento político de desestabilização da política moral era efeito do amadurecimento deste ativismo anterior. Esse cenário se conecta com o contexto brasileiro na medida em que se entende também que a identidade homossexual defendida em *Lampião da Esquina* era marcada por uma ideia abstrata de potência humana, a qual vinculava um processo de supressão das linhas que dividem o mau ou o bom sexo (PINTO, 2021; 2022).

Embora as diferenças existam, ressaltam-se também os elementos de conexão. Nestes movimentos homossexuais havia uma compreensão da repressão e da necessidade de esvaziar a negatividade sexual em torno da homossexualidade. Embora seus instrumentos de luta fossem diferentes, estes jornais colocaram-se amplamente críticos às representações da homossexualidade, pleiteando um processo de transformação representativa, assim como também denunciaram em múltiplos sentidos a qualidade autoritária do contexto em que estavam inseridos.

A atualidade da pauta dos movimentos da década de 1970-1980 é evidente. Em um contexto de contradição em que os direitos LGBTQIA+ são cotidianamente ameaçados, a observação da atuação política destes movimentos pode fornecer análises mais assertivas sobre o contexto em que estamos inseridos. Menos como guia de ativismo e mais como processo de observação histórica sobre como as configurações do presente, são sobretudo efeitos de processos que escapam aos limites do nacionalismo metodológico.

Referências bibliográficas

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- INSAUSTI, Santiago Joaquín. *De maricas, travestis y gays: derivas identitarias en Buenos Aires (1966-1989)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade y gênero. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008.
- PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento *et al.* *Movimentos homossexuais e a constituição de identidades masculinas*

homonormativas nos trópicos: um estudo sobre o jornal Somos (1973-1976) e do jornal Lâmpião da Esquina (1978-1981). 2021.

PINTO, Rhanielly Pereira do Nascimento. Construindo uma política sexual: homossexualidades masculinas na Argentina (1973-1976) e no Brasil (1978-1981). *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 31, n. 1, p. 79-102, 2022.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto contrassexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RUBIN, Gayle. *Políticas do Sexo*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SIMONETTO, Patricio. *Entre la injuria y la revolución: el Frente de Liberación Homosexual. Argentina, 1967-1976*. Unidad de Publicaciones para la Comunicación Social de la Ciencia, Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

Fontes

Lâmpião da Esquina. Saindo do Gueto, Rio de Janeiro, n. 0, 1978.

Somos. Somos, Buenos Aires, n. 1, 1973.

Trajetórias de mulheres pretas nas universidades: escrituras e resistências

TALITA MICHELLE DE SOUZA¹

O artigo é fruto de uma parte da tese de Doutorado que tem por objetivo analisar o ingresso e a permanência de mulheres pretas no curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal de Goiás e como as mesmas dão continuidade aos programas de Pós Graduação *Lato e Stricto Sensu* entre os anos de 2000 e 2024. A Universidade como um espaço democrático e privilegiado de saberes continua sendo desautorizado para as mulheres pretas que transitam além da interseccionalidade de classe, gênero, raça e etarismo. Situada nos Feminismos Negros, compactuamos com a ideia de sair da margem da História para o centro, trazendo inquietações e reflexões sobre o racismo acadêmico e institucional que ainda vigora nas Universidades do Brasil.

Ser e experimentar o feminismo negro

Ser e experimentar o Feminismo Negro² pode ser visto sob diversas óticas e nesse caso utilizamos as Epistemologias Pretas, suas trajetórias, permanências e resistências.

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: talitamichelle381@gmail.com.

2 A partir da insurgência dos Feminismos Negros nós mulheres pretas não desejamos ser mais objeto de estudo, e sim sujeitas da pesquisa. Desta forma, podemos afirmar que a partir da negação de mulheres pretas na Universidade de forma tão díspar é uma consequência de dois fatores: racismo e sexismo na sociedade brasileira, ambos atuam com força na exclusão social de forma muito latente.

Conceitualmente utilizamos a escrita de Conceição Evaristo e em específico a *Escrevivência*³ que é amplamente utilizada em suas obras no qual escreve em homenagem a avó Rita, aos bêbados, mulheres, às putas, aos malandros e as crianças. Descolonizando a escrita como um processo de experiências e articulando com as teorias entendemos que:

Escrever história(s) é um processo de escuta, experimentação e de racionalização. Misturam-se experiências minhas e de outras/os que narram suas vidas, seus sonhos, suas dores e que se decompõem em minhas mãos em palavras escritas. Transformar estas vivências em texto dentro das normas e métodos estabelecidos pelos cânones acadêmicos é um desafio e requer algumas viragens e transposições. (MACHADO, 2021 p. 22)

Partindo da perspectiva de mulheres pretas no centro da discussão, a filósofa Djamilia Ribeiro, na obra *Lugar de Fala*, como uma voz potente e empretecida abre novos caminhos para as outras feministas brancas e não brancas e nos permite confrontar as narrativas hegemônicas que podem ser analisadas à luz das escrevivências.

Por mais de uma década recusei a falar ou escrever sobre a minha própria trajetória, porque não queria abrir nenhuma ferida, e não via essas experiências “*como uma história digna a ser contada*”. Teorizar a vivência de ser a única mulher preta no Mestrado e Doutorado na Universidade Federal de Goiás é um caminho espinhoso por tratar de atravessamentos

3 Esse conceito é entendido como a junção da palavra escrever+ vivência, ou seja, colocar na escrita o ato de narrar as suas próprias vivências; e segundo Conceição Evaristo a nossa escrevivência estilhaça o silêncio e não serve para adormecer os da casa grande, e sim acordá-los de seus sonhos injustos.

específicos experimentados também por outras acadêmicas pretas.⁴

As trajetórias das mulheres pretas seguem diferentes trajetos e angústias surgem ao não encontrar os seus pares dentro da Universidade, e partir disso, ao olhar para a sala repleta de corpos não pretos podem surgir muitas indagações, como a falta de representatividade geral um adoecimento mental.

Nas tramas históricas repleta de personagens masculinos, consideramos essencial empretecer a Universidade, as escritas, bibliografias e por isso encontramos em Djamila Ribeiro um caminho possível a ser trilhado. Conhecida pelo seu vasto conhecimento na filosofia e por sua intelectualidade, a sua atuação nos Feminismos Plurais contribui categoricamente sobre ações políticas e culturais das mulheres pretas, indígenas, homens negros, que trazem em comum a insurgência desses grupos subalternizados e sua luta por ser reconhecida como sujeita em uma sociedade que insiste em negar a nossa existência. A respeito do *lugar de fala*, compreende que o falar não restringe em apenas verbalizar palavras, mas de poder existir. Na perspectiva de Djamila Ribeiro:

Antes de chegarmos ao que se entende sobre o conceito de *lugar de fala* propriamente dito, é importante falarmos dos percursos intelectual e de luta de mulheres negras durante a história. A escolha por Sojourner Truth não é aleatória, ao

4 O tipo que escrita adotado no artigo e na tese tem sido amplamente utilizada dentro da academia e permeia a escrevivência. Nesse momento faço referência a Dona Rosa, minha mãe, que ao receber a dissertação de Mesurado: *A História de Mulheres escritoras em Goiás- Atravessando trajetórias e produções literárias* não conseguiu compreender uma linguagem tão erudita e acadêmica e com um sorriso triste disse que era bonito, mas não era inteligível ao seu mundo de empregada doméstica. Por isso, adoto uma forma de escrita simples e didática, sem comprometer a qualidade do texto e busco ser o mais acessível possível e não ficar empoeirada numa prateleira de livros.

contrário, serve para nos mostrar que, desde muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos. (RIBEIRO, 2019, p. 13)

Segundo Djamila Ribeiro, a origem da expressão “*lugar de fala*” é imprecisa. Acredita-se que tenha sido criada a partir da teoria racial crítica e de algumas autoras negras, que começam a discutir a questão não somente negra, mas latina e indiana. Pensando nessa ótica *de lugar de fala* dialogo também com Spivack,⁵ levantando a questão de quem pode falar em uma sociedade patriarcal, racista, misógina e sexista em que o discurso legitimado é a fala do homem branco e heterossexual, e como as outras vozes são consideradas “o outro”, que é aquele/a que não é a norma e como esse regime de autorização discursiva impede que esses outros/as façam parte desse regime e possam falar e emitir voz:

Esse debate de se perceber as várias possibilidades de ser mulher, ou seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções, como raça, orientação sexual, identidade de gênero, foi atribuído mais fortemente à terceira onda do feminismo, sendo Judith Butler um dos grandes nomes. Entretanto, o que percebemos com o discurso de Truth e com as histórias de resistências e produções de mulheres negras desde antes o período escravocrata e, consequentemente, com a produção e atuação de feministas negras é que esse debate já vinha sendo feito; o problema, então, seria a sua falta de visibilidade. (Idem, p 20-21).

5 Spivack (1995) coloca a questão: “Pode a subalterna falar?” À qual rapidamente responde: Não! Segundo a sua teoria é impossível para a subalterna falar ou recuperar a sua voz e mesmo que insistisse muito a sua voz não seria compreendida pelos que estão no poder. A subalterna sempre estará confinada na posição de marginalidade e silêncio que o pós colonialismo prescreve.

Nesse contexto, Djamila Ribeiro amplia a subjetividade da palavra *voz*, que em seu entendimento tem o sentido de existência mais amplo, ou seja, de discutir o poder de fato e a quem ele pertence. Vale destacar que ao nos referirmos ao lugar de fala estamos falando de um lugar social, de localização de poder dentro da estrutura e não da vivência. Por isso discutimos como o grupo social preto compartilha experiências em comum e como estas são atravessadas pela matriz de dominação que impede que esses grupos, mais especificamente das mulheres pretas, existam na esfera de dominação que é branca, e como esse grupo privilegiado pode refletir a respeito dos seus próprios espaços, ou seja, pensar a questão racial a partir da branquitude – na perspectiva de Grada Kilomba (2016) o racismo é uma problemática branca.

Diante da problemática racial que acomete ainda mais as mulheres pretas, convido as leitoras e os leitores a analisarem o discurso de Isabella Baumfree, que adotou o nome de Sojourner Truth (1797-1883),⁶ que no século XIX questionava o conceito de mulher, uma vez que não se via dentro dos cuidados oferecidos para a mulher branca. Esse discurso, de certa forma, trouxe um dilema para a hegemonia do feminismo, que não conseguiu abarcar todas as mulheres em suas reivindicações

Sendo a única mulher preta a potencializar, naquele espaço e tempo, os sentimentos em relação ao tratamento diferenciado dado a mulheres brancas e pretas, atentemos ao seu discurso:

Muito bem, crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de

6 Uma das referências ao entendimento das opressões que vivem as mulheres pretas. Utilizou a palavra que nunca foi dada dentro das esferas do público (uma vez que era preta e liberta) e, rompendo com o esperado, participou da Primeira Convenção Nacional Pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, em 1851.

negros (negrões) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher[...] Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer. (*apud* EVARISTO, 2007, p. 21)

Diante da fala impactante de Sojourner Truth, entende-se a necessidade de enegrecer a história, protagonizando experiências de mulheres pretas no campo da ciência e suas trajetórias. Ao indagar sobre o ingresso e permanência de mulheres pretas nas Universidades do Brasil, a seleção dos textos, palestras e conferências, em que raramente as acadêmicas pretas são convidadas como participantes especiais, ficando nas margens desse espaço, constamos um total apagamento sobre a produção de mulheres pretas no Brasil e em Goiás.

Giovana Xavier, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro e organizadora do grupo de estudos e catálogo *Intelectuais Negras Visíveis*, reivindica a prática feminista como sendo preta. Em seu artigo denominado *Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta* ela afirma:

Nesse diálogo, que também se refere a protagonismo, capacidade de escuta e lugar de fala, façamo-nos as perguntas:

Que histórias não são contadas? Quem, no Brasil e no mundo, são as pioneiras na autoria de projetos e na condução de experiências em nome da igualdade e da liberdade? De quem é a voz que foi reprimida para que a história única do feminismo virasse verdade? Na partilha desigual do nome e de como os direitos autorais ficam com as *Mulheres negras*, as grandes pioneiras na autoria de práticas feministas, desde antes da travessia do Atlântico. Como herdeiras desse patrimônio ancestral, temos em mãos o compromisso de conferir visibilidade às histórias de glória e criatividade que carregamos. Esse *turning point* nas nossas narrativas relaciona-se com a principal pauta do feminismo negro: o ato de restituir humanidades negadas.

Não me esquivo do meu lugar de fala e da importância da representatividade em lugares de privilégios, e partindo de Patricia Hill Collins, me situo dentro do Feminismo Negro. Entrelaçada nessa trama construída em cada narrativa que leio e ouço por intelectuais pretas me transmuto de um contexto urbano e acadêmico em que me localizo como preta, acadêmica, doutoranda, mãe, entre inúmeros outros marcadores para ser a “ponte” das entrevistadas.

Sinalizo também que de acordo com Grada Kilomba, é importante termos cautela ao pensar no protagonismo “universal” dos homens, mudando a pergunta para: qual é o tipo/perfil de homens de que estamos falando?

É muito importante perceber que homens negros são vítimas do racismo e, inclusive, estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social. Trazer à tona essas identidades passa a ser uma questão prioritária. Em sua análise, ao não universalizar nem a categoria mulher e nem a homem, Kilomba cumpre esse papel. Reconhecer o status de mulheres brancas e homens negros como oscilante nos possibilita enxergar as especificidades desses grupos e romper com a

invisibilidade da realidade das mulheres negras. (RIBEIRO, 2019, p. 39)

Lélia Gonzalez também refletiu sobre a ausência de mulheres pretas e indígenas no feminismo hegemônico e criticou essa insistência das intelectuais e ativistas em somente reproduzirem um feminismo europeu, sem dar a devida importância à realidade dessas mulheres em países colonizados. Lélia Gonzalez reconhecia a importância do feminismo como teoria e prática no combate às desigualdades, no enfrentamento ao capitalismo patriarcal e desenvolvendo novas formas de ser mulher. Entretanto, González afirmava que somente basear as análises no capitalismo patriarcal não dava conta de responder às situações de mulheres pretas e indígenas da América Latina, pois, para a autora, faltava incluir outro tipo de discriminação tão grave quanto as outras citadas: a opressão de caráter racial.

A filósofa Sueli Carneiro⁷, fundadora do grupo Geledés (Instituto da Mulher Negra), no texto *Mulheres em Movimento*, reflete a respeito do significado de enegrecer histórias e pensamentos na ótica do/da negro/a. De acordo com o seu parecer:

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu,

7 No que tange aos resquícios da escravidão, a relação entre gênero e raça causou inquietações à pesquisadora Sueli Carneiro, que concebe a subalternização do gênero segundo a raça e também elaborou o conceito de enegrecimento.

simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Ouso enegrecer a História em cada linha que escrevo e a partir reflexões e experiências históricas, construindo um caminho para colocar em evidência a escrita produzida por mulheres pretas, uma vez que, a História que foi contada carrega uma visão heterormativa. A produção intelectual a respeito de raça, gênero, classe e silenciamentos históricos tem sido reportada pelas vozes de ativistas pretas que desafiam a norma do pensamento branco e europeu, colocando em perspectiva o racismo institucionalizado e acadêmico.

Concordo com Sueli Carneiro, que em uma de suas entrevistas usa a expressão *saberes sepultados*, que foram cometidos ao longo de toda História, por isso as meninas pretas crescem em um espaço de silêncio, não são as protagonistas em festas ou apresentações, não participam dos jogos, e vivem de certa forma esquecidas na cadeira, e essas violências simbólicas são repetidas em suas trajetórias, afastando-as de conhecer outros horizontes de possibilidades em assumir cargos como juízas, desembargadoras, médicas, advogadas, atrizes, cantoras, roteiristas, entre outras funções legitimadas e reconhecidas com destaque social.⁸

Assim, convido para a reflexão a Mestra Érika Costa Silva, com a sua dissertação: *Trajetória profissional de*

8 Se pouco lemos intelectuais pretas, é visível que existe descontinuidade sequencial aos estudos. Essa invisibilidade inicia-se na Educação Infantil, em que raramente as crianças pretas são vistas como destaque, basta observar quais crianças estão na primeira fila nas apresentações escolares, quadrilhas, ajudantes do dia, e como os corpos pretos são lidos como destituídos de beleza.

mulheres negras docentes na Universidade de Brasília (UnB): estratégias e resistências. A partir da entrevista com docentes negras Érika Costa revela dados de desigualdade e como a própria Universidade deslegitima ou não reconhece a docente preta, pois apesar de toda sua trajetória e títulos não é vista como uma intelectual competente entre o corpo docente e nem mesmo entre as/os discentes:

A desigualdade de gênero e raça na carreira docente em instituições públicas de Ensino Superior é uma realidade. Na Universidade de Brasília as mulheres negras representam cerca de (7%) do quadro docente total. A participação das mulheres negras na docência da instituição apresenta primeiramente nas áreas de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. As áreas como das Ciências Exatas e Engenharias constituem lugares que a presença das mulheres é muito ínfima, sobretudo para as mulheres negras. (SILVA, 2019, p. 7)

Um dos fatos que vêm contribuindo para o acesso de estudantes pretos/as consiste nas cotas raciais, visto que apresenta uma “luz no fim do túnel” e abre uma possibilidade para que de fato a Universidade seja marcada pela diversidade:

Dezesseis anos após a aprovação das cotas na instituição o corpo discente da UnB alterou, de acordo com o levantamento produzido pelos decanatos de Ensino de Graduação (DEG) e de Planejamento, Orçamento e Avaliação Institucional (DPO), dos recém matriculados no ano de 2017, cerca de (33,53%) se autodeclararam pretos e pardos. (VELOSO, 2019)

A partir das análises dos dados acima entendemos uma pequena mudança estrutural no que se refere ao ingresso de discentes pretas/os na Universidades, entretanto o mesmo não

pode ser observado em relação ao quadro docente da instituição, que ainda apresenta disparidades na participação das mulheres pretas.⁹

Mais uma vez me coloco nessa escrita utilizando a minha trajetória de mulher preta na Universidade Estadual de Goiás e posteriormente na Universidade Federal de Goiás, uma vez que ao adentrar no espaço da Universidade, que era um sonho impossível, durante toda a minha graduação em Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual de Goiás, realidade também que vivenciei na Universidade Federal de Goiás, pois tanto no *lato sensu* e *stricto sensu* não via (e ainda não vejo) os meus semelhantes.

Isso é muito importante, porque explica o meu percurso metodológico e crítico de escrevivência que ser e existir na academia enquanto mulher preta com trajetórias diferentes das mulheres não pretas, que apesar de terem muitas dificuldades no reconhecimento de sua produção e se enxergarem como intelectuais, nossos caminhos foram separados pela minha cor:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos

9 Atualmente docentes autodeclarados brancas/os correspondem a 60%, negras/os (pretas/os e pardas/os) a 16,8%, amarelas/os a 2,0% e indígenas a 0,39%. Os dados observados a partir da categoria sexo e cor/raça indicam que as docentes do sexo feminino negras (pretas e pardas) representam 7% do total geral.

dinâmicos ou ativos de desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

O racismo estrutural ainda deixa suas marcas nos corpos das mulheres pretas que dificilmente são lidas e referenciadas nas bibliografias obrigatórias e complementares, não apenas na grade curricular de História, mas em grande dos cursos nas Universidades do Brasil, é isso que Crenshaw e Carla Akotirene retratam em grande parte de suas falas: Interseccionalidade que é muito perceptível as mulheres pretas que dificilmente ocupam cargos de poder.¹⁰

Com a finalidade de continuar os argumentos apresentados no artigo, apresento- as palavras de Jocélio Teles dos Santos, na introdução do livro *O negro na universidade*, onde levanta a seguinte problematização: Qual é o lugar do negro nas universidades públicas, principalmente as consideradas de tradição e prestígio na sociedade brasileira? (SANTOS, 2002).

Segundo Nilma Gomes (2002), as crianças negras ou pardas começam a sentir na pele as práticas racistas e discriminatórias ainda muito cedo. E para tal, acredita-se que estes estereótipos depreciativos envolvendo a aparência refletem na autoestima e se estendem ao longo da vida.

A partir dos conceitos e metodologias que são fundamentais para qualquer trabalho, aproprio-me do conceito de dororidade¹¹ e em Vilma Piedade, que afirma: “A sororidade une, imana, mas não basta”. Compreendo que a dororidade

10 Segundo Djamilia Ribeiro naturalizamos a ideia de ver a mulher preta limpando o chão e a mulher branca desempenhando outros tipos de função que são mais aceitas na sociedade

11 Significa a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. Destaco que quando se trata de nós, mulheres pretas, têm um agravo nessa dor, agravo provocado pelo racismo. racismo que vem da criação branca para manutenção de poder... E o machismo é racista. Aí entra a raça. E entra gênero. Entra classe. Sai a sororidade e entra a dororidade (PIEIDADE, 2019, p. 46).

quer falar das sombras que só as mulheres pretas reconhecem: da ausência histórica e da invisibilidade.

O racismo acadêmico presente na Universidade Federal de Goiás

A historiadora Bebel Nepomuceno, na obra *Nova história das mulheres no Brasil*, mais especificamente no artigo “Mulheres negras: protagonismo ignorado”, destaca a importância de refletir a questão da mulher preta em outras perspectivas: economia, sociedade, trabalho, lazer e educação. Ela afirma:

Entretanto, tal trajetória não se aplica do mesmo modo a todas. Mulheres de grupos sociais distintos viveram-na de maneiras e ritmos variados. Partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam juntas nem no mesmo passo, com determinadas situações de nítidos privilégios para umas e exclusões para outras. (NEPOMUCENO, 1994, p. 382-383)

Seu texto reforça as hipóteses pensadas para este artigo. Entende-se que o curso da História possibilita uma criticidade que é problematizada a partir de discussões teóricas e metodológicas e, se pouco se leem trabalhos de estudantes pretos/as significa que o ingresso e permanência desses/as estudantes ainda não é o suficiente para tal. Nesse sentido, apesar da ampla discussão em diferentes campos do saber, o espaço acadêmico não engloba grupos que foram e continuam sendo marginalizados ou exercendo funções que exigem apenas uma formação básica e por isso estudantes de baixa renda relatam suas dificuldades de adentrar, permanecer e continuar na vida acadêmica.

A ascensão social pela Educação é sempre uma boa aposta. Porém, desde muito cedo a população negra, e a

mulher preta em particular, teve maiores dificuldades em integrar o quadro educacional e os reflexos disso podem ser sentidos ainda nos dias atuais. Ao se pensar nas experiências no âmbito acadêmico e nas referências de erudição é fato que esse espaço é ocupado majoritariamente por homens brancos. Neste sentido, a pesquisadora bell hooks aponta algumas experiências conflitantes em sua carreira acadêmica, no qual suas alunas tinham muita dificuldade em citar nomes de intelectuais negras.

Diante das trajetórias de hooks (1995),¹² fica evidente a falta de leituras e discussões na própria universidade que potencializem outras narrativas, que apresentem outras experiências protagonizadas pelas mulheres – que passam pelo triplo processo de exclusão: racismo, sexismo e silenciamento. Muitas são silenciadas nesse espaço que deveria marcado pela pluralidade, mas que nem sempre acolhe essas mulheres, as quais, por vezes, acabam desistindo dos cursos. A partir da revisão bibliográfica sobre o tema, encontraram-se muitos relatos de professoras que afirmam categoricamente sentir falta de encontrar seus pares na academia; que esse espaço é marcado pela solidão e que, a todo momento, sua intelectualidade é colocada à prova.

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade. [...] E o conceito ocidental sexista/racista de quem é e o que é um intelectual que

12 Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks.

elimina a possibilidade de nos lembrarmos de negras como representativas de uma vocação intelectual. Na verdade dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar as mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva. (HOOKS, 1995, p. 468)

Apesar das distâncias geográficas, trajetórias acadêmicas e escolhas teóricas a minha experiência na Universidade Federal de Goiás se encontra nesse processo de dor e amordanças no qual ao dizer que sou doutoranda, os corpos brancos se surpreendem ou minimizam a minha intelectualidade. Muitas intelectuais pretas como, bell hooks, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Giovana Xavier, já tivemos um sentimento de inexistência em alguns espaços chamados de democráticos, e para problematizar a prática de discentes pretas na Universidade Federal de Goiás é necessário colocar em questão as humanidades negadas e segundo as minhas antecessoras Djamila Ribeiro e Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Cidinha Bento, os Feminismos Negros, para quem as dororidades estilham o silêncio, rompem os saberes hegemônicos e nos permitem falar pelos orifícios da máscara.

Considerações finais

Apesar das mudanças que têm ocorrido na Universidade Federal, é inexistente a presença de mulheres autodeclaradas pretas como docentes e aos poucos (reforço, bem lentamente) as acadêmicas pretas têm ocupado e resistindo nesse espaço com o uso das cotas raciais.

Ao optar a encruzilhada teórica que envolve a escrevivência, reforço que esta escolha não é feita de forma neutra ou imparcial, uma vez, que volto aos becos da minha memória e dialogo diariamente com a literatura de Conceição Evaristo, em específico na obra *Becos da Memória*:

Escrever *Becos* foi perseguir uma escrevivência. Por isso também busco a primeira narração, a que veio antes da escrita. Busco a voz, a fala de quem conta, para misturar à minha. Assim nasceu a narrativa de *Becos da Memória*. (EVARISTO, 2017, p. 11)

Amparamos pela escrevivência para a seguinte inquietação: Quantos/as docentes e discentes pretos/as fazem parte do corpo acadêmico das universidades públicas a particulares? Entende-se que esta mesma questão pode ser feita pensando no ingresso e permanência de estudantes na universidade no curso de Licenciatura Plena em História. A historiadora Bebel Nepomuceno, na obra *Nova história das mulheres no Brasil*, mais especificamente no artigo "Mulheres negras: protagonismo ignorado", destaca a importância de refletir a questão da mulher preta em outras perspectivas: economia, sociedade, trabalho, lazer e educação. Ela afirma:

Entretanto, tal trajetória não se aplica do mesmo modo a todas. Mulheres de grupos sociais distintos viveram-na de maneiras e ritmos variados. Partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, não caminharam

juntas nem no mesmo passo, com determinadas situações de nítidos privilégios para umas e exclusões para outras. (NEPOMUCENO, 1994, p. 382-383)

Entende-se que o curso da História possibilita uma criticidade que é problematizada a partir de discussões teóricas e metodológicas e, se pouco se lemos trabalhos de estudantes pretos/as significa que o ingresso e permanência desses/dessas estudantes ainda não é o suficiente para tal. Nesse sentido, apesar da ampla discussão em diferentes campos do saber, o espaço acadêmico não engloba grupos que foram e continuam sendo marginalizados ou exercendo funções que exigem apenas uma formação básica.

Finalizo a minha escrita afirmando que nossos passos vêm de muito longe e reverencio as que vieram antes e as que virão depois de mim.

Referências bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019 (Col. Feminismos Plurais).
- BAIROS, Luiza. Nossos femininos revisitados. *Revista Estudos Feministas*. v. 3 n. 2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995
- CARNEIRO Sueli Aparecida. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. FEUSP, 2005. (Tese de doutorado)
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: Raça e Gênero*. Brasília: Unifem, 2004
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017
- GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela lei 10.639*. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

- GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural. *Revista brasileira de educação*. Set/Out/Nov/Dez, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>
- GONZÁLEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*.
- LIMA, Aline Cardoso. *A voz que quer ser ouvida e precisa ser escrita: memórias afetivas de mulheres negras "sozinhas" moradoras da cidade de São Francisco-MG (1979-2010)* - Dissertação de Mestrado.
- MATOS, M. I. S. Por uma história das sensibilidades. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001. Editora da UFPR.
- SOUZA, S. Neuza. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, vol. 24 (1), p. 77-98. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo?* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- _____. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.
- _____. Conceição Evaristo: "Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio". *Carta Capital*, 13 maio 2017. Disponível em: . Acesso em: 30 de Junho de 2024.
- XAVIER, Giovana. Feminismo: direitos autorais de uma prática linda e preta. *Folha de S.Paulo*, 19 jul. 2017. Disponível em: . Acesso em: 30 de Junho de 2024

Educação e gênero em goiás: discursividades em perspectiva

SUELLEN PEIXOTO DE REZENDE¹

Reunido das pesquisas realizadas na última década, pela Universidade Federal de Goiás, no campo da Educação, este escrito compõe uma síntese da problematização da violência de gênero em Goiás, imbricada tanto na formação das políticas públicas educacionais, quanto na legitimação curricular androcêntrica, permeada nos livros didáticos de história. Historicizar os baluartes da educação possibilitou-me perceber as nuances assimétricas concernentes às relações de gênero, sobretudo, mulheres mães.

Sob a lente de pesquisadora do GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais² e do Grupo de Estudos e Pesquisa em

1 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Graduação em História e Pedagogia. E-mail: suellen_hst@hotmail.com.

2 O GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais, vinculado à Universidade Federal de Goiás, surgiu como desenvolvimento de ações na luta pela visibilidade das Maternidades Plurais no ambiente acadêmico para agregar à luta pela qualificação acadêmica das mulheres mães no Brasil. No cerne das lutas e pesquisas do grupo, destacam-se a qualificação acadêmica como um caminho importante e fundamental para o empoderamento econômico/social/cultural das mulheres para criar condições de direitos iguais de promoção aos saberes, tensionam as recentes produções feministas ao diálogo com as relações de maternidade e etarismo, distantes do cerne de debates dos feminismos. No escopo das discussões sobre maternagem, partem da premissa de que as universidades não acompanharam as mudanças históricas da nossa sociedade, mantendo em sua estrutura políticas pouco favoráveis para a equidade social, reproduzindo desigualdades sistêmicas, reverberando na desistência de graduandas e pós-graduandas mães da ambiência acadêmica, por falta de visibilidade e equidade. O grupo de mulheres e mães oferece parcerias na produção acadêmica,

Gênero da Universidade Federal de Goiás, foi possível desenvolver pesquisas que desvelam as diversas facetas da violência de gênero em Goiás. Na dissertação de mestrado, intitulada *Mulheres nos livros didáticos de história: mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aula goianas entre 2008-2013* (REZENDE, 2018), a inquietação responsável pelo desenvolvimento da pesquisa surgiu da práxis docente, na percepção da ausência das mulheres ou insatisfatória e insignificante relevância das mulheres como sujeitos históricos nos livros didáticos de história, no Ensino Fundamental II fase.

Ademais, a inexpressividade das mulheres nos livros didáticos de história reverbera a ausência de políticas públicas equitativas, marcas de violência simbólica arraigada historicamente (BOURDIEU, 1989). Como pesquisadora em exercício no doutoramento, as incipientes pesquisas dos Planos de Educação em caráter estadual de Goiás e municipal de Goiânia ecoam os silenciamentos das relações de gênero, não só percebidas nos livros didáticos de história, mas na construção das políticas públicas educacionais de Goiás.

Claudia Pereira Vianna, uma referência em gênero e políticas públicas, em sua obra *Disputas de gênero nos Planos Estaduais de Educação* (2021), alerta-nos acerca da supressão das relações de gênero no documento normativo Plano Estadual de Educação de Goiás. De acordo com a autora:

Apesar das inúmeras tentativas de docentes e estudantes favoráveis à inclusão das questões de gênero e diversidade sexual nas escolas, os estados de Goiás, Pernambuco e São Paulo suprimiram toda e qualquer discussão relativa ao tema. Mencionam apenas a importância de se

rede de apoio e escuta, lives sobre o tema, pesquisas e mapa áudio sobre a temática. Lançou em 2020 o livro com PDF gratuito *Maternidades Plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia*. Publicado pela Editora Bindi com o selo Bindi Acadêmico. Disponível em: <https://www.editorabindi.com.br/>

desenvolverem nas escolas ações que suscitem uma cultura de paz, com segurança e respeito aos direitos humanos, mas não incorporam a palavra gênero ou qualquer expressão que possa ser a ela relacionada – mulher, homem, orientação sexual, sexualidade. Os textos seguem formas de menção genérica ao enfrentamento à discriminação e à violência, tal qual o PNE e referem-se ao combate de qualquer forma de discriminação, à prevenção da violência ou o bullying, entre outros termos com a mesma conotação genérica. (VIANNA, 2021, p. 3)

Faremos uma correlação das pesquisas efetuadas para problematizarmos as perspectivas e os desafios das políticas públicas na construção de uma educação equitativa, que contemple as relações de gênero como ferramenta de resistência e re(existência), quebrando paradigmas de poder androcêntrico.³ Conforme Bourdieu (1998, p. 46):

[...] longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produtos de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes

3 Conforme Bourdieu, o simbolismo da legitimação de poder masculina rege uma engrenagem de violências consideradas por ele uma definição de violência imperceptível, naturalizada (BOURDIEU, 2020, p. 63). “[...] a aquisição do capital simbólico e do capital social constitui, de certo modo, a única forma possível de acumulação, as mulheres são valores que é preciso conservar ao abrigo da ofensa e da suspeita valores que, investidos nas trocas, podem produzir alianças, isto é, capital social, capital simbólico” (Idem, p. 80). De acordo com o autor, a ordem do mundo, tal como se apresenta, com todos os seus significados já internalizados e que fomentam a realização de julgamentos relativos a certo e errado, maldade e bondade, loucura e sanidade, permeiam a relação de dominação que permanece sendo confirmada. A dominação masculina, embasada na sociedade androcêntrica, repete comportamentos que oprimem as mulheres de forma tão corriqueira, que mesmo diante de situações intoleráveis, a vítima não percebe que é alvo (Idem, p. 12).

específicos [...] e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado.

Mormente, é preciso considerar as relações de poder engendradas na participação das mulheres em anexos e adendos dos livros didáticos de história. Hannah Arendt, em *A crise na educação*, salienta que a educação, como uma ação humana, é uma construção institucional, veiculada a relações de poderes políticos e sociais, ligando-se à conformidade coercitiva (ARENDR, 2005). A crise educacional reverbera um distanciamento entre a teoria acadêmica e a prática docente, ao considerarmos que todos os avanços das lutas feministas, historicamente construídas, não contemplam de forma equitativa a todas as pessoas.

Logo, outro paralelo importante nesse sentido é o distanciamento das políticas públicas do previsto nos direitos humanos. A consonância entre gênero e direitos humanos compõe um importante movimento político e social pela igualdade, debatida por Arendt como renovação de um mundo comum. De acordo com PIOVESAN (1997, p. 141):

A necessidade de uma ação internacional mais eficaz para a proteção dos direitos impulsionou o processo de internacionalização desses direitos, culminando na criação da sistemática normativa de proteção internacional, que faz possível a responsabilização do Estado no domínio internacional, quando as instituições nacionais se mostram falhas ou omissas na tarefa de proteção dos direitos humanos.

Ao considerarmos a problematização de Piovesan, refletimos sobre as molduras conceituais reproduzidas nas narrativas do livro didático, corroborando para consolidação de desigualdades, e a necessidade urgente de se pensar Gênero como categoria analítica, sobretudo na educação. O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas

inspirou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), em 2006, em que entre principais questões elencadas, está a criação das ações afirmativas de combate à discriminação e às desigualdades, sejam elas raciais, de gênero ou étnicas.

De acordo com a pesquisa de Mestrado relacionada à análise dos livros didáticos,⁴ através da observação das fontes documentais, nos discursos narrativos, as mulheres estão representadas nos livros didáticos de história com profundos silenciamentos, explicitando como as relações e os poderes inerentes ao discurso narrativo e iconográfico dos livros didáticos ecoam em Goiás. De acordo com os dados analisados:

nenhum dos gráficos de mulheres tanto identificadas, quanto não identificadas, chegaram ao percentual de 50%, constatando o anonimato da maioria das mulheres. Alarmantemente mais grave, o gráfico 5 aponta o aniquilamento das mulheres. Nos conteúdos programáticos: *Primeira Guerra Mundial*, *Entreguerras*, *Guerra Fria* e *Descolonização*, as mulheres eram completamente

4 O estudo descritivo-exploratório com abordagem metodológica quantitativa e qualitativa da dissertação de Mestrado defendida em 2018, *Mulheres nos livros didáticos de história: mudanças e permanências do discurso androcêntrico em salas de aula goianas entre 2008-2013* (REZENDE, 2018), fez um delineamento transversal de amostragem. A pesquisa analisou os livros didáticos dos colégios de caráter experimental: Colégio da Polícia Militar Hugo de Carvalho Ramos e Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, em Goiânia, no período de 2003-2008. Os dados obtidos neste estudo são resultados da análise iconográfica de quatro livros didáticos, dois do CPMGO e CEPAE. Os dois livros adotados pelo Colégio da Polícia Militar Hugo de Carvalho Ramos são: *História: Sociedade & Cidadania* (2008- 2010), de Alfredo Boulos Júnior, e o segundo, *História das cavernas ao terceiro milênio* (2011-2013), de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota. Os dois livros analisados CEPAE (Centro de Pesquisa Aplicada à Educação) são: *Novo História: conceitos e procedimentos*, dos autores Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, entre (2008- 2010) e *História em Documento: Imagem e Texto* de Joelza Ester Domingues, entre (2011- 2013).

inexistentes com o percentual de 0%. Com esses dados, pontuamos que estamos longe de termos uma narrativa que contemple a equivalência das mulheres e homens, dados esses que se externam às iconografias e narrativas textuais. Ao não considerar nenhuma participação das mulheres nos livros didáticos, com o percentual de 0%, denunciamos uma violência inata consubstancial contra as mulheres na construção historiográfica didática e propomos uma construção histórica das mulheres no recorte temporal nas guerras do século XX. (REZENDE, 2018, p. 152)

Ao deparar-nos com a supressão das relações de gênero, tanto nos livros didáticos, como nos Planos de Educação de Goiás, problematizaremos a invisibilidade de gênero na experiência como violência institucional, de forma primária nas relações de poder. As diferenças entre os “sexos” constituem as normativas documentais oficiais, as narrativas didáticas e a construção do projeto de educação do Brasil, conjuntura que reverbera a negação de gênero do Estado.

Por conseguinte, além da explícita negação das mulheres como sujeitos históricos nos livros didáticos, uma importante resolução esgarça a magnitude da invisibilidade das questões de gênero. A resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Educação, em seu capítulo III da Base Curricular Nacional e da Proposta Pedagógica, propõe no artigo 4º da BNCC a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” de trechos que constavam no artigo de número 16.

O Ministério da Educação alegou que o documento tinha redundâncias. No que se refere ao PNE, que contempla os anos de 2011 a 2020, o termo gênero foi substituído por *superação das desigualdades educacionais*, com ênfase nas questões de igualdade racial, regional e *princípios de equidade e respeito*. As referências à igualdade de direitos, sem distinção de raça, cor, idade ou sexo, não fazem menção a gênero em seus objetivos gerais (BRASIL, CNE, 2017, p. 5).

Diante da proposta analítica desse escrito, das vinte metas analisadas do Plano Estadual de Educação de Goiás e das vinte metas analisadas do Plano Municipal de Goiânia na pesquisa em andamento de doutorado, uma das metas do Plano Estadual de Educação de Goiás entremeou a minha práxis acadêmica e profissional, a meta de número 14.

O recorte cuidadosamente problematizado na reflexão do Plano Estadual de Educação de Goiás e do Plano Municipal de Educação de Goiânia confronta a realidade das desigualdades de gênero, sobretudo a minha, como discente da Pós-graduação *stricto sensu*, mãe e educadora de educação básica da rede particular de ensino.

O PNE pretende, com a meta 14: “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (PNE, 2014). Em consonância com o Plano Nacional de Educação, a meta de número 14, do PEE-GO (2015-2025) pretende:

Meta 14 - Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. (PEE-2015, p. 35)

De acordo com a análise da fonte da meta de número 14, tanto a esfera federal, quanto a estadual e municipal, têm como proposta aumentar a proporção de mestres e doutores. A meta de número 14 do Plano Municipal de Goiânia, visa “Cooperar para a elevação gradual do número de matrículas na Pós-graduação *stricto sensu*”(PME-Goiânia, 2015).

Embora esteja no corpo documental a necessidade de elevação gradual do número de matrículas na Pós-graduação *stricto sensu*, os respectivos planos demonstram um cenário

androcêntrico no meio acadêmico, sobretudo ao contemplarmos as necessidades e demandas das mães acadêmicas, e a dificuldade de entrada e permanência na pós-graduação, devido à extenuante carga de trabalho historicamente estabelecida para as mulheres. Acerca da conciliação entre a esfera privada e pública, Zanello afirma que:

[...] ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), podendo e devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família, etc. Além disso, esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas, também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa. Uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fálca e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo. (ZANELLO, 2016, p. 114)

Uma das importantes contribuições da Universidade Federal de Goiás quanto a políticas de inclusão de mulheres e mães, como exemplo a ser reproduzido, está no escopo dos variados trabalhos apresentados nesse importante livro, através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero (GEPEG/Fh-UFG/CNPq), que conta com a participação de alunos da graduação e pós-graduação do curso de História da Universidade Federal de Goiás e está aberto para a comunidade acadêmica em geral. O grupo promove um diálogo intelectual a partir de diferentes e múltiplos saberes, narrativas, linguagens acerca das questões que envolvem gênero.

Como prática social acadêmica, o GEPEG apresenta *lives*, publicações, oficinas e minicursos, periodicamente oferecidos com o objetivo de problematizar as assimetrias relacionadas às questões de gênero no meio acadêmico, entretanto, esse é um privilégio que não contempla a toda a esfera de educadoras

de Goiás. Se mesmo como partícipe de um grupo de estudos, que não negligencia as relações de poder, é um enorme desafio a permanência na pós-graduação, a grande maioria das educadoras se depara com o silenciamento ou aniquilamento dos seus objetivos, em prol da família, ou da exaustiva carga horária. De acordo com Monteiro e Altmann:

Estudos que se dedicaram a observar a carreira docente afirmam que, apesar de ser considerada uma profissão feminina, a carreira é de ascensão masculina. [...] Ao mesmo tempo que os estudos de gênero nos possibilitaram perceber gênero como construção social (SCOTT, 1995), a noção de divisão sexual do trabalho nos permite verificar as desigualdades que permeiam o trabalho remunerado e não remunerado, considerando socialmente construída a desvalorização do trabalho feminino (KERGOAT, 2009). Nas primeiras décadas do século XX, embora as mulheres já configurassem a maioria na docência na época, a maior parte delas continuava em sala de aula até o momento de sua aposentadoria. Ao mesmo tempo, os homens ascendiam rapidamente para cargos na gestão, com exceções relacionadas a diferenças na origem social. A ascensão, de maneira diferente para mulheres, era baseada em sua maior especialização ou proximidade do tempo de aposentadoria. (MONTEIRO e ALTMANN, 2021, p. 3-4).

Ao inquirir como as políticas públicas podem aumentar as possibilidades de planos de carreira, primeiro, precisamos pensar como as mulheres serão fomentadas na entrada e permanência da pós-graduação, já que a jornada de trabalho na esfera privada já demanda a maioria do tempo, inclusive noturno. Conforme Monteiro e Altmann, homens ocupam maior destaque nos planos de carreira no campo da educação, são deles o trabalho da intelectualidade e gestão em sua grande maioria. A maior parte dos educadores que conseguem

a permanência e ascensão acadêmica esgarça como a negação de gênero reforça a legitimação masculina de poder. De acordo com Vianna:

As relações entre docentes demonstram claramente o exercício do poder dos homens sobre as mulheres, isso quando se trata de heterossexuais e brancos. Apesar da maioria feminina, esses homens são alçados às posições de controle e prestígio mesmo quando não possuem esse objetivo. Dentre professores e professoras por mim pesquisados (VIANNA, 1999), os primeiros – desde que heterossexuais – assumiram cargos com relativo poder, ocuparam postos de direção nas escolas e foram indicados como representantes e diretores da categoria no sindicato. (VIANNA, 2013, p. 176)

Ainda sobre as assimetrias de gênero nas políticas públicas educacionais inerentes à meta de número 14, outro aspecto relevante pode ser observado é a branquitude heterossexual de poder. Foucault (2012) afirma que biopoder é uma forma de governar a vida, otimizando a criação de controle de corpos economicamente ativos, produzindo corpos economicamente ativos e politicamente dóceis.

Ao fazer uma análise dos usos de tais saberes e poderes posicionados nos planos educacionais, observamos não só as lacunas da historicidade das mulheres, mas também de sujeitos históricos margeados historicamente, assim como mulheres e mães, pessoas que fogem à regra binária socialmente aceita, não se fazem presentes em cargos de poder educacionais, tais como grupos LGBTQIAP+.

Logo, homens concentram a maior parte do poder no saber, em uma desleal engrenagem de submissão das relações de gênero, sobretudo das mulheres, especialmente no campo da emancipação da carreira acadêmica. O aparelhamento do

Estado garante a conjuntura de desigualdades. De acordo com Foucault:

Se o desenvolvimento dos aparelhos de Estado garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e o sustentam; operam, também, como fatores de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas forças e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 2012, p. 154)

Confrontando a meta de número 14, as violências e assimetrias de gênero não elencadas nas políticas públicas educacionais podem ser refletidas em uma recente pesquisa de Monteiro e Altmann (2021), intitulada: *Ascensão na carreira docente e diferenças de gênero*. As autoras mostraram que os homens estão percentualmente mais presentes em cargos relacionados à gestão, vice-direção, direção e supervisão, em comparação às mulheres, que ocupam a majoritariamente a sala de aula. De acordo com as autoras:

Os homens entrevistados ascenderam, em média, após menos tempo na carreira docente e o fizeram, em geral, mais novos do que elas. Enquanto eles ascenderam após em média 9,7 anos de manejo de sala de aula e aos 32 anos, na carreira delas isso ocorreu após em média 15 anos de carreira e aos 36,3 anos de idade. Outra diferença encontrada foi na forma de acesso ao primeiro cargo na gestão. Enquanto a maior parte das mulheres entrevistadas

ascendeu por aprovação em concurso público – como relatou Manuela –, a maior parte deles ascendeu por indicação – como relatou Alexandre – e, em menor número, eleição. (MONTEIRO e ALTMANN, 2021, p. 19).

Ao indagarmos as fontes, percebemos as permanências nas desigualdades de gênero no campo das políticas educacionais de forma geral. Cabe-nos problematizar como os sujeitos se constituem pelo discurso, em seu lugar de fala, seja na institucionalização do saber, legitimando os limites do que é aceito e o que é interdito na produção historiográfica, ou na formulação de diretrizes curriculares educacionais e planejamentos que condicionam normativamente o privilégio masculino heterossexual.

Ao problematizar os discursos normativos, tanto dos livros didáticos quanto dos planos de educação, observamos a manipulação dos meios de produção dos discursos em uma relação de poderes intrínsecos, pois em toda a construção textual o artigo masculino é evidenciado. A predominância masculina nas discursividades expressa uma forte tendência androcêntrica na seleção dos conteúdos históricos selecionados para a confecção dos livros didáticos, assim como na narrativa expressa nos planos de educação de Goiás.

Através da exclusão, sociedade é desvendada (PERROT, 1988) e assim poderemos lutar contra as assimetrias sexistas, como perspectiva de políticas educacionais equitativas. Em todos os livros didáticos de história analisados na dissertação de mestrado, ao fazer uma análise densa sobre tais percentuais e componentes curriculares, presumimos que as mulheres estão margeadas em todos os livros didáticos, “as mulheres estão representadas em anexos, adendos e leituras complementares e de forma inexpressiva nas narrativas textuais” (REZENDE, 2018, p.153). De acordo com Louro (2008, p. 70):

Os livros didáticos e paradidáticos têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades características de homens e atividades de mulheres. Também têm observado a representação da família típica constituída de um pai e uma mãe e usualmente, dois filhos, um menino e uma menina. As pesquisas identificam ainda, nesses livros, profissões ou tarefas características de brancos/as e as de negros/as ou índios; usualmente recorrem à representação hegemônica das etnias e frequentemente acentuam as divisões regionais do País. A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados.

Inquirimos as fontes dos planos de educação como o Estado pode de fato elevar a quantidade de educadoras para a efetivação da pós-graduação, uma vez que socialmente e politicamente não são problematizadas com suas demandas específicas. Na negação das relações de gênero nos documentos normativos e leis que norteiam a educação em Goiás, assim como nos livros didáticos de história, percebemos as nuances das violências simbólicas engendradas na instituição Estado. Onde o Estado é gênero? A resposta está nas relações de poder que legitimam e reforçam historicamente o poder dos homens.

Foucault salienta que o olhar sobre o discurso se configura em “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT 2008, p. 55). Tais práticas discursivas de negação ou silenciamento das relações de gênero na Educação, evidenciam a constituição de sujeitos no discurso androcêntrico, mostrando-se incompatível com o discurso

exposto na meta de número 14, a elevação da qualidade de oportunidades aos educadores. No que concerne ao discurso dos livros didáticos de história, adendos e anexos silenciam e invisibilizam grupos historicamente margeados, reiterando a afirmativa de Foucault.

A meta de número 14 transversaliza os diálogos da complexidade dos maternares nas instituições de ensino superior, trago à luz a discussão de Ligia Maria Leão de Aquino, (2018) na obra *Pelo direito de ser mãe e estudante: educação infantil na pauta estudantil universitária* (2018), publicada em um importante dossiê: *Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas*. Encontro-me frontalmente com a discussão de Aquino, ao driblar as demandas da vida privada de um bebê em fase de introdução alimentar, início de fala e desenvolvimento motor. A falta de creches para atendimento de mães é uma realidade que não se restringe a mim. De acordo com Aquino:

Entendendo, entretanto, que esse movimento se faz num cenário ainda marcado por desigualdades e subjugação, onde a “presença majoritária de mulheres em certas áreas profissionais reflete o padrão sexista da divisão do trabalho na sociedade, cabendo às mulheres as ocupações relacionadas ao mundo privado e aos cuidados.” [...] sendo destinado às mulheres carreiras de pouco prestígio, exigindo um grande esforço para romper tais barreiras. Para a afirmação dessas “novas” identidades femininas que visam a formação acadêmica e o sucesso profissional, se impõe a necessidade de políticas específicas para as mulheres, como tem se discutido e produzido no interior do movimento feminista brasileiro. (AQUINO, 2018, p. 49)

Ainda sobre o recorte da meta de número 14, problematizando a invisibilidade de mulheres mães nos planos de carreira acadêmica, atenta à ínfima discussão dos maternares

nos movimentos feministas, a experiência da dificuldade de conciliação de tempo é pulsante. Ainda com uma rede de apoio para dar continuidade à permanência do mercado formal de trabalho e pós-graduação, encontro-me sem possibilidades de cumprimento de todos os compromissos advindos da responsabilidade acadêmica. Conforme Oliveira (2020, p. 1):

Como conciliar maternidade e universidade? Essa é uma pergunta já bastante discutida e que, especialmente no contexto da pandemia e de afastamento social, tem levantado novas e velhas questões como a realização do trabalho profissional no ambiente doméstico. Como resultado, temos vivenciado jornadas contínuas, concomitantes, e não mais sobrepostas (duplas ou triplas), em que se borraram quaisquer limites e diferenças entre tempos, demandas e espaços doméstico, de cuidado e profissional. Nada parece ter ordem, controle ou organização. Sem a possibilidade de contar com rede de apoio ou com turnos escolares – durante a pandemia – tais jornadas têm sido altamente desgastantes, por quererem atenção plena e cuidado permanente dentro de casa, sobretudo em se tratando de crianças.

Presumimos que as fontes elencadas nessa discussão demonstram que os silenciamentos condizentes às relações de gênero abarcam perspectivas deturpadas ao conceito analítico de gênero no campo da Educação. Onde estamos como sujeitos no escopo da narrativa histórica? Onde estamos como sujeitos nas políticas públicas educacionais? Nós mulheres e sobretudo mães, estamos margeadas a adendos, anexos e generalizações simplistas no bojo da lei.

Precisamos ladear o caminho da equidade ampliando a lente da educação no Brasil. A conciliação parcial da mulher de seu trabalho de mãe, com o compartilhamento da educação e cuidado com a creche e a pré-escola, também deve ser considerada para o exercício político, social e cultural. Como políticas públicas, ainda estamos aquém do que poderíamos

avancar, além de ser uma pauta dos movimentos feministas e sociais ainda pouco difundida, como por exemplo, a reivindicação de creches nas universidades.

O contexto social em que ocorre a expansão do ensino superior é marcado pela abertura do regime político ditatorial, pela liberalização sexual e pela quebra de antigos tabus. O movimento feminista começa a ressurgir no Brasil e a entrada das mulheres no mercado de trabalho aparece também nas classes mais altas, nas quais tradicionalmente o papel desempenhado pelo contingente feminino estava ligado ao espaço doméstico e aos afazeres do lar. Essas mudanças são de suma importância para o espaço ocupado pelas mulheres no processo de escolarização da população brasileira. (GUEDES, 2008, p. 121)

É indubitável ressaltar como os silenciamentos discursivos dos livros didáticos estão intrínsecos a políticas públicas carregadas de caráter androcêntrico; as políticas públicas educacionais na forma de leis assim como nos planos de educação, também reforçam essa perspectiva reducionista.

Infere-se, portanto, que a categoria analítica de gênero, embora tenha contribuído substancialmente para a luta dos direitos políticos e sociais das mulheres, não alcançou equidade de gênero, “uma vez que a tendência de maior peso feminino nas carreiras de menor prestígio e mais mal remuneradas se acentua ao longo do período.” (GUEDES, 2008, p. 125).

Muitos são os desafios a serem trilhados no campo da educação nas relações de gênero, as tessituras de resistência e *(re)existência*, são tramas complexas, arraigadas de poderes institucionais legitimados, assim, requerem manejos habilidosos na construção participativa, equitativa e crítica, fazendo com que o conceito analítico de gênero, seja uma ferramenta fulcral para a construção de uma educação inclusiva e forjada na equidade.

Referências bibliográficas

- AQUINO, L. M. L. "Pelo direito de ser mãe e estudante": educação infantil na pauta estudantil universitária. *Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 20, n. 37, 2018. Dossiê: Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas em creches e pré-escolas.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.
- BITENCOURT, S. M. *Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado*. Florianópolis, SC. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>
- _____. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em abr. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.
- GOIÁS (Estado) *Decreto de Lei nº 18.969*, de 22 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE-GO) e dá outras providências. Governo do Estado de Goiás, 2015. <https://site.educacao.go.gov.br/files/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-PEE-2015-2025-1.pdf>
- GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56) – maio/ago, 2008.

- MONTEIRO, M. K.; ALTMANN, H. Ascensão na carreira docente e diferenças de gênero. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, 2021.
- PIOVESAN, Flavia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 3ª edição. São Paulo: Max Limonad, 1997, p. 141.
- OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira. Maternidade, universidade e pandemia. *Mães que escrevem*, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://maesqueescrevem.com.br/maternidadeuniversidade-e-pandemia/>. Acesso em: 12 de abril de 2023.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- REZENDE, Suelen Peixoto de. *Mulheres nos livros didáticos de história: Discurso androcêntrico em salas de aulas goianas entre 2008-2013*. Dissertação de mestrado defendida no PPGH/UFG. 2018. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9320>.
- VIANNA, Cláudia. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Editorial Abaré, 2013. p. 159-180.
- _____. Disputas de gênero nos Planos Estaduais de Educação, *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613672009_ARQUIVO_20fad2aa8b24cc9140fc0bc79ef02c44.pdf.
- ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122.

As autoras e o autor

ANA CAROLINA EIRAS COELHO SOARES (ORGANIZADORA)

Professora do PPGH/UFG e da Faculdade de História da UFG. Doutora em História (UERJ), realizou pós-doutorado em Antropologia no PPGAS/UNB (2015-2017) e em História na UFES (2020-2022). Atualmente coordena os grupos: GEPEG-FH/UFG-CNPq; Gt Nacional de Gênero da ANPUH (2023/2025) e o GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais/UFG-CNPq. Premiada em 2021 com a Cátedra Estudos Brasileiros/Estudos de Gênero pelo programa internacional Fulbright em UMass/Amherst, foi colunista das Crônicas de Mãe-Revista Cláudia. Feminista, Mãe, Poeta, Escritora, Dançarina de dança árabe, Miss e Plantadora de Árvores. Esteve de licença maternidade em 2011 e em 2017/2018. E-mail: acecs@ufg.br

ANNA PAULA TEIXEIRA DAHER

Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: aptd78@gmail.com

DANIELLE SILVA MOREIRA DOS SANTOS

Doutoranda em História pela UFG. E-mail: dan.historia.ufg@gmail.com

ESDRA BASILIO

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás, Bibliotecária-Documentalista no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás. E-mail: basilioesdra@ufg.br

ELISA SILVA CAETANO

Historiadora, professora, educadora e feminista. Possui Doutorado em andamento pela Universidade Federal de Goiás, no PPG em Educação. É bacharel, licenciada e Mestra em História, pela mesma Universidade Federal de Goiás e bolsista Capes. E-mail: elisafchf@gmail.com

FLÁVIA PEREIRA MACHADO

Doutora em História (PPGH/UFG); Professora Efetiva (IFG/Goiânia). E-mail: flavia.ifg.machado@gmail.com.

JANAÍNA FERREIRA DOS SANTOS DA SILVA

Possui os títulos de licenciada em História, especialista em História e Cultura e Mestra em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisadora do Anômalos (Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça – UFCat/CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero (GEPEG/UFG), fundadora do podcast Fala Clio, cofundadora do videocast Quitanda das Minas e cofundadora do periódico *Nosotros*. E-mail: janaina_silva@id.uff.br; Instagram: @janainasilvahist

NEIDE CÉLIA FERREIRA BARROS

Graduada em História (2014) pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Mestra em História pela UFG (2017), especialista na abordagem psicológica Cognitiva Comportamental pelo IPOG e graduanda em Psicologia pela Faculdade Éspér. Membro do GEPEG-UFG desde 2013. É autora do Livro *Histórias escritas com sangue. Uma análise de processos judiciais de assassinato de mulheres em Goiânia-GO (1970-1984)*. E-mail: neidecelia@gmail.com

RHANIELLY PEREIRA DO NASCIMENTO PINTO

Doutorando em História Global na Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador do LEGH/UFSC e ANÔMALOS/UFCAT. Autor de *Estourando a bolha: violências e resistências nas páginas de Lampião da Esquina* (2022) e editor da revista *Anômalas*.

SUELLEN PEIXOTO DE REZENDE

Doutoranda pela Universidade Federal de Goiás no Programa de Pós Graduação em História. Mestre em História pela UFG. Especialista em História Cultural pela UFG. Graduada em História e Pedagogia. Pesquisadora do GEPEG (Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero) da UFG. Atuou como docente convidada na UEG Campus Itaberaí, na Pós Graduação em Docência

na Educação Infantil e Anos Iniciais: Currículo, Diversidade e Tecnologias ministrando no módulo de Gênero e Diversidade do curso de Pedagogia. Docente de graduação no curso de Pedagogia com as disciplinas de Políticas Educacionais, Metodologia do Ensino de História e História da Educação; como docente convidada na Faculdade Suldamérica na área de Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos cursos de Administração e Ciências Contábeis. Atualmente atua como docente no Colégio de Aplicação Alfredo Nasser no Ensino Fundamental II fase e Ensino Médio.

TALITA MICHELLE DE SOUZA

Possui Graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás, Especialização em História pela UFG, Graduação em Pedagogia pela FAESPE. É Mestra em História e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora efetiva da Rede Municipal de Ensino de Anápolis. Professora de História no Centro de Ensino a Distância de Anápolis- CEADI. Atualmente desenvolve o projeto em Anápolis intitulado: Narrativas Pretas. Entre inúmeros atravessamentos o meu local de fala é de Mulher preta, mãe, professora e pesquisadora.

VANESSA CLEMENTE CARDOSO

É mãe, professora, pós-doutora em História pelo PPGH-UFG sob a supervisão da profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães. Doutora e Mestra pelo PPGH/FH/UFG e Graduada em História pela FH/UFG. Criadora/administradora do grupo Mamães na Pós-graduação, pesquisadora do GT Mulheres Cientistas e Maternidades Plurais (FH/UFG-CNPq). Criadora do Grupo do Coletivo Nacional de Mães na Universidade. E-mail: vanessaclementecardoso@gmail.com

“A coletânea *Ocupar e resistir* celebra os dez anos de trajetória do Grupo de Estudos e Pesquisas de Gênero (GEPEG) da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (FH/UFG). Fundado com o objetivo de fomentar o debate e a produção acadêmica na área dos estudos de gênero, o GEPEG tem se destacado como um espaço de inovação e excelência, formando estudantes desde a graduação até a supervisão de pós-doutorado.

A existência do grupo é a ocupação resistente e vitoriosa que contraria a afirmação de que pesquisar as relações de gênero é uma ideia absurda e uma perda de tempo. É o dia a dia que se comprova em pesquisas potentes, reconhecidas frequentemente com financiamento institucional pela sua competência e importância. Ocupamos, resistimos, aqui estamos e não iremos a lugar nenhum. Fazemos parte fundamental dos estudos históricos e comprovamos isso a cada pesquisa concluída com sucesso em nosso grupo de estudos.”

(Adaptado do Prefácio)